

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	6
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	11

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	13
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	14
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	15
Demonstração de Valor Adicionado	16

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	18
Notas Explicativas	36

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva	86
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	90
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	91
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	92
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	93

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	29.645.967
Preferenciais	0
Total	29.645.967
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	26/04/2019	Juros sobre Capital Próprio	09/05/2019	Ordinária		1,43993

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	20.478.841	18.939.959	16.952.092
1.01	Ativo Circulante	7.348.277	5.328.669	5.300.829
1.01.01	Disponibilidades	56.335	49.231	43.291
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.398.431	2.285.860	2.377.221
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	2.256.104	2.163.571	2.201.814
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	174.601	154.563	207.681
1.01.02.03	(Provisões para Perdas)	-32.274	-32.274	-32.274
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	2.691.709	1.228.121	519.520
1.01.03.01	Carteira Própria	2.558.840	1.123.912	414.160
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	100.161	100.257	105.360
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	32.708	3.952	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	210.017	232.692	247.391
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	268	995	1.839
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	209.725	231.673	245.460
1.01.04.03	Créditos Vinculados - SFH	24	24	92
1.01.06	Operações de Crédito	1.462.394	1.126.356	1.722.083
1.01.06.01	Operações de Crédito - Setor Público	1.305	65.619	254.455
1.01.06.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.608.380	1.204.279	1.609.437
1.01.06.03	(Provisões para Operações de Crédito)	-147.291	-143.542	-141.809
1.01.08	Outros Créditos	501.694	405.389	390.063
1.01.08.01	Carteira de Cambio	83.616	51.643	53.563
1.01.08.02	Rendas a Receber	98.894	78.584	71.665
1.01.08.03	Devedores por Compra de Valores e Bens	61	0	79
1.01.08.04	Devedores por Depósitos em Garantia	55.379	49.470	44.167
1.01.08.05	Títulos e Créditos a Receber	57	452	1.319
1.01.08.06	Pagamentos a Ressarcir	10.846	14.848	15.084
1.01.08.07	Créditos Tributários - IR/CS	191.771	188.236	164.987
1.01.08.08	Impostos e Contribuições a Compensar	69.420	238	70

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.01.08.09	Diversos	17.024	22.462	41.040
1.01.08.10	(Provisão para Outros Créditos)	-25.374	-544	-1.911
1.01.09	Outros Valores e Bens	27.697	1.020	1.260
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	28.359	1.682	1.922
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-669	-669	-669
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	7	7	7
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.850.417	13.264.498	11.310.609
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	0	51.692	0
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	0	51.692	0
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	9.859.311	10.601.972	9.025.679
1.02.02.01	Carteira Própria	9.858.955	10.574.722	8.996.679
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	356	27.250	29.000
1.02.03	Relações Interfinanceiras	12.569	12.569	12.569
1.02.03.01	Créditos Vinculados - SFH	12.569	12.569	12.569
1.02.05	Operações de Crédito	1.688.042	1.566.641	1.178.582
1.02.05.01	Operações de Crédito - Setor Público	0	1.239	68.235
1.02.05.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.912.191	1.661.277	1.183.094
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito)	-224.149	-95.875	-72.747
1.02.07	Outros Créditos	1.290.495	1.031.624	1.093.779
1.02.07.01	Créditos Tributários de IR/CS	1.290.323	1.031.624	1.072.074
1.02.07.02	Devedores por Compra de Valores e Bens	177	0	0
1.02.07.03	Títulos e Créditos a receber	0	0	21.705
1.02.07.04	(Provisão para Outros Créditos)	-5	0	0
1.03	Ativo Permanente	280.147	346.792	340.654
1.03.01	Investimentos	267	267	267
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.625	1.625	1.625
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-1.358	-1.358	-1.358
1.03.02	Imobilizado de Uso	150.257	152.170	165.676

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.03.02.01	Imóveis de Uso	64.417	63.174	62.466
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	221.509	191.787	198.924
1.03.02.03	Reavaliações de Imóveis de Uso	47.771	48.029	48.029
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-183.440	-150.820	-143.743
1.03.04	Intangível	129.623	194.355	174.711
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	303.244	346.514	299.875
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	-173.621	-152.159	-125.164

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	20.478.841	18.939.959	16.952.092
2.01	Passivo Circulante	12.792.377	11.702.679	10.009.430
2.01.01	Depósitos	3.900.305	3.513.163	3.214.441
2.01.01.01	Depósitos à Vista	1.052.696	892.977	704.225
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	588.915	574.052	518.266
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	29.783	36.984	22.631
2.01.01.04	Depósitos à Prazo	2.228.911	2.009.150	1.969.319
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	99.997	100.024	105.001
2.01.02.01	Carteira Própria	99.997	100.024	105.001
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	235.027	243.308	440.253
2.01.03.01	Obrig.por Emissão de Letras de Crédito do Agron	235.027	243.308	440.253
2.01.04	Relações Interfinanceiras	27	855	754
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	27	855	754
2.01.05	Relações Interdependências	2.540	9.951	2.882
2.01.05.01	Recursos em Transito de Terceiros	1.947	1.969	1.248
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	593	7.982	1.634
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	81.011	52.158	53.974
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	81.011	52.158	53.974
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	115.048	128.087	118.784
2.01.07.01	Tesouro Nacional	26.113	26.429	27.477
2.01.07.02	BNDES	62.850	62.047	52.128
2.01.07.04	Finame	26.023	39.542	39.066
2.01.07.05	Finep	62	69	113
2.01.09	Outras Obrigações	8.358.422	7.655.133	6.073.341
2.01.09.01	Cobrança e Arrec. Trib. e Assemelhados	1.923	1.766	1.946
2.01.09.02	Carteira de Cambio	118	258	143
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	134.315	54.686	23.913
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	35.117	27.966	30.496

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.01.09.06	Fundos Financeiros e Desenvolvimento	7.301.463	6.735.904	5.108.783
2.01.09.07	Provisão para Pagamento a Efetuar	95.564	83.013	80.658
2.01.09.08	Provisão para Passivos Contingentes	182.342	176.921	164.947
2.01.09.09	Obrigações por Convênios Oficiais	769	5.023	4.012
2.01.09.10	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	46.112	54.613	70.075
2.01.09.11	Cheques Administrativos	7	6.485	1.467
2.01.09.12	Credores Diversos	39.658	39.258	57.997
2.01.09.13	Obrigação Prestação Serv. e Pagamentos	10	11	11
2.01.09.14	Passivos Atuariais	124.360	120.479	76.734
2.01.09.15	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	59.599	56.266	34.215
2.01.09.16	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	337.063	292.484	417.944
2.01.09.17	Contratos de Assunção de Obrigações	2	0	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.487.258	5.298.672	5.057.353
2.02.01	Depósitos	500.010	637.946	344.387
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	500.010	637.946	344.387
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	636.032	650.241	648.742
2.02.07.01	Tesouro Nacional	340	570	923
2.02.07.02	BNDES	560.318	551.762	514.819
2.02.07.03	Finame	74.971	97.389	132.115
2.02.07.04	Finep	403	520	885
2.02.09	Outras Obrigações	4.351.216	4.010.485	4.064.224
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	95.210	20.950	197.168
2.02.09.02	Fundos Financ. e de Desenvolvimento	180.683	190.853	175.286
2.02.09.03	Passivos Atuariais	1.159.547	957.420	926.493
2.02.09.04	Instrumentos da Dívida Elegíveis a Capital	999.999	999.999	999.999
2.02.09.05	Diversas	1.915.777	1.841.263	1.765.278
2.05	Patrimônio Líquido	2.199.206	1.938.608	1.885.309
2.05.01	Capital Social Realizado	1.623.252	1.623.252	1.623.252

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.05.02	Reservas de Capital	2.253	2.253	2.253
2.05.03	Reservas de Reavaliação	20.931	21.922	22.730
2.05.03.01	Ativos Próprios	20.931	21.922	22.730
2.05.04	Reservas de Lucro	1.143.110	971.800	903.687
2.05.04.01	Legal	143.452	129.685	124.231
2.05.04.02	Estatutária	999.658	842.115	779.456
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-590.340	-680.619	-666.613

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.506.463	1.303.185	1.421.049
3.01.01	Operações de Crédito	423.786	416.655	455.624
3.01.02	Resultado Operações Tít. Val. Mobiliários	1.079.307	881.085	958.941
3.01.03	Resultado com Instrum. Financeiros Derivativos	0	0	-2.671
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	3.370	5.445	9.155
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-987.753	-938.486	-962.018
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-205.407	-208.500	-267.747
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-525.939	-591.607	-474.218
3.02.03	Provisão para Oper.de Crédito e Outros Créditos	-256.407	-138.379	-220.053
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	518.710	364.699	459.031
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-110.005	-91.688	-78.461
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	825.022	752.085	701.314
3.04.02	Despesas de Pessoal	-562.564	-522.118	-543.022
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-289.122	-290.374	-273.803
3.04.04	Despesas Tributárias	-111.703	-99.953	-108.947
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	845.877	968.726	921.556
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-817.515	-900.054	-775.559
3.05	Resultado Operacional	408.705	273.011	380.570
3.06	Resultado Não Operacional	-60.136	948	18.391
3.06.01	Receitas	4.163	1.517	19.128
3.06.02	Despesas	-64.299	-569	-737
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	348.569	273.959	398.961
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-128.168	-145.021	-331.401
3.09	IR Diferido	80.547	-10.628	-688
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-25.600	-9.232	-2.365
3.10.01	Participações	-25.600	-9.232	-2.365
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	275.348	109.078	64.507
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	9,28787	3,67935	2,17593

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	275.348	109.078	64.507
4.02	Outros Resultados Abrangentes	91.269	-13.197	-119.451
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-63.653	-13.230	-196.015
4.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	1.651	1.471	1.470
4.02.03	IR e CSLL sobre Outros Lucros Abrangentes	153.271	-1.438	75.094
4.03	Resultado Abrangente do Período	366.617	95.881	-54.944

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	727.101	2.418.329	3.780.740
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.356.935	983.259	1.038.265
6.01.01.01	Lucro Líquido	275.348	109.078	64.507
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	54.803	50.306	38.101
6.01.01.04	Provisão p/ Oper.de Créditos e Outros Créditos	256.408	138.384	220.102
6.01.01.05	(Ganhos)/Perdas de Capital	63.459	-283	-359
6.01.01.06	IR e CS Diferidos	-80.547	10.629	688
6.01.01.07	Resultado com Variação Cambial	693	-1.495	-4.874
6.01.01.08	Reversão de Provisões p/ Desvalorização de TVM	-261	0	-329
6.01.01.09	Despesas de Prov. para Passivos Contingentes	210.620	208.792	340.319
6.01.01.10	Despesas de Outras Provisões	161.650	177.170	0
6.01.01.11	Despesas de Provisões para Riscos do FNO	417.390	414.760	401.126
6.01.01.12	Reversão de Provisões p/ Outros Créditos	-1	-5	-49
6.01.01.13	Reversão de Outras provisões Operacionais	-6.691	-163.656	-20.967
6.01.01.14	Despesas de Provisões p/ Outros Ativos	4.064	39.579	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-629.834	1.435.070	2.742.475
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em TVM para Negociação	-170.828	-19.137	262.077
6.01.02.02	(Redução)/Aumento/(Redução)em Outros Valores e Bens	-77	240	-236
6.01.02.03	Redução em Aplicações Interf. de Liquidez	31.654	1.425	-50.144
6.01.02.04	Aumento/Redução em Rel. Interf. e Interdep.	14.435	21.869	142.817
6.01.02.05	(Aumento)Redução em operações de crédito	-689.009	76.222	392.567
6.01.02.06	(Aumento)/(Aumento)/Redução em Outros Créd	-356.155	2.095	-43.759
6.01.02.07	(Redução)/Aumento em depósitos	249.205	592.281	592.892
6.01.02.08	Aumento em Obrig. por Emprést. e Repasses	1.604	8.986	20.980
6.01.02.09	Redução em Captações no Mercado Aberto	-8.307	-201.922	-52.433
6.01.02.10	Redução/Aumento em Outras Obrigações	436.862	1.105.388	1.310.175
6.01.02.11	IR e CS Pagos	-139.218	-152.377	167.539
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-527.035	-2.330.948	-2.814.909

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.02.01	(Aumento) em TVM disponíveis para Venda	-3.854.517	-3.374.153	-4.362.353
6.02.02	Redução em TVM disponíveis para Venda	3.318.228	1.083.922	1.580.653
6.02.03	(Aumento) em TVM mantidos até o vencimento	-70.991	-76.185	-54.365
6.02.04	Redução em TVM mantidos até o vencimento	95.003	91.912	88.171
6.02.05	Adição de Bens Não de Uso	-26.600	0	0
6.02.06	Adição em Imobilizado de Uso	-5.159	-10.225	-22.339
6.02.07	Alienação do Imobilizado de Uso	273	1.027	702
6.02.08	Aplicação do Intangível	-47.262	-47.485	-45.713
6.02.09	Baixa do Intangível	63.990	239	335
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-100.429	-119.684	-64.937
6.03.01	Juros s/ Capital Próprio Pagos	-42.732	-19.053	-18.784
6.03.02	Instrumentos de Dívidas Eleg. a Capital - Pagos	-57.697	-100.631	-46.153
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	99.637	-32.303	900.894
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.212.802	2.245.105	1.344.211
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.312.439	2.212.802	2.245.105

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.623.252	2.253	21.922	971.800	0	-680.619	1.938.608
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.623.252	2.253	21.922	971.800	0	-680.619	1.938.608
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	275.348	0	275.348
5.05	Destinações	0	0	0	171.310	-276.339	0	-105.029
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-105.029	0	-105.029
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	171.310	-171.310	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	90.279	90.279
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	37.561	37.561
5.07.04	Ajustes CVM 695	0	0	0	0	0	52.718	52.718
5.12	Outros	0	0	-991	0	991	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-1.651	0	1.651	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Realiz. Reserva Reavaliação	0	0	660	0	-660	0	0
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	20.931	1.143.110	0	-590.340	2.199.206

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.623.252	2.253	22.730	903.687	0	-666.613	1.885.309
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.623.252	2.253	22.730	903.687	0	-666.613	1.885.309
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	109.078	0	109.078
5.05	Destinações	0	0	0	68.113	-109.886	0	-41.773
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-41.773	0	-41.773
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	68.113	-68.113	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-14.006	-14.006
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-8.747	-8.747
5.07.04	Ajustes CVM 695	0	0	0	0	0	-5.259	-5.259
5.12	Outros	0	0	-808	0	808	0	0
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	21.922	971.800	0	-680.619	1.938.608

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.623.252	2.253	23.539	856.998	0	-546.353	1.959.689
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.623.252	2.253	23.539	856.998	0	-546.353	1.959.689
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	64.507	0	64.507
5.05	Destinações	0	0	0	46.689	-65.316	0	-18.627
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-18.627	0	-18.627
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	46.689	-46.689	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	46.689	-46.689	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-120.260	-120.260
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	16.697	16.697
5.07.04	CVM 695	0	0	0	0	0	-136.957	-136.957
5.12	Outros	0	0	-809	0	809	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-1.470	0	1.470	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/ Res. de Reavaliação	0	0	661	0	-661	0	0
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	22.730	903.687	0	-666.613	1.885.309

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	2.925.118	2.887.133	2.842.257
7.01.01	Intermediação Financeira	1.506.463	1.303.185	1.421.049
7.01.02	Prestação de Serviços	825.022	752.085	701.314
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-256.407	-138.379	-220.053
7.01.04	Outras	850.040	970.242	939.947
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-731.346	-800.107	-741.965
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.101.258	-1.126.264	-996.765
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-37.977	-39.859	-42.900
7.03.02	Serviços de Terceiros	-181.467	-185.783	-178.305
7.03.04	Outros	-881.814	-900.622	-775.560
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.092.514	960.762	1.103.527
7.05	Retenções	-54.803	-50.306	-38.101
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-54.803	-50.306	-38.101
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.037.711	910.456	1.065.426
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.037.711	910.456	1.065.426
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.037.711	910.456	1.065.426
7.09.01	Pessoal	491.778	443.753	450.345
7.09.01.01	Remuneração Direta	373.463	334.031	341.773
7.09.01.02	Benefícios	89.675	83.023	81.688
7.09.01.03	F.G.T.S.	28.640	26.699	26.884
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	255.710	343.198	536.078
7.09.02.01	Federais	244.808	334.673	527.784
7.09.02.02	Estaduais	46	39	22
7.09.02.03	Municipais	10.856	8.486	8.272
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.875	14.427	14.496
7.09.03.01	Aluguéis	14.875	14.427	14.496
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	275.348	109.078	64.507
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	105.029	41.773	18.627

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	170.319	67.305	45.880

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício de 2019****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2019****1. APRESENTAÇÃO**

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, referentes ao exercício de 2019. Agradecemos, especialmente, ao nosso colaborador, à fidelidade do cliente do BASA e à credibilidade que o Banco dispõe na sociedade em geral. Comemoramos o fechamento do período com lucro de R\$275,3 milhões, frente a R\$109,1 milhões de lucro no ano de 2018, representando um aumento significativo de 152,4%.

O ano de 2019 marcou o Banco da Amazônia, positivamente, por ter registrado recorde de contratação no crédito rural na Região Norte, evidenciando um aumento de 50% em relação a 2018, sendo o BASA responsável mais de 63% do crédito de fomento na Região Norte e pelo seu resultado financeiro, demonstrado pela evolução do resultado operacional, 48,7% superior a 2018; crescimento da Rentabilidade em 152,2%; elevação nas Receitas de tarifas bancárias, que apresentou crescimento de 27,1%; acompanhamento rígido das despesas administrativas, que apresentaram decréscimo de 2,39%; além do incremento nas aplicações de crédito, elevando o Del Credere FNO em 8,3%.

Apesar do cenário desafiador, o Banco da Amazônia busca atuar com eficácia, elaborando estratégias sofisticadas, com inovação e modernização digital, revisando processos, sempre alinhado ao seu planejamento estratégico, com o objetivo de obter resultados sólidos e crescentes, em prol de uma Amazônia sustentável, sendo um Banco relevante para a Região.

2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital do Banco da Amazônia é composto exclusivamente por ações ordinárias. A União é a acionista majoritária, com participação de 95,8% no capital social, sendo 51,0% de forma direta e 44,8% de forma indireta. 4,2% das ações do Banco estão em livre circulação no mercado (*Free float*).

Participação acionária no Capital do Banco

ACIONISTA	31.12.2019		31.12.2018	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União	28.400.557	95,8	28.574.057	96,4
Adm. Direta – Ministério da Economia	15.119.443	51,0	15.119.443	51,0
Administração Indireta	13.281.114	44,8	13.454.614	45,4
FI CAIXA FGEDUC	10.427.301	35,2	10.427.301	35,2
BB FGO-Fundo Inv.em ações	2.853.813	9,6	3.027.313	10,2
Demais	1.245.410	4,2	1.071.910	3,6
Total	29.645.967	100	29.645.967	100

Data Base: 30/12/2019

3. PANORAMA ECONÔMICO

A economia global apontou desaceleração ao longo de 2019, embora indicadores mais recentes sinalizem um certo nível de estabilização. O ano foi marcado por um processo gradual de redução do ritmo de crescimento global, provocado, em grande parte, pelos efeitos do conflito comercial entre EUA e China.

Por sua vez, os índices de preços ao consumidor nas economias avançadas continuaram com variações abaixo das metas para a inflação e sem mostrar pressões adicionais. Apesar de um balanço de riscos mais favorável permaneceram incertezas relacionadas à sustentação do crescimento global. Houve, contudo, avanços positivos, como a finalização da fase 1 do acordo comercial entre EUA e China, e a vitória nas eleições gerais do Reino Unido abrindo caminho para o desfecho do Brexit.

No âmbito nacional, o processo de recuperação na economia brasileira ganhou impulso no terceiro trimestre de 2019, quando foi observada uma elevação das projeções de crescimento do PIB. O crescimento nas atividades econômicas decorreu das liberações extraordinárias de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do Programa de Integração Social - PIS / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, nos quais houve antecipação nos cronogramas de saques, influenciando as projeções.

No entanto, a performance da economia nacional foi impactada negativamente por alguns episódios pontuais, como: o acidente que culminou com o rompimento da barragem de mineração em Brumadinho, fato que prejudicou os resultados da indústria extrativa, importante segmento da indústria nacional; a crise econômica na Argentina, que reduziu as exportações de bens manufaturados, principalmente os da indústria automobilística e os segmentos correlatos.

O IPCA, que mede a evolução dos preços da economia brasileira, fechou o ano registrando inflação de 4,3% acelerando em dezembro/2019 (+1,15%), em virtude do aumento de preços da carne bovina no mercado interno. Esse aumento ocorreu por causa do crescimento das exportações para a China, que substituiu o consumo de carne suína por carne bovina em razão da peste suína africana que eliminou grande parte do rebanho da região.

No ano de 2019, destacaram-se alguns indicadores setoriais que apontaram resultados positivos. O comércio varejista ampliado avançou 1,8% em outubro/2019 em relação ao finalizado em julho, segundo dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – Exercício de 2019



Comércio - PMC do IBGE. O mercado de trabalho seguiu em processo de gradual recuperação, ainda evidenciando elevado nível de ociosidade da capacidade produtiva da economia brasileira.

Por outro lado, a indústria brasileira continuou sentindo os efeitos do ciclo recessivo que aconteceu em 2014-2015. Em novembro/2019, o segmento voltou a apresentar perdas nos principais indicadores, com destaque para a redução de 2,4% na produção de veículos e 1,3% em produtos alimentícios. As principais barreiras enfrentadas pelo setor ainda são a baixa produtividade e a crise em alguns países da América Latina, como Venezuela, Argentina e Bolívia.

No contexto regional, o desempenho da economia do Norte foi influenciado pelos eventos que aconteceram no âmbito internacional e nacional. As exportações aumentaram com menos intensidade das observadas nos anos anteriores em virtude da disputa comercial entre EUA e China e da crise em alguns países da América Latina, como os problemas políticos na Venezuela que impactaram nos indicadores econômicos e sociais de Roraima.

Na Amazônia Legal, o comércio varejista apresentou um acréscimo médio positivo de 4,8% em outubro/2019, na variação acumulada do ano no volume de vendas. No mesmo tipo de comparação a produção industrial aumentou no Amazonas, porém caiu no Pará e Mato Grosso. No mesmo período, o crédito, importante elo para o crescimento da economia e medido pelo saldo das operações, aumentou 9,9% no Norte, o vigésimo oitavo resultado positivo consecutivo neste tipo de comparação.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

O Plano Estratégico (PE) do Banco da Amazônia foi revisado, apresentando recorte temporal ampliado para o período 2020 a 2025, recebendo aprovação do Conselho de Administração em novembro/2019.

Mediante análise sob diversos aspectos, a revisão reafirmou o compromisso institucional do Banco com o desenvolvimento sustentável da região amazônica, preservando suas Declarações Estratégicas – Missão, Visão e Valores institucionais e, como instituição financeira responsável, buscou não só atender a viabilidade econômica da empresa, mas, preeminentemente, atuar como agente redutor de desigualdades na Região.

Nesse sentido e com a finalidade de impulsionar o crescimento da Instituição, o Plano Estratégico 2020-2025 foi desenvolvido com 09 objetivos específicos, por meio de novas diretrizes, além da habitual necessidade de atualização e revisão de processos e, ainda, considerando o cenário externo que envolve, dentre outros elementos, a dinâmica do mercado financeiro; mudanças na economia; diretrizes governamentais; a velocidade nas transformações tecnológicas; extinção e descoberta de novas profissões, sem contar com a inteligência artificial que desafia a todos os segmentos.



Para esse ciclo, o Banco irá priorizar as soluções digitais para o crédito de varejo, com foco no microcrédito e agricultura familiar, e intensificará o apoio creditício aos projetos de infraestrutura, que são necessários para o desenvolvimento da Região, considerando o impacto sócio econômico dessas atividades na economia regional.

Também é prevista a revisão dos canais de atendimento, de forma a aumentar a capilaridade da instituição, seja através dos canais digitais, agências de negócios, correspondentes bancários e agentes terceirizados, que oportunizarão a diversificação dos canais de distribuição do crédito.

Nesse formato, pretende-se solidificar a atuação do banco como principal agente de fomento da região Amazônica e alavancar os resultados através da rentabilização dos clientes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício de 2019****Projetos Corporativos**

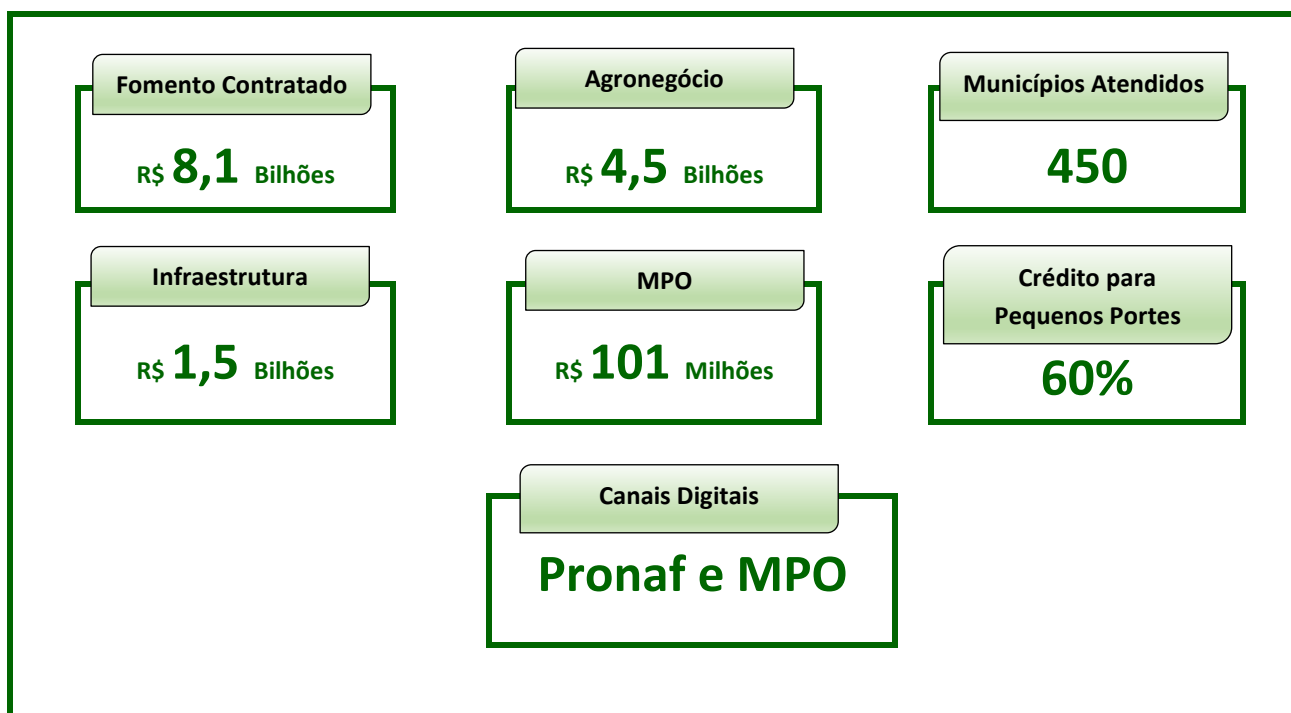
O Banco atua em projetos corporativos que visam desenvolver novas tecnologias e programas de inovação, sempre alinhado às estratégias de negócios e melhoria de governança, incentivando um ambiente criativo dentro da Instituição.

Com o objetivo de reforçar, ainda mais, sua estrutura de Governança Corporativa, o Banco trabalha na implantação das diretrizes e controles de Segurança da Informação e Comunicação e busca adequar-se às exigências da Lei 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados.

No quesito Recursos Humanos, o Banco adotou um novo modelo de Gestão de Pessoas, por meio da reestruturação dos processos de RH e da implantação de um novo sistema em busca do melhor alinhamento entre a força de trabalho e o atendimento das demandas estratégicas, táticas e operacionais do Banco.

Com relação a maior eficiência operacional, o Banco vem investindo na Centralização do Cadastro, no intuito de qualificar os processos, representando uma iniciativa importante para a etapa de digitalização, o que irá repercutir em um modelo mais ágil e moderno no relacionamento com os clientes.

No que tange à área de tecnologia, o Banco busca alcançar maior eficiência do sistema de fomento, atuando para tanto através da implantação de plataforma moderna com menos custo. No mesmo sentido, o Banco vem implantando o Gerenciamento Eletrônico de Documentos, com o objetivo de garantir maior celeridade e segurança nos processos de crédito. Desta forma, o Banco progride em seu objetivo de modernização da arquitetura tecnológica dos sistemas, fortalecendo, ainda mais, os projetos de inovação e transformação digital, incentivando com seus projetos, não só a atualização do ferramental, como também a mudança de cultura na instituição.

Destques 2019**4. FUNDO DE INVESTIMENTOS DA AMAZÔNIA – FINAM**

O Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM foi administrado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM até 1º de maio de 2001. Com a edição da Medida Provisória nº 2.145, de 02.05.2001, reeditada com o nº 2.157-5, em 24.08.2001, a autarquia foi extinta, cabendo ao Ministério da Integração Nacional, através do Departamento Financeiro de Recuperação de Projetos - DFRP, a administração do FINAM. Atualmente o Fundo é administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, através da Subsecretaria de Planejamento Integrado, Fundos e Incentivos Fiscais.

Na forma do disposto no art. 6º do Decreto-Lei nº 1.376, de 12.12.1974, o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM é operacionalizado pelo Banco da Amazônia S.A. No exercício de 2019, o Fundo apresentou um patrimônio líquido de R\$ 528,2 milhões, e pagou ao Banco da Amazônia, pela operacionalização deste Fundo, uma taxa de administração no valor de R\$ 10,6 milhões.

5. FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício de 2019**

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827/1989, posteriormente alterada pelas leis nº 9.126/1995 e nº 10.177/2001. O FNO é administrado pelo Banco da Amazônia e tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável e integrado da Região Norte mediante a concessão de financiamentos aos setores produtivos regionais, inclusive comércio e prestação de serviços

O FNO tem como finalidade reduzir a desigualdade social na Amazônia, por meio do acesso ao crédito com taxas e prazos diferenciados. Os recursos do FNO são aplicados em conformidade com a legislação vigente e de forma alinhada às diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo – CONDEL, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas, planos e programas para a Amazônia.

FNO 30 ANOS

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO completou 30 anos em setembro/2019, sob gestão do Banco da Amazônia, acumulando números que repercutem positivamente no desenvolvimento da região Norte, seja na presença destacada nos financiamentos de longo prazo ou na representatividade soberana no crédito de fomento da Região.

No exercício de 2019, foram realizados 51 seminários, com participação de aproximadamente 3.000 pessoas, abrangendo todos os Estados da região Norte.

Dessa forma, o BASA direciona os esforços para o cumprimento da distribuição de recursos, prevista no Plano de Aplicação do FNO, que se faz essencial para o desenvolvimento regional.

Crédito de Fomento - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

No ano de 2019 foi disponibilizado, para investimentos na região, o valor de R\$ 9,3 bilhões.

No exercício de 2019, as contratações do FNO totalizaram R\$ 7.670,8 milhões, para investimentos em atividades produtivas que estão aquecendo a economia e gerando emprego e renda na região, cujo resultado foi 66,40% maior que o valor referente ao exercício anterior, quando foram aplicados R\$ 4.610,0 milhões.

Os números são reflexos das ações integradas do Banco da Amazônia em conjunto com os Estados e Municípios, através da realização de seminários com orientações para acesso ao crédito.

Como consequência da inovação em ferramentas e produtos, novas oportunidades para geração de negócios surgem, otimizando a utilização dos recursos disponíveis, sob a forma de programas diversos, com foco no atendimento dos mais de 18 milhões de amazônidas que vivem em 450 municípios da região Norte.

Em observância às diretrizes do FNO, os financiamentos concedidos no exercício de 2019 priorizaram os empreendimentos de menor porte - agricultores familiares, mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais e suas cooperativas e associações, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno e pequeno-médio porte - com ênfase para a valorização da pequena produção de base familiar.

FNO - Contratações por Porte do Beneficiário						valores em mil (R\$)	
PORTE	Exercício de 2019		Exercício de 2018		Operações Δ %	Valores Δ %	
	Nº Op.	Valor	Nº Op.	Valor			
Mini/micro	10.220	683.392	11.552	607.683	-11,53	12,46	
Pequeno	4.629	2.072.466	3.559	1.394.875	30,06	48,58	
Pequeno/Médio	705	938.607	483	617.043	45,96	52,11	
Médio	620	1.410.069	371	927.494	67,12	52,03	
Grande	279	2.566.337	145	1.062.939	92,41	141,44	
TOTAL	16.453	7.670.871	16.110	4.610.034	2,13	66,4	

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

O setor rural contratou R\$ 4.089,0 milhões (53,3% das contratações) e os demais setores R\$ 3.581,8 milhões (46,7%), conforme Tabela abaixo:

FNO - Contratações por Setor Econômico						valores em mil (R\$)	
SETOR ECONÔMICO	Exercício de 2019		Exercício de 2018		Operações Δ %	Valores Δ %	
	Nº Op.	Valor	Nº Op.	Valor			
Rural	11.747	4.089.005	12.600	2.716.450	-6,77	50,52	
Demais setores	4.706	3.581.866	3.510	1.893.585	34,07	89,16	
TOTAL	16.453	7.670.871	16.110	4.610.034	2,13	66,4	

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício de 2019**

No exercício de 2019, o FNO foi operacionalizado por meio de cinco programas de financiamento, dentre eles o Programa FNO-Amazônia Sustentável, cujas linhas de crédito contemplam a todos os setores e empreendimentos regionais, sendo o programa que apresentou o melhor desempenho no período, com a contratação de R\$ 6.758,4 milhões, correspondendo a 88,1% do total contratado. Em seguida, o Programa FNO-MPEI apresentou o valor contratado de R\$ 502,1 milhões, correspondendo a 6,5% do total no período, e o Programa FNO-PRONAF, com R\$ 309,5 milhões – 4,0 %. Segue abaixo os valores de FNO contratados por programa de financiamento:

valores em mil (R\$)			
FNO - Contratação por Programa de Financiamento			
PROGRAMA	Exercício de 2019	Exercício de 2018	Δ (%)
FNO-PRONAF	309.561	369.477	-16,22
FNO-Amazônia Sustentável	6.758.427	3.859.398	75,12
FNO-ABC/Biodiversidade	100.156	103.468	-3,20
FNO-MPEI	502.143	277.690	80,83
FNO-FIES	584	-	-
TOTAL	7.670.871	4.610.034	66,4

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Considerando as contratações do FNO por Estado, a demanda pelo crédito dos Estados é influenciada por um conjunto de fatores, entre os quais o dinamismo da economia estadual, a disponibilização de infraestrutura logística eficiente, a estruturação da atividade produtiva, o nível de organização dos produtores e empreendedores, a existência de oportunidades para a realização de investimentos e negócios sustentáveis e a potencialidade do mercado local.

valores em mil (R\$)					
FNO - Contratações por Estado					
ESTADO	Exercício de 2019		Exercício de 2018		Δ %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Acre	207.920	2,71%	198.875	4,31%	4,55
Amazonas	665.293	8,67%	420.649	9,12%	58,16
Amapá	65.388	0,85%	111.921	2,43%	-41,58
Pará	2.681.636	34,96%	1.595.201	34,60%	68,11
Rondônia	1.555.116	20,27%	1.140.146	24,73%	36,40
Roraima	174.277	2,27%	54.636	1,19%	218,98
Tocantins	2.321.242	30,26%	1.088.606	23,61%	113,23
TOTAL	7.670.871	100,0%	4.610.034	100,0%	66,4

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Com amparo no Artigo 9º da Lei nº 7.827/89 (alterado pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001) e atendendo ao disposto no artigo 2º da Portaria n.º 147 de 05 de abril de 2018, do Ministério do Desenvolvimento Regional, o Banco da Amazônia poderá repassar recursos do FNO a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade.

O BASA vai operacionalizar os repasses de recursos para as instituições operadoras credenciadas (Bancos, Cooperativas e Agências de Fomento), as quais devem possuir Limite de Crédito (LC) para a finalidade de repasse. O valor do LC será definido conforme a análise do Banco e seguindo as boas práticas de risco e de crédito, possibilitando o atendimento de um número maior número de pessoas com os recursos do FNO, uma vez que as Instituições operadoras proporcionarão o alcance a públicos diferenciados.

FNO - Perspectivas para 2020

Para o ano de 2020, estão disponíveis para investimentos na região R\$13,0 bilhões dos quais, R\$ 9,9 bilhões são oriundos do FNO, distribuídos nos estados conforme abaixo:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício de 2019****FNO 2019 – PREVISÃO DE APLICAÇÃO POR ESTADO**

ESTADO	R\$ Milhões
ACRE	491,64
AMAPÁ	491,64
AMAZONAS	1.452,07
PARÁ	2.861,01
RONDÔNIA	1.954,84
RORAIMA	491,64
TOCANTINS	2.090,36
SUBTOTAL	9.833,20
FIES*	99,33
TOTAL	9.932,53

Fonte: Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros – FNO 2020
*Recursos disponíveis por demanda dos estados.

O Banco da Amazônia tem como principal foco de atuação a concessão de crédito de longo prazo, direcionado para aplicações em atividades produtivas propulsoras do desenvolvimento regional. Nesse aspecto, prioriza o atendimento aos segmentos de menor porte, seguindo as diretrizes e orientações das políticas públicas, bem como em atenção aos planos e programas do governo federal, dos governos estaduais e dos governos municipais, integrando seus esforços, também, aos de atores da sociedade civil organizada, associações e representações dos segmentos produtivos.

Aderente ao desenvolvimento sustentável da região, o Banco matem-se alinhado às ações relacionadas aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas - ONU, e à Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR; às necessidades dos 450 municípios da Região Norte e, também, dos estados do Maranhão e de Mato Grosso.

Para o exercício de 2020, o BASA disponibilizará 07 programas de financiamento para o FNO, sendo dois novos: FNO MPO - voltado para o microcrédito e o FNO INFRA - destinado aos projetos de infraestrutura, como logística, estrutura elétrica e de saneamento básico.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

BALANÇO PATRIMONIAL	BANCO DA AMAZÔNIA		FNO	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
A T I V O	20.478.841	18.939.959	31.253.411	28.402.983
Disponibilidades	56.335	49.231	7.025.645	6.584.761
Aplicações Interfinanceiras, TVM e Inst. Financ. e Derivativos	14.949.451	14.167.645	-	-
Relações Interfinanceiras e Interdependências	222.586	245.261	141.181	6.009
Operações de Crédito	3.150.436	2.692.997	24.057.073	21.781.485
Outros Créditos e Outros Valores e Bens	1.819.886	1.438.033	29.512	30.728
Permanente	280.147	346.792	-	-
PASSIVO	20.478.841	18.939.959	31.253.411	28.402.983
Depósitos	4.400.315	4.151.109	-	-
Captações no Mercado Aberto e Rec. Letras Imob. e Hipot. Deb.	335.024	343.332	-	-
Relações Interfinanceiras e Interdependências	2.567	10.806	-	-
Obrigações por Empréstimo e Repasses	832.091	830.486	-	-
Outras Obrigações	12.709.638	11.665.618	70.367	51.610
Patrimônio Líquido	2.199.206	1.938.608	31.183.044	28.351.373

ATIVOS TOTAIS

O Banco da Amazônia encerrou o exercício de 2019 apresentando crescimento de 8,1% nos ativos totais, representando R\$1.538,9 milhões a mais do que no ano de 2018, tendo como maior incremento a carteira de títulos e valores mobiliários, no valor de R\$721,0 milhões e de operações de créditos - R\$457,4 milhões, representando 76,7% dos totais dos ativos, contra 76,6% no exercício de 2018.

O Permanente registrou uma baixa de R\$64,0 milhões, registrados no Ativo Intangível relacionados ao PET – Projeto de Excelência Tecnológica, visto que estes ativos não gerarão benefícios econômicos futuros, não possuindo mais as características exigidas pela legislação, conforme CPC 04 (R1).

Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício de 2019**

Ao final de 2019, a carteira de TVM alcançou o montante de R\$12.551,0 milhões, aumento de 6,1% quando comparado ao exercício de 2018.

A Carteira está composta por 82,8% de títulos públicos federais, principalmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e de 17,2% de títulos privados que estão aplicados em Letras Financeiras, Certificados de Depósitos Interfinanceiros, Debêntures e outros.

Ao longo de 2019, não houve a realização de operações com instrumentos derivativos (contratos futuros de juros), mantendo-se o perfil conservador de alocações de recursos da Instituição.

O crescimento em Títulos e Valores Mobiliários foi devido ao incremento em títulos públicos, especificamente as NTN's, encerrando 2019 com R\$1.105,2 milhões, contra R\$544,6 milhões em 2018. Com relação aos títulos privados, destaque para as Debêntures que alcançou R\$819,9 milhões em 2019, ante o valor de R\$643,3 milhões alcançado em 2018. A participação de títulos privados na carteira, 17,22%, está dentro dos limites aprovados pelo Comitê de Ativos e Passivos - 28%.

Em atendimento ao disposto no Artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/2002, o Banco da Amazônia declara ter a intenção de manter o valor de R\$145,6 milhões em títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos Até o Vencimento".

Carteira de Operações de Créditos

A carteira classificada de operações de crédito, apresentou crescimento de 17,0%, tendo como maior destaque a elevação da carteira Comercial.

Considerando o papel do Banco de indutor financeiro do desenvolvimento regional, tendo como principal fonte de recurso o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, torna-se necessária uma abordagem específica sobre o desempenho dessa carteira, haja vista que as operações de crédito lastreadas com o FNO não se encontram registradas no ativo do Banco, em função da legislação vigente.

Nesse contexto, os ativos totais do FNO apresentaram aumento de 10,0% em relação a 2018, motivado pela elevação de 10,4% da carteira de crédito e de 6,7% da disponibilidade do FNO. A maior parte da carteira de crédito composta por operações com risco compartilhado, representando 97,1%, e um crescimento de 11,0%, enquanto que o risco integral do Fundo, que corresponde a 2,9% da carteira, apresentou redução de 4,4% no mesmo período.

PASSIVOS TOTAIS

Dentre as obrigações que apresentaram maior variação, com 96,6% de representatividade, estão os Depósitos, aumentando em R\$249,2 milhões e Outras Obrigações, que apresentou elevação de R\$1.044,0 milhões.

Depósitos

No exercício de 2019, com base nos saldos finais, os depósitos apresentaram crescimento de 6,0% com destaque para os depósitos especiais e para os depósitos a vista que encerraram o exercício com R\$1.412,3 milhões e R\$1.052,7 milhões, respectivamente, contra R\$1.211,6 milhões e R\$893,0 milhões em 2018. Nos depósitos especiais remunerados, o maior crescimento foi para as retenções de 1,5% nas amortizações do FDA para apoio à pesquisa, desenvolvimento e tecnologia, atendendo ao art. 6º da Lei 13.682/2018.

Outras Obrigações

O subgrupo Fundos Financeiros e de Desenvolvimento cresceu 8,0% registrando o valor de R\$7.482,1 milhões, ante o resultado de R\$6.926,8 milhões alcançado em 2018, motivado pelo aumento no volume aplicado e pelo aumento na taxa de administração do FNO, referente a elevação no repasse de recursos do Tesouro Nacional (STN). No período também ocorreu o repasse ao Banco no montante de R\$135,0 milhões, para que este, em nome próprio, realizasse a contratação de uma operação de crédito com risco integral do Banco, conforme previsto no artigo 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

Os Passivos Atuarias encerraram o exercício registrando aumento de 19,1%, totalizando R\$1.284,0 milhões, contra R\$1.078 milhões em 2018. Essa conta contempla os planos: BD, Misto, Assistidos de responsabilidade do Banco e Auxílio Saúde. A elevação foi motivada pelo ajuste nas respectivas provisões, após cálculo atuarial que ocorre trimestralmente.

Em outras obrigações, o crescimento apresentado foi de 10,7%, registrando em 2019 o valor de R\$2.884,0 milhões, ante o valor de R\$2.605,7 milhões registrado em 2018. A elevação foi motivada, principalmente, pela elevação das provisões de risco das operações de FNO e FDA.

Patrimônio Líquido (PL)

O Banco encerrou o exercício de 2019 com Patrimônio Líquido de R\$2.199,2 milhões, superior 13,4% em relação a 2018 - R\$1.938,6 milhões.

Índice de Basileia - Limites Operacionais

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício de 2019**

A mensuração do capital regulamentar - compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com grau de risco dos ativos, passivos e compensação - é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O exercício de 2019 encerrou com índice de 12,5%, contra 13,4% apresentado em 2018.

RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Exercício 2019	Exercício 2018
Receitas da Intermediação Financeira	1.506.463	1.303.185
Despesas da Intermediação Financeira	(987.753)	(938.486)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	518.710	364.699
Outras Receitas / Despesas Operacionais	(110.005)	(91.688)
Resultado Operacional	408.705	273.011
Resultado Não Operacional	(60.136)	948
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	348.569	273.959
Imposto de Renda e Contribuição Social	(47.621)	(155.649)
Participações Estatutárias no Lucro	(25.600)	(9.232)
Lucro Líquido	275.348	109.078
Juros sobre Capital Próprio	(105.029)	(41.773)
Lucro por Ação Básico e Diluído - Em Reais	9,28787	3,67935

Lucro Líquido

O Banco da Amazônia encerrou o exercício de 2019 com lucro de R\$275,3 milhões, contra R\$109,1 milhões em 2018. O exercício de 2019 foi marcado pelo significativo crescimento do resultado operacional, quando comparado ao exercício anterior, além de expressivo resultado da carteira TVM e das receitas de tarifas. Houve também o impacto, no período, da elevação de provisões de crédito.

O decréscimo no resultado não operacional ocorreu pelo registro em perdas de capital no valor de R\$64,0 milhões, referente a baixa de ativos registrados no grupo permanente, conforme mencionado no item de Ativos Totais.

A distribuição de resultado obedeceu às diretrizes da Política de Remuneração aos Acionistas, elaborada de acordo com o disposto nas Leis nº 6.404/76, 13.303/16, no Estatuto Social do Banco da Amazônia S/A e demais leis, regulamentações e deliberações pertinentes. A remuneração aos acionistas está limitada a 40% e, considerando o crescimento no resultado, a distribuição chegou a este percentual, o mesmo de 2018.

A participação dos empregados e administradores nos lucros a ser distribuída totaliza o valor de R\$25,6 milhões, ante o valor de R\$9,2 milhões distribuído em 2018.

Receitas e Despesas da Intermediação Financeira

O resultado da carteira de crédito apresentou redução de 39,9% impactado sobretudo pela variação significativa na PCLD, encerrando o exercício de 2019 com R\$167,4 milhões, contra R\$278,3 milhões em 2018. A provisão de crédito foi elevada principalmente pela migração do nível de risco de operações de grande valor para categoria de maior risco, registrando em 2019 o valor de R\$245,4 milhões, ante ao montante de R\$138,4 milhões em 2018.

As rendas de operações de crédito cresceram 1,7% representando R\$374,0 milhões no exercício de 2019, face ao valor de R\$367,7 milhões no mesmo período do ano anterior, impactado principalmente pela modalidade empréstimos, especificamente o setor privado Rural, com o destaque para o produto Giro Produtor Rural com 1.435 operações contratadas em 2019, dobrando o volume da carteira em relação ao ano anterior e fechando o exercício com saldo de R\$346,6 milhões contratados.

O resultado da carteira de TVM apresentou crescimento expressivo de R\$198,2 milhões, encerrando 2019 com R\$1.079,3 milhões, contra R\$881,1 milhões em 2018, motivado pela reclassificação de títulos que estavam na categoria “Mantidos até o vencimento” para “Títulos para Negociação”, ocorrida em dezembro/2019, que gerou marcação a mercado positiva, no valor de R\$151,3 milhões, sendo registrada como ganho no período.

O objetivo da reclassificação foi a venda destes títulos - NTN's-B agosto/2026 e agosto/2040, para aquisição obrigatória de NTN's-B maio/2035, no intuito de vincular em garantia, cumprindo acordo entre o Banco e a BB Previdência, relacionados aos Planos de Benefícios Saldados - BD e Misto e PrevAmazonia com a CAPAF.

Vale ressaltar que, apesar da queda na taxa Selic, principal indexador dos títulos que compõem a carteira de TVM - 5,94% a.a em 2019 e 6,40% a.a em 2018 - as rendas de títulos apresentaram acréscimo, especialmente as LFT's e Debêntures.

No ano de 2019, as despesas com operações de Empréstimos e Repasses tiveram redução de 40,4%, registrando o valor de R\$106,5 milhões, contra R\$178,7 milhões registrado em 2018, impactadas pelas despesas do Tesouro Nacional, que no exercício

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício de 2019**

de 2018 apresentou o registro da remuneração/atualização do IECF remanescente dos exercícios de 2014, 2015 e 2016, conforme termo de conciliação CCAF/CGU/AGU/PBB, no valor de R\$65,4 milhões.

OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS**Receitas de Prestação de Serviços**

As receitas de prestação de serviços, incluindo tarifas bancárias, apresentaram crescimento de 9,7%, registrando R\$825,0 milhões, ante o valor de R\$752,1 milhões apresentado em 2018. Foram impactadas principalmente pelas rendas de administração de fundos, com destaque para FNO e FINAM.

Na administração de Fundos, o maior crescimento percentual foi na taxa de administração do FINAM, encerrando 2019 em R\$10,6 milhões, contra R\$9,4 milhões em 2018, motivada pelo aumento de PL daquele Fundo que, crescendo 17,5%, alavancou a Taxa de Administração - 3% aplicado sobre 70% do PL - em 12,7%.

A taxa administração do FNO, valor pago ao Banco como gestor dos recursos, também contribuiu de forma expressiva, por apresentar o maior volume em *funding*, registrando R\$638,4 milhões em 2019, em contrapartida a 2018, que registrou o valor de R\$594,8 milhões. Em 2019, os repasses de recursos realizados pelo Tesouro Nacional foram maiores do que em 2018 - R\$2.719,2 em 2019; e R\$2.493,6 em 2018. O cálculo da taxa de administração do FNO é 2,7% do PL do Fundo ou 20% dos ingressos, o que for menor. Neste contexto, o Banco recebe a taxa calculada pelo ingresso dos recursos.

Outras Receitas Operacionais

Neste grupo está registrado o Del Credere de FNO, que teve crescimento de 8,3% em relação ao ano anterior, efetivando R\$653,3 milhões, face a R\$603,2 milhões em 2018. Em 2019, foram contratados R\$7.670,8 milhões de FNO, gerando R\$5,9 bilhões em recursos liberados, que incrementaram a base de cálculo para o del credere, valor pago ao Banco para cobertura dos riscos de crédito e operacionais assumidos pela Instituição ao aplicar os recursos do Fundo.

Ainda relacionado ao FNO, a recuperação de créditos prejudizados continuou sendo receita relevante. A Lei 13.340/2016, em seu último ano de vigência, contribuiu para que fossem recuperados R\$148,4 milhões em 2019, contra R\$147,8 milhões em 2018, apenas citando o valor correspondente aos 50% de risco assumido pelo Banco nas operações público alvo da Lei.

A rubrica “outras receitas operacionais” apresentou variação negativa de 81%, com o valor de R\$36,4 milhões, ante a R\$192,2 milhões em 2018, explicada por eventos não recorrentes ocorridos naquele período, que geraram movimentação nas contas de receita, como a reclassificação contábil das rubricas de provisão ativos atuariais - Contrato TI, no valor de R\$21,7 milhões, Provisão para apuração de responsabilidades - R\$13,6 milhões e pela Reversão do excedente da provisão constituída de operações SEC I liquidadas em Dez/2018, no valor de R\$111,0 milhões.

DESPESAS

A conta de Despesas de Pessoal apresentou crescimento de 7,7%, registrando R\$562,6 milhões, contra R\$522,1 milhões em 2018, tendo como destaques as despesas a seguir:

- Proventos: foi concedido reajuste de 4,31% sobre todas as rubricas de natureza salarial, conforme previsto no ACT 2018/2020, o que motivou a elevação de 7,3%, R\$334,2 milhões - R\$311,3 milhões em 2018. Os referidos reajustes impactaram nas contas de provisões de férias, 13º salário, licença Prêmio e abono Assiduidade. Destaque, ainda, para o pagamento de indenizações a empregados que pertenciam ao Quadro de Apoio, face a adesão ao Programa de Desligamento Voluntário;
- Encargos Sociais e Benefícios: crescimento de 8,8% associado ao reajuste nas contas de despesas de proventos, encerrando o exercício em R\$214,7 milhões, contra R\$197,3 milhões no exercício anterior;
- Treinamento: elevação de 34,9%, registrando R\$5,4 milhões em 2019, ante a R\$4,0 milhões em 2018. Os investimentos com treinamento ocorreram observando o orçamento previsto para o período e com o objetivo de promover ações de aprendizagem alinhadas às estratégias de negócio e às atividades dos profissionais.

Em 2019, a conta de Despesas Administrativas apresentou decréscimo de 2,4% quando comparado ao mesmo período de 2018, refletindo no registro de R\$234,3 milhões, contra R\$240,1 milhões no exercício de 2018, sem considerar despesas de amortização e depreciação. A redução reflete o esforço do Banco no controle das despesas e em menores gastos, com destaque principalmente nas rubricas de processamento de dados, transporte, serviços técnicos especializados e comunicação.

O grupo de outras despesas operacionais apresentou redução de 9,2%, sendo R\$817,6 milhões em 2019, contra R\$900,1 milhões em 2018. Destaca-se que no exercício de 2018 houve a reclassificação contábil das rubricas provisão para grade de perdas e provisão dos títulos e créditos a receber – contrato PET migradas do passivo para o ativo como contas retificadoras.

Crédito Comercial

O Banco da Amazônia encerrou o exercício de 2019 com saldo na carteira comercial de R\$1.322,4 milhões, apresentando crescimento de 50,65%, comparativamente ao mesmo período de 2018, que encerrado com R\$877,8 milhões, demonstrando a ampliação tanto do crédito geral como também do câmbio.

O acréscimo mais relevante ocorreu, especificamente, na modalidade Empréstimos com destaque para o Produto Giro Produtor Rural que dobrou seu volume de contratações em 2019.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício de 2019****Micro e Pequenas Empresas**

O Banco da Amazônia, por meio de campanhas de incentivo, apresentou acréscimo de 32,98%, na aplicação de recursos para as Micro e Pequenas empresas no exercício de 2019.

valores em mil (R\$)	
FOMENTO - MPE	
2019	2018
832.060	625.674

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Microempreendedor Individual

O Banco da Amazônia incentiva o Microempreendedor Individual, por meio do Programa FNO-MEI, desde sua criação, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento local e regional, ampliando a geração de emprego e renda nas áreas onde o Banco da Amazônia atua. No ano de 2019, houve um incremento de 4,9% na aplicação de recursos de fomento para o Microempreendedor Individual.

valores em mil (R\$)	
FOMENTO - MEI	
2019	2018
4.728	4.506

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Agricultura Familiar

O Banco da Amazônia, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), vem apoiando o desenvolvimento desse segmento no cenário regional, financiando projetos que atendam aos padrões de responsabilidade ambiental, econômica, social e cultural. No Exercício 2019, o Banco aplicou o montante de R\$ 309 milhões no PRONAF.

Com relação ao segmento Pessoa Física, no ano de 2019, o Banco da Amazônia aplicou o montante de R\$3.755,2 milhões nas linhas FNO – PRONAF; FNO – Amazônia Sustentável; FNO - ABC/Biodiversidade, representando um aumento de 48% com relação ao mesmo período de 2018, com destaque para o crescimento expressivo da linha FNO – Amazônia Sustentável.

MICROFINANÇAS - Programa Microcrédito Produtivo Orientado – AMAZÔNIA FLORESCER

O Amazônia Florescer atua nas áreas urbana e rural por meio de Termo de Parceria entre o Banco da Amazônia e a Associação de Apoio a Economia Popular da Amazônia (Amazoncred), responsável pela operacionalização do programa por meio de visitas aos empreendedores populares urbanos (informais) e agricultores familiares no local onde desenvolvem suas atividades, envio de propostas de crédito ao Banco da Amazônia, bem como a realização de acompanhamento do ciclo do crédito e cobrança. A vertente urbana faz parte do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), enquanto a vertente rural atua junto ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).

Destacou-se, no exercício de 2019, a criação e implantação do projeto MPO Digital do Programa Amazônia Florescer Urbano para todas as unidades de Microfinanças, bem como a inauguração das novas unidades de microfinanças em Boa Vista-RR, Araguaína-TO e Macapá-AP.

No Exercício 2019, o Programa Amazônia Florescer atuou no microcrédito urbano atendendo 41.885 empreendedores populares, aplicando o montante de R\$100,6 milhões, um aumento de 2% em relação ao exercício 2018, ocasião em que foi aplicado o valor de R\$ 98,7 milhões.

No que tange ao microcrédito rural, no Exercício 2019, o Programa Amazônia Florescer atendeu 2.730 agricultores familiares, aplicando o montante de R\$9,4 milhões.

Receita de Recuperação de Crédito

O resultado consolidado para o exercício de 2019 evidencia o volume de R\$ 198,2 milhões de créditos recuperados, para todas as fontes de recursos, ante R\$ 196,8 milhões no mesmo período do ano anterior, incluindo FNO (crescimento de 0,71 %).

Destaca-se a representatividade das renegociações do público da Lei 13.729/18 (anteriormente Lei 13.340/16) na condição de principal vetor da recuperação, porquanto continuou a impactar positivamente com a regularização das operações inadimplidas, equivalendo a 54,6% do total.

Outro componente de destaque tem relação com a "Campanha Recupera Mais Crédito 2019", com vigência até 30/12/2019, que mediante abordagem estratégica e soluções inovadoras, como divulgação via SMS e geração de boleto no site institucional, contribuiu para incrementar a recuperação global do Banco.

Receita de Tarifas Bancárias

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – Exercício de 2019



No exercício de 2019, o Banco da Amazônia alcançou o valor de R\$144,1 milhões em Receita de Tarifas, contra R\$113,3 milhões em 2018, apresentando, pelo segundo ano consecutivo, crescimento significativo de 27,1%, o que representou um recorde na consecução de metas e geração de receita. A expansão do crédito, crescimento das vendas de produtos e serviços, a automatização, maior monitoramento e controle da cobrança, promoveram a expansão tanto nas tarifas PF quanto nas Tarifas PJ.

Receita de Seguridade

A Receita de seguridade, no ano de 2019, alcançou o valor de R\$17 milhões, significando uma elevação de 36,55% comparando ao mesmo período de 2018.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança do Banco da Amazônia é composta pela Assembleia geral de Acionistas; Conselho Fiscal; Conselho de Administração; Comitês Superiores: Comitê de Auditoria, Comitê de Elegibilidade, Comitê de Risco e de Capital, Comitê de Governança, Crédito e Sustentabilidade e Comitê de Remuneração; Auditoria Interna; Diretoria Executiva; Secretaria de Governança; Ouvidoria; Comissão de Ética; Coordenadoria de Integridade e Correição; e Coordenadoria de Relacionamento com Investidores.

O Banco da Amazônia mantém o constante aperfeiçoamento de sua governança corporativa, visando ao pleno atendimento da sua função social. A ética está presente nas atuais Declarações Estratégicas do Banco, como um dos primeiros valores: Integridade – Ética e Transparência, aparecendo como um norteador de ações de todos os que atuam na Instituição.

O Banco realizou o Encontro Nacional de Gestores com a participação dos membros do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Diretoria Executiva, Secretário Executivo, Gerentes Executivos, Superintendentes Regionais, Gerentes Gerais de agências e Gerentes das Centrais de Crédito, oportunidade na qual se procedeu uma análise dos resultados alcançados em 2019 e foram fornecidas as diretrizes e traçadas as estratégias para alcançar as metas definidas para o exercício de 2020.

O Conselho de Administração aprovou, em 2019, a Política Geral de Contratações, assim como, a Política e o Plano Anual de Comunicações. O Colegiado também aprovou a Revisão da Política Integrada de Risco e de Capital e dos Limites Dispostos na RAS – Declaração de Apetite a Riscos.

O mesmo Conselho aprovou ajustes na Política de Patrocínio, que tem por objetivo orientar as ações relativas à concessão de patrocínios, de forma a garantir a efetiva comunicação institucional com seus públicos de interesse, garantindo transparência ao processo de contratação, o fortalecimento da imagem do Banco e sua atuação no desenvolvimento regional.

No mesmo sentido, para fortalecer a governança do BASA, o Conselho de Administração aprovou várias Normas de Procedimento no âmbito da gestão de pessoas, estabelecendo diretrizes para benefícios já estabelecidos como: Assistência à Saúde; Plano de Desenvolvimento de Pessoas; Gerenciamento de Desempenho e aprovou, também, a extinção da Política de Lateralidade, a criação de nova Política de Substituição e a Política de Segurança da Informação e Comunicações de Segurança Cibernética.

Houve o aprofundamento de elementos de governança do Banco com a elaboração do “Guia da Alta administração” que tem por objetivo apresentar elementos que possam facilitar a compreensão do funcionamento do Banco, ampliar o conhecimento acerca dos assuntos específicos da organização e favorecer a tomada de decisão.

O documento será emitido e atualizado anualmente e entregue aos profissionais que atuam no Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Diretoria Executiva, no seu ingresso e após isso, anualmente. Os principais pontos expressos no Guia são: Informações sobre a criação do Banco e sua função social, as declarações estratégicas e informações sobre a governança, a estrutura da organização, os principais projetos e programas em relação com a sociedade e informações sobre o posicionamento do Banco no IG-SEST.

O Banco atingiu o Nível 1 em todas as quatro edições do Indicador de Governança - IG-SEST, do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O objetivo do IG-SEST é acompanhar o desempenho da qualidade de governança das empresas estatais federais.

O resultado alcançado demonstra o compromisso do Banco da Amazônia com a governança e com a melhoria de seus processos, visando à transparência, à conformidade e ao atendimento dos padrões de Governança Corporativa.

O Banco entregou o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa, exigido pela Instrução nº 586 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, de 2017. O referido documento informa que o Banco adota as práticas recomendadas pelo Código, dizendo quais destas práticas adota, parcialmente ou não, com as devidas justificativas. Trata-se de instrumento importante para administradores e investidores, que poderão acompanhar e refletir anualmente sobre as práticas de governança corporativa da Instituição.

O Banco aperfeiçoou o seu site institucional, bem como sua página de relações com investidores, tendo como foco a melhoria da transparência e da publicidade de suas ações.

8. GESTÃO DA INTEGRIDADE, CORREIÇÃO E CANAL DE DENÚNCIA INTERNO

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício de 2019**

A gestão da Integridade, no Banco da Amazônia, é baseada em três pilares: Integridade, Correição e Canal de Denúncia Interno, assegurando assim o cumprimento das exigências legais e regulamentares. O Programa de Integridade do Banco traduz um conjunto de medidas adotadas para prevenir, detectar e remediar a ocorrência de fraudes e corrupção que venham a ocorrer.

No processo, são utilizadas informações oriundas do banco de dados do Sistema de CGU-PAD e do Canal de Denúncias Interno, o grande aliado adotado na Gestão da Integridade e Correição que permite ao relator o registro das manifestações online.

No exercício de 2019 foi realizada a Gestão dos Riscos de Integridade, um dos eixos do Programa de Integridade, dividida, didaticamente, em três etapas: Identificação, Avaliação e Adequação dos Riscos de Integridade, tendo as duas primeiras sido finalizadas durante o ano de 2019 e a última com previsão para o primeiro semestre de 2020.

Relacionado ao Programa de Integridade, foram lançadas ações, em parceria com a área de comunicação do Banco, com o objetivo de ampliar a divulgação do programa, suas diretrizes e políticas, normas e procedimentos para Gestão de Integridade.

O Canal de Denúncia teve sua automatização no decorrer do exercício de 2019, visando facilitar o acesso aos usuários com segurança, anonimato, quando por eles solicitado, assim como agilidade e confiabilidade. A Política de Proteção ao Denunciante, foi publicada no 2º semestre de 2019, agregando confiança e segurança para os usuários do Canal de Denúncia.

No ano de 2019, foi criada a Norma de Procedimento interna de Regime Disciplinar, normativo que está aderente aos preceitos e normativos da Controladoria Geral da União – CGU, e às recomendações da Auditoria Interna, trazendo maior clareza para o tema, com inclusões de procedimentos que possibilitam tornar o processo mais célere e transparente.

Em 2019, o Canal de Denúncias recebeu um quantitativo de 35 registros, que foram devidamente encaminhadas às áreas responsáveis pelo seu tratamento. No CGU-PAD houve um total de 63 registros.

9. GESTÃO DE RISCOS

A governança corporativa de riscos do Banco da Amazônia dispõe de uma estrutura de gerenciamento constituída por comitês específicos para a gestão de riscos e de capital, com a participação do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Gerentes Executivos e demais gestores envolvidos diretamente ou indiretamente com o processo de negócios da Instituição.

A Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital do Banco da Amazônia e a Declaração de Apetite aos Riscos - RAS contemplam as orientações e diretrizes para as atividades relacionadas à gestão contínua e integrada de riscos de crédito, operacional, de mercado, de variação da taxa de juros da carteira bancária – IRRBB, de liquidez e socioambiental. Os referidos riscos são considerados relevantes pelo Banco, em função do seu potencial impacto no alcance dos objetivos estratégicos da Instituição.

Com o intuito de intensificar a sua performance em termos de governança de riscos, o Banco da Amazônia vem colocando em efetivação projeto corporativo (GRC – Governança, Riscos e Controles) de grande envergadura, no que tange à implementação de Solução de Gestão de Riscos, que permite a gestão integrada e automatizada dos processos de governança, riscos e controles pertinentes aos processos de negócios do Banco.

Tal ferramenta possibilitará que o gerenciamento de riscos seja realizado de forma integrada, abordando as três linhas de defesas e etapas essenciais do processo de gerenciamento de riscos, como: identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre riscos. A implementação da solução encontra-se nas etapas finais, com conclusão prevista para ocorrer no segundo semestre de 2020.

Com o objetivo de manter a sua resiliência frente às mudanças abruptas demandadas pelo mercado, o Banco vem dispensando atenção especial às atividades referentes à Gestão de Continuidade de Negócios, particularmente no que se refere ao processo de Análise de Impacto nos Negócios – AIN, no sentido de revisar, ou se for o caso, remodelar tais processos de negócios, com vistas a manter a sua perenidade no presente mercado. Esse processo encontra-se em andamento, com término previsto para 2020.

Outrossim, sob o aspecto da instrumentalização da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, o Banco vem concluindo as implementações necessárias às adequações das informações pertinentes ao IRRBB, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020, as quais foram demandadas pela autoridade monetária, por meio da Circular nº 3.938, de 17.04.2019, no que tange à apuração do Risco da Taxa de Juros da Carteira Bancária, no que diz respeito as abordagens: i) Valor Econômico – a qual consiste em avaliar os impactos de alterações nas taxas de juros no valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na Carteira Bancária do Banco; ii) Resultado de Intermediação Financeira – consiste em avaliar os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira na Carteira Bancária do Banco.

Ressalta-se que esta Instituição possui perfil de exposição a riscos conservador, onde as diretrizes e limites são monitorados de acordo com a complexidade das operações de seus negócios. Com isso, a Instituição busca estar alinhada com as melhores práticas de mercado, os dispositivos regulamentares da autoridade monetária e do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia.

No que tange ao Risco de Crédito, o Banco da Amazônia se norteia pela Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos - RAS, e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito.

Nesse sentido, em 2019, o Banco finalizou a implantação de solução para a gestão de garantias, que reúne em uma única base corporativa as informações necessárias ao controle da suficiência ou disponibilidade de garantias no Banco, contribuindo para redução do risco operacional, bem como mitigação do risco de crédito.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – Exercício de 2019



10. CONTROLES INTERNOS

A gestão dos controles internos do Banco da Amazônia é exercida por toda estrutura organizacional e está integrada por meio das Três Linhas de Defesa. O Banco tem promovido adoção de elevados padrões éticos e de integridade, e uma cultura de controles, a fim de garantir confiabilidade e o fortalecimento dos controles internos.

Dentre as evoluções de controle interno e *compliance* no exercício de 2019, destaca-se o aprimoramento da gestão dos indicadores de conformidade aplicados aos principais processos da empresa. O acompanhamento e gestão destes indicadores podem sinalizar necessidade de trabalhos específicos.

Diversos trabalhos de *compliance* e testes de controles foram realizados no período de forma alinhada a estratégia e perfil de risco da Instituição. As necessidades de aperfeiçoamento foram identificadas, monitoradas e reportadas às instâncias de governança. Este mesmo tratamento é realizado para as fragilidades apontadas por órgãos supervisores e auditoria externa.

O Banco mantém canal de denúncias para receber ocorrências e atos suspeitos de fraudes e corrupção, via web site, no ambiente da intranet ou contato por e-mail. O tratamento das ocorrências evidencia a seriedade e o compromisso da instituição com a fidelidade aos seus princípios norteadores, sejam de orientação e formação, como cursos, palestras e seminários, ou de inibição às ocorrências, por meio de regras claras e punições quando necessário.

Os procedimentos e diretrizes de controle interno e *compliance* implantados no BASA, contribuem para a gestão, cumprimento da missão e a geração de resultados sustentáveis.

11. SEGURANÇA CORPORATIVA

No ano de 2019, o Banco da Amazônia investiu de forma significativa no âmbito da Segurança Corporativa, promovendo melhorias relacionadas aos controles internos, governança e otimização de processos.

Dentre os avanços, destacam-se a Revisão e incorporação à POSIC da Política de Segurança Cibernética; Instalação de mais 56 cofres inteligentes para a proteção adequada do numerário; Elevação do encaixe das unidades, com resultado na redução das despesas com transporte de valores; Implantação de novo processo de controle de acesso físico no edifício matriz do Banco; Adoção de procedimento antifraude, visando reduzir as fraudes eletrônicas no internet banking; Realização de provas de conceito de ferramentas de monitoramento de eventos de segurança da informação e cibernética; Desenvolvimento do sistema de Gestão das Ordens Judiciais; Aprovação dos planos de segurança das agências; e licitação do novo serviço de monitoramento eletrônico das agências.

Com relação à implementação da Lei Geral de Proteção, o BASA criou um grupo de trabalho com o objetivo de realizar atividades de adequação à Lei 13.709/2018 – LGPD, com a definição de metodologia para a implementação da referida Lei.

12. AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna do Banco da Amazônia, AUDIT, é responsável por fornecer avaliações abrangentes, com o maior nível de independência e objetividade para a estrutura de governança, atuando como terceira linha de defesa no processo de gerenciamento de riscos e controles.

No exercício de 2019, no que tange ao fortalecimento e desempenho da gestão, a AUDIT realizou trabalhos nos processos de Governança Corporativa – Revisão de Estrutura Organizacional, Administração de Sistemas e Análise de Concessão de Crédito.

Com relação aos trabalhos de definição da estratégia e planejamento, a Auditoria Interna do BASA trabalhou na atualização da Matriz de Riscos para seleção dos trabalhos auditáveis no triênio 2020-2022, adotando-se metodologia para aplicação do rodízio de ênfase em trabalhos de auditoria no prazo de 3 (três) anos para avaliação em todos os processos auditáveis do Banco da Amazônia, bem como trabalhou no Plano de desenvolvimento profissional da Auditoria.

Com o intuito de desenvolver profissionalmente os colaboradores da área, foram realizadas capacitações programadas como: Formação básica de auditores internos – nível I – ênfase em órgãos públicos; Formação básica de auditores interno – nível II – ênfase em órgãos públicos, direcionada aos novos auditores; Auditoria de Fraudes e Canal de Denúncia; Licitações e Contratos das Estatais. Programação Orçamentária; Fundamentos da Previdência Complementar e participação no Congresso Brasileiro de Auditoria Interna.

No tocante a capacitações não programadas, incluídas nas atividades da Auditoria Interna pela importância para o gerenciamento da unidade e por atender normativos e orientações de órgãos de fiscalização externa, destaca-se a participação no curso Metodologia “*Internal Audit Capability modelo*” (IA-CM), promovido e organizado pela Controladoria-Geral da União (CGU), Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), Diretoria de Auditoria de Estatais, o qual proporcionou atualização de conteúdo profissional necessário à melhoria na capacidade da AUDIT.

13. REDE DE ATENDIMENTO

O Banco da Amazônia tem sua área de atuação nos nove estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), além da capital de São Paulo. No final do exercício de 2019, o Banco contava com uma estrutura de rede de atendimento formada por 122 unidades, sendo 120 agências e 2 Postos de Atendimento Avançado.

Centrais de Crédito e Cadastro

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – Exercício de 2019



No exercício de 2019, houve a implantação da Central de Cadastro, efetuando a centralização do cadastro das unidades vinculadas às Superintendências do Acre, Maranhão e Mato Grosso, em julho de 2019, das unidades vinculadas às Superintendências do Pará I e Pará II em outubro de 2019 e, das unidades vinculadas à Superintendência do Amazonas/Roraima, em novembro 2019, atendendo no total 74 unidades do Banco.

Houve, também, a conclusão da implantação da Coordenadoria de Verificação da Qualidade das Centrais de Crédito e Cadastro, atuando como primeira linha de defesa, em julho de 2019, consolidando o processo de Autoverificação e de Verificação da Qualidade do Crédito nas referidas Centrais.

14. OUVIDORIA

A Ouvidoria do Banco é um canal especializado de atendimento a clientes, buscando identificar as necessidades do público externo, e a satisfação dos clientes e usuários, além de zelar pela boa imagem do Banco propondo melhorias contínuas dos processos, produtos e serviços.

No ano de 2019, a Ouvidoria recebeu 86 demandas, sendo: 56 reclamações, 23 denúncias, 2 elogios, 4 solicitações e 1 sugestão, todas respondidas no prazo regulamentar. Entre as denúncias, 6 foram classificadas como procedentes solucionadas, 15 improcedentes e 2 atendidas. Dentre as 56 reclamações de 2019, 19 foram qualificadas como procedentes solucionadas e 37 como improcedentes.

Através do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, a Ouvidoria atende aos pedidos de informações públicas relacionadas as atividades do Banco da Amazônia, em consonância com a Lei 12.527/2011, a chamada Lei de Acesso à Informação. Em 2019 foram recebidas no SIC: 159 demandas, sendo todas respondidas no prazo regulamentar.

Foram recebidos pelo Sistema de Registro de Demandas do Cidadão – RDR, do Banco Central, 67 registros de reclamação, sendo: 17 reguladas procedentes, 14 reguladas improcedentes, 31 não reguladas, 4 não conclusiva e 1 cancelada.

Em maio/2019, a Ouvidoria foi habilitada como participante do canal Consumidor.gov. Este canal oferece acesso de forma direta e gratuita a um sistema que viabiliza o recebimento e tratamento das reclamações de seus clientes e usuários. Cabe ressaltar que as Instituições Financeiras que aderirem a este canal, mantido pela Secretaria Nacional do Consumidor e vinculado ao Ministério da Justiça, receberão uma bonificação significativa na nota final do Ranking de Qualidade de Ouvidorias do Banco Central do Brasil. Através do Canal Consumidor.gov foram recebidas 33 demandas, com prazo médio de resposta de 2,35 dias.

Cumprir destacar que, no segundo trimestre de 2019, a Ouvidoria alcançou a segunda colocação no Ranking de Qualidade de Ouvidorias de Instituições Financeiras com menos de 4 milhões de clientes e no Ranking de Reclamações, figurou com menor número de reclamações procedentes. Esse resultado sinaliza maior credibilidade para o Banco e reflete a qualidade no atendimento, além do respeito ao consumidor.

No exercício de 2019, a Ouvidoria participou de algumas ações como a implantação e normatização do projeto Nova Governança, promovendo a cultura de defesa dos direitos do consumidor; homologação do novo sistema de ouvidoria, em cumprimento ao que determina a Circular BACEN 3.881, de 7 de março de 2018; elaboração do relatório gerencial do Mapeamento de Riscos e Controles do Processo; adesão às Plataformas digitais de atendimento: FALA-BR e PROCONSUMIDOR, com objetivo de disponibilizar outros canais de atendimento aos clientes/usuários dos produtos e serviços.

15. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

No ano de 2019, o Banco da Amazônia iniciou um novo processo de modernização do seu parque tecnológico, adquirindo hardwares e softwares visando sustentar, além do legado, o novo modelo de negócios digitais do Banco. Essa modernização de infraestrutura propiciou ao BASA a implantação de uma moderna estrutura de virtualização de servidores, apta a sustentar o modelo de integração entre equipes de desenvolvimento e operações, conhecida comumente no mercado como DevOps. Com a implantação das práticas de Devops, o Banco registrou, no ano de 2019, uma redução significativa de tempo e custos operacionais no desenvolvimento e disponibilização de novas soluções de negócio em produção.

Ainda sobre a modernização do parque tecnológico, o Banco também contratou uma nova solução integrada de servidores (Exacc) destinada a processar o Banco de dados de missão crítica, que irá sustentar as aplicações de negócio pelos próximos 5 anos. Além disso foram realizadas diversas atualizações de ferramentas de trabalho, entre elas a aquisição de 1000 licenças do pacote de ferramenta de escritório.

Como destaque em 2019, o Banco da Amazônia implantou novos projetos como o Amazônia Cobrança WEB, nova solução de cobrança do Banco; o novo Sistema de Gerenciamento Eletrônico; a Centralização do sistema de automação de agências, propiciando a centralização do principal sistema de controle de agências; Projeto de desligamento do Mainframe; Sistema de Gestão de Garantias; o BASA Digital, plataforma de crédito digital do Banco da Amazônia; e o SEGCHEQUE.

Vale ressaltar que, além de grandes projetos o Banco vem realizando constantes melhorias nos sistemas para se adequar as determinações legais e de mercado, como a adequação e atendimento a nova lei do cadastro positivo, às mudanças na Lei 13.340/16 e implementação de novas rotinas de controle com objetivo de mitigar os riscos de fraude com a utilização de cheques.

Termo de Arbitragem – Cobra Tecnologia S/A

Em 29 de junho de 2015 foi assinado na Câmara de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil - Canadá, CAM-CCBC, em sua sede na cidade de São Paulo, o Termo de Arbitragem entre o Banco da Amazônia e a Cobra Tecnologia para que as empresas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – Exercício de 2019



pu dessem dirimir suas reclamações, de parte a parte, oriundas da inexecução do contrato 2004/224, cujo objeto era o provimento de solução integrada de tecnologia de informação.

O processo de arbitragem entre BASA e a Cobra encontra-se com a instrução processual encerrada, estando na fase de alegações finais a serem apresentadas pelas partes perante os árbitros, no dia 06 de abril de 2020. Atendido o referido prazo, o processo seguirá para os árbitros proferirem o laudo (sentença).

16. OUTROS DESTAQUES

Implementação de novas Políticas

Em 2019, foram publicadas e implementadas as Políticas de: **Comunicação** – disciplinando e orientando a comunicação e o relacionamento do Banco com seu público alvo, fortalecendo a transparência e governança corporativa; **Geral de Contratações** - disciplinando e orientando os princípios e as diretrizes estratégicas que nortearão o processo de compras e de contratações de bens e serviços; **Remuneração aos acionistas** - informar aos acionistas, investidores e ao mercado em geral as diretrizes, regras e procedimentos adotados para o pagamento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP), fortalecendo a transparência e sustentabilidade financeira da Instituição, seguindo as melhores práticas de Governança Corporativa.

Parcerias com Governos Estaduais

No ano de 2019, o Banco da Amazônia visitou os 09 (nove) Estados da Amazônia Legal para firmar parcerias com os governos estaduais por meio da assinatura de Protocolos de Intenções, tendo sido concretizados com os Estados do Amapá, Pará, Acre, Amazonas, Rondônia, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins e Roraima, com o objetivo de envidar esforços para garantir a aplicação do crédito disponibilizado pelo Banco, principalmente o FNO, nas mais diversas atividades econômicas prioritárias da região na forma da PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Acordo de Cooperação firmado com a Conexsus beneficiará negócios comunitários e capacita Lideranças Comunitárias para acesso ao crédito

O BASA e o Instituto Conexões Sustentáveis (Conexsus) assinaram Acordo de Cooperação Técnica, que tem por objetivo o estabelecimento de cooperação estratégica entre essas Instituições para o desenvolvimento sustentável dos negócios comunitários da região amazônica, mediante a atuação junto aos financiamentos de custeio, investimento, comercialização e capital de giro obtidos junto ao Banco, visando reduzir as dificuldades de acesso ao crédito, além de possibilitar maior segurança às operações realizadas pelas organizações econômicas socioambientais e seus associados.

Também em parceria com o Instituto Conexsus, Instituto Internacional de Educação do Brasil e o Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar - OMFCF, foi promovida a oficina “Financiamento da safra de manejo florestal comunitário e familiar” para ampliar o conhecimento sobre os critérios para acesso e manutenção do crédito de custeio e investimento na área de atuação dos produtores que participaram do evento. A oficina capacitou lideranças comunitárias ribeirinhas, quilombolas e indígenas para que também disseminem as formas de acesso ao crédito.

Banco e CNC assinam acordo de Cooperação Técnica

O Banco da Amazônia e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo -CNC, assinaram em setembro de 2019 Acordo de Cooperação Técnica que possibilitará a oferta ao setor do Comércio as linhas de crédito do FNO.

Banco da Amazônia participa da Semana do Brasil e da Semana Nacional do Crédito

A Semana do Brasil é uma iniciativa do Governo Federal, com o objetivo de unir o poder público e a iniciativa privada para movimentar a economia, gerar oportunidades para quem produz e para quem consome e valorizar o Brasil e o orgulho de ser brasileiro. Durante esta Semana, para se integrar na programação da semana do Brasil, o Banco da Amazônia massificou as Campanhas de Renegociação e de Liquidação de Dívidas contraídas com recursos do FNO e da carteira comercial da Instituição.

A Semana Nacional de Crédito é uma iniciativa do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – FPMPE, que ocorreu em outubro de 2019. Essa iniciativa consiste na realização de eventos promovidos pelas entidades que participam do Fórum, no caso o Banco da Amazônia participou com a oferta de produtos como o Capital de Giro, com descontos nas taxas que podem chegar a 40%, além das linhas do FNO, recurso de fomento que possui as menores taxas de juros da região Norte e condições de financiamento diferenciadas, principalmente quanto a prazo e carência para pagamento.

Banco e AMAZONCRED renovam parceria para 2020

Desde 2007, o Banco atua em conjunto com o AMAZONCRED em prol dos agricultores familiares e pequenos empreendedores. De lá para cá, foram implementadas 18 unidades de microfinanças, sendo 13 do Amazônia Florescer Urbano e 5 do Amazônia Florescer Rural.

PATROCÍNIOS

O Banco da Amazônia destina investimentos à área de Patrocínios com o objetivo de contribuir com o atendimento às políticas públicas, compromisso com o desenvolvimento e a sustentabilidade econômica, social e ambiental, priorizando a difusão da cultura regional, realizando parceria com os diversos atores sociais dos Estados amazônicos onde o Banco atua.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício de 2019**

A Política de Patrocínios do Banco é compreendida como uma estratégia para o cumprimento de sua Missão, a Política de Patrocínio do Banco da Amazônia funciona como um instrumento de comunicação e relacionamento junto ao seu público de interesse, buscando promover e ampliar parceiras, valorizar a cultura local e promover a inclusão social, com geração de emprego e renda.

Desde 2010, por meio de Editais de Patrocínio, o Banco incentiva o desenvolvimento da região, tanto pelo aporte feito nos projetos, quanto por reforçar a identidade e a cultura regional, promovendo, ainda, inclusão social e a geração de emprego e renda. Durante esse tempo, o Banco já incentivou mais de 1.200 projetos em toda a região amazônica.

Foram divulgados, em dezembro de 2019, os resultados dos Editais de Patrocínio e de Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) do Banco da Amazônia para execução em 2020. Para este ano, o Banco prevê patrocinar 90 projetos, destinando o valor de R\$2,5 milhões. Há projetos culturais, sociais, esportivos, de meio ambiente e de exposições agropecuárias dos Estados atendidos pela Instituição. O anúncio se soma à divulgação já feita do resultado da seleção dos projetos que concorreram ao Edital de Pautas para o Espaço Cultural Banco da Amazônia, cujos selecionados terão apoio para exposição de suas obras e pauta garantida durante o ano de 2020 no espaço cultural localizado na sede da empresa.

17. GESTÃO DE PESSOAS

No exercício 2019, o Banco investiu R\$ 5,7 milhões em ações educacionais, contra R\$ 4,6 milhões em 2018, com o qual foram oportunizadas 11.031 participações para os empregados do Banco em treinamentos de Crédito e Negócios, Auditoria e Controle, Risco, Desenvolvimento Pessoal, Administrativo e Tecnologia da Informação. O Banco também proporcionou ofertas de cursos de língua estrangeira, graduação, pós-graduação e Mestrado.

Neste período, o BASA apresentou índice de investimento em ações educacionais por empregado superior ao de 2018, índice este que é calculado considerando o montante investido em ações educativas dividido pelo total de empregados efetivos no período. Em 2019, o Banco investiu R\$ 317,95 a mais por empregado do que em 2018, totalizando o valor atual de R\$1.910,89 por empregado.

O Banco da Amazônia, diante das mudanças e exigências do mercado, em especial pela transformação digital nas empresas, vem buscando adequar sua estrutura e estratégia corporativa como ações de competitividade de mercado. Em 2019, foram realizadas 90 contratações de empregados via concurso público, distribuídos nas carreiras de técnico bancário (nível médio) e técnico científico (nível superior), esta última direcionada para as formações em medicina do trabalho e tecnologia da informação.

Com relação ao Concurso Público realizado pelo Banco da Amazônia em 2018, que tinha validade até julho de 2019, a Alta Administração do Banco prorrogou sua vigência, com término previsto para julho de 2020. Com as contratações realizadas em 2019 e considerando os desligamentos efetivados no período, o Banco encerrou o exercício com 2.965 empregados.

No que se refere à Progressão Funcional, o Banco iniciou a prática de seleção interna acompanhada de programa de desenvolvimento de competências, onde o empregado assume o papel de protagonista de sua carreira na instituição. No mesmo sentido, foram adotadas novas metodologias de seleção de pessoal, em especial, utilização, em algumas fases do processo, de aplicativos de comunicação por vídeo, reduzindo o custo das seleções internas.

Outras iniciativas de reconhecimento e valorização dos empregados foram realizadas pelo Banco, dentre as quais destacam-se as promoções e encareiramento de funções, onde o empregado tem oportunidade de crescer profissionalmente. Em 2019, foram promovidos cerca de 740 empregados.

Várias ações são realizadas pelo BASA com o objetivo de fortalecer a integração funcional no ambiente de trabalho, objetivando a melhoria do clima organizacional, das relações interpessoais, o reconhecimento e a valorização do empregado. Dentre as ações estão o Programa de Reconhecimento e Valorização (PRV); Programa de Ginástica Laboral; Programa Ver O Peso; Corredores em Ação; Cuidando de sua Saúde; Feiras Orgânicas e Artesanais; Valorização da Diversidade; Projeto COOPERAÇÃO; Programa de Voluntariado, dentre outros.

Foi destaque em 2019, como forma de valorização e reconhecimento dos empregados, a 1ª Mostra Cultural de autoria dos Empregados do Banco da Amazônia, criada através do Programa Revelando Talentos, contando com 85 obras, recebidas e avaliadas, de 35 inscritos.

Vale destacar também a Gincana Natal Solidário, realizada pelo Banco que, na sua 15ª edição, já arrecadou cerca de 100 mil donativos entre fraldas geriátricas, brinquedos, alimentos não perecíveis, livros, sapatos, lençóis e toalhas entre outros, beneficiando mais de 1.600 entidades, resultados que refletem o envolvimento e o comprometimento de todos os colaboradores, terceirizados, estagiários e parceiros para fazer o bem, dar esperança e promover alegria e felicidade.

Em 2019, a campanha obteve recorde de arrecadação: 46.890 itens entre brinquedos novos e alimentos não perecíveis que foram distribuídos entre 80 entidades cadastradas em Belém e nas agências do Banco, contempladas através de sorteio.

Em parceria com a FEBRABAN, o Banco no mês de setembro iniciou a Pesquisa para atualização do Censo da Diversidade 2019, objetivando melhorar o Programa de Valorização da Diversidade e quebrar as barreiras do preconceito, oportunizando a convivência saudável, o crescimento profissional com vistas a promoção da melhoria do clima organizacional no Banco como um todo.

Destaque, também, para a Ação MC Dia Feliz 2019, onde o Banco reforça sua imagem como agente atuante nas iniciativas sociais, neste caso, especificamente, nas ações de combate ao câncer infanto-juvenil, fomentando e fortalecendo a participação voluntária dos empregados do Banco da Amazônia por meio da venda de tíquetes antecipados e outras ações voluntárias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração – Exercício de 2019****18. CAIXA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BANCO DA AMAZÔNIA (CAPAF)**

Por meio da Portaria nº 908, de 18 de outubro de 2019, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC prorrogou, por mais 180 dias, a intervenção na CAPAF, Caixa que administra os planos de previdência complementar patrocinados pelo Banco: Plano de Benefício Definido (PBD); Plano Misto de Benefícios (PMB); Plano de Benefícios Previdenciários (PrevAmazônia); Plano de Benefício Definido Saldado (BD Saldado) e Plano Misto de Benefícios Saldados (Misto Saldado).

Dentre esses planos, o PBD e o PMB vêm registrando déficit atuarial constante, contrariando a legislação (Resolução CNPC nº 30 – Títulos VI – Capítulo I – Art. 29) que estabelece o prazo de até o final do exercício subsequente para a elaboração e aprovação de um plano para equacionamento do déficit, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação dos mesmos. Entretanto, tal medida foi suspensa por decisão judicial.

Sempre na busca de solução para os planos previdenciários, em 2013, foram implantados os planos saldados cujo índice de adesão correspondeu a 52% do público alvo, participantes do PBD e do PMB. Para suprir a insuficiência de recursos, foram assinados 4 contratos para o saldamento, onde o Banco assumiu, ao final, uma obrigação de 72% dos recursos financeiros necessários à continuidade dos benefícios previdenciários a serem percebidos pelos participantes (ativos e assistidos).

Visando ampliar e melhorar os serviços aos participantes, reduzir os custos administrativos, fundamentalmente, aumentar a segurança na gestão do patrimônio previdenciário, foi iniciado, em 2019, o processo de transferência do gerenciamento dos planos de previdência (Plano de Benefício Definido Saldado; Plano Misto de Benefícios Saldados; e Plano de Benefícios Previdenciários PrevAmazônia), para a entidade de previdência multipatrocinada BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil.

O processo de transferência foi autorizado pela PREVIC, através das Portarias 651,653 e 655, de 23 de julho de 2019, publicadas no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2019. Na ocasião, foram também aprovadas as alterações nos regulamentos dos referidos planos, bem como aprovados os convênios de adesão firmados entre o Banco da Amazônia, na condição de patrocinador e a BB-Previdência Fundo de Pensão Banco do Brasil.

O processo está em curso, devendo ser concluído em março de 2020.

Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000

Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, ajuizada pela União, tendo o Banco como assistente, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF.

Designada data de julgamento para o dia 18.07.2019, o Banco da Amazônia peticionou junto ao TRT-MA para que o processo fosse retirado de pauta, haja vista a tramitação de estudos visando a possível resolução do processo pela via de composição entre as partes interessadas; o prazo solicitado pelo Banco foi de 120 dias; deferido o prazo em audiência com a presença das partes, o Banco deverá apresentar o estudo com o fim das férias forenses.

Ação Civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

Considerando que em 06 de fevereiro de 2017 transitou em julgado a ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela Associação dos Aposentados do Banco da Amazônia (AABA), em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à CAPAF, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (PBD).

A Advocacia Geral da União (AGU) ajuizou ação junto ao Tribunal Superior do Trabalho, na data de 02 de março de 2018, processo nº1000104-23.2018.5.00.0000. Em análise preliminar, foi concedida tutela requerida pela União, no entanto, tão logo publicada a decisão, em reconsideração, ocorreu a revogação da tutela e determinada a manifestação das partes. Dessa decisão, a União interpôs recurso que fora improvido.

O Banco foi intimado em março de 2019, tendo requerido seu ingresso na lide na condição de assistente da União. O processo foi colocado em pauta de julgamento de dezembro de 2019, no entanto, a pedido do Banco, o órgão responsável pelo julgamento adiou o julgamento da ação para fevereiro/2020.

Registro no Banco quanto sua responsabilidade no déficit dos planos PBD e PMB

Ao longo de vários exercícios, o Banco vem adotando medidas para equacionar sua responsabilidade no déficit dos planos PBD e PMB, de acordo com a legislação vigente, especialmente a LC nº 109/2001 e a Resolução nº 30, de 10 de outubro de 2018, emanada do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), onde ambas definem que o resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições.

No caso específico dos planos PBD e PMB torna-se necessária a conceituação de déficits técnico (ou atuarial), que corresponde à insuficiência de recursos para cobertura dos compromissos dos Planos de Benefícios. Registra a diferença negativa entre os bens e direitos (ativos) e as obrigações (passivos) apurada ao final de um período contábil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – Exercício de 2019



As reservas matemáticas dos participantes de um plano previdenciário é o maior componente da obrigação (compromisso) de um plano, conseqüentemente de seu déficit (se existente), uma vez que é a reserva matemática que será utilizada para o pagamento dos benefícios previdenciários quando o participante reunir as condições para se aposentar.

Ocorrendo uma liquidação, a LC nº 109/2001, em seu art. 50 § 2º, estabelece o privilégio especial sobre os ativos garantidores das reservas técnicas e, caso estes não sejam suficientes para a cobertura dos direitos respectivos, privilégio geral sobre as demais partes não vinculadas ao ativo.

No caso do plano PBD, a provisão do Banco é superior ao valor das reservas matemáticas registradas no balanço do exercício de 2019 do referido plano, as quais foram calculadas de acordo com as normas emitidas pela PREVIC.

Quanto aos demais itens que compõem o déficit do PBD, o Banco dispõe de provisão específica para os principais componentes, tais como provisão trabalhistas e repasse “a maior” para o Banco.

Para o Plano Misto (PMB), a provisão constituída é suficiente considerando que as reservas do PMB são formadas por cotas - Art. 52 - §§ 2º e 4º do Regulamento -, enquanto que a suplementação de aposentadoria está condicionada no resgate mensal e vitalício de um número de cotas, determinado atuarialmente em função da quantidade acumulada nos Fundos Individual e Patrocinado, existentes em nome do Participante Ativo ou Optante.

Nesse contexto, a Administração do Banco entende que, ao encerrar o exercício de 2019, as provisões existentes são suficientes para cobrir os riscos relacionados a sua responsabilidade como patrocinadora nos planos PBD e PMB, não se configurando falta de atendimento ao que estabelece o CPC 33.

19. AUDITORIA INDEPENDENTE – KPMG

A KPMG Auditores Independentes foi contratada em 2013, por intermédio de processo licitatório, para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia e do FNO.

Em cumprimento a IN CVM nº 381/2003, o Banco declara que, no exercício de 2019, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços que não fossem relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no âmbito de seu cliente ou mesmo promover os interesses deste. Ressalte-se que eventuais serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos previamente à avaliação do Comitê de Auditoria.

AGRADECIMENTOS

O Banco da Amazônia agradece aos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores a confiança, credibilidade e parceria depositada na Instituição, contribuindo para o alcance de resultados sólidos e para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A Administração.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ÍNDICE

- Nota 1 - Contexto operacional
- Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras
- Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis
- Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa
- Nota 5 - Aplicações interfinanceiras de liquidez
- Nota 6 - Títulos e valores mobiliários
- Nota 7 - Operações de crédito
- Nota 8 - Outros créditos
- Nota 9 - Ativo Permanente
- Nota 10 - Depósitos e captações no mercado aberto
- Nota 11 - Obrigações por empréstimos
- Nota 12 - Obrigações por repasses
- Nota 13 - Outras obrigações
- Nota 14 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
- Nota 15 - Patrimônio Líquido
- Nota 16 - Imposto de renda e contribuição social
- Nota 17 - Desdobramento das contas de resultado
- Nota 18 - Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)
- Nota 19 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)
- Nota 20 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
- Nota 21 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
- Nota 22 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)
- Nota 23 - Fundos de Investimentos Financeiros
- Nota 24 - Partes relacionadas
- Nota 25 - Benefícios a empregados
- Nota 26 - Remuneração paga aos empregados
- Nota 27 - Processo de gerenciamento de riscos
- Nota 28 - Análise de sensibilidade
- Nota 29 - Demonstração do resultado abrangente
- Nota 30 - Eventos subsequentes
- Nota 31 - Outras informações

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada à Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota nº 20), o Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam (nota nº 18) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (nota nº 19).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observadas nas demonstrações financeiras do Banco as seguintes normas:

- Resolução CMN nº 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
- Resolução CMN nº 3.604/2008 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
- Deliberação CVM nº 557/2008 - Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09);
- Resolução CMN nº 4.636/2018 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
- Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução CMN nº 3.973/2011 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
- Resolução CMN nº 4.007/2011 - Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
- Resolução CMN nº 4.144/2012 - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);
- Resolução CMN nº 4.424/2015 - Benefícios a empregados (CPC 33 R1);
- Resolução CMN nº 4.534/2016 - Ativo intangível (CPC 04 R1);
- Resolução CMN nº 4.535/2016 - Ativo imobilizado de uso (CPC 27).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 06 de março de 2020.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A.. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco sem expectativa de mudança significativa de valor e limites resgatáveis a qualquer momento (nota nº 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (nota nº 5).

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pela Circular Bacen nº 3.068/2001, e estão distribuídos em três categorias (nota nº 6):

Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, B3 – Brasil Bolsa Balcão ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial no ativo circulante independentemente de suas datas de vencimento.

f) Operações de crédito, adiantamentos sobre contrato de câmbio e outros créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (nota nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Risco de Crédito (FNO): De acordo com a Res. Bacen nº 4.512/2016 e Lei nº 10.177/2001, o valor que corresponde a 50% do risco das operações contratadas com recursos do FNO a partir de 01.12.1998 é calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado no Banco em outras obrigações diversas a título de provisão para garantias financeiras prestadas – FNO Rural/Industrial (nota nº 13.c).

g) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas se referem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Ativo permanente

O investimento e imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo, contabilizada em outras despesas administrativas (notas nºs 9.a, 9.b e 17.c).

O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida. Esses ativos são ajustados por perda por desvalorização (*impairment*), quando aplicável, e devidamente amortizados. A amortização também é contabilizada em outras despesas administrativas (notas nºs 9.c e 17.c). As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas notas explicativas.

A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução CMN nº 3.565/2008.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

j) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (nota nº 10).

k) Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde e são avaliados trimestralmente de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 e pela Resolução CMN n.º 4.424/2015 (nota nº 25).

l) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (nota nº 16):

Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social sobre o lucro (CSLL)	15%
Contribuição social sobre o lucro (CSLL) – de set/2015 a dez/2018 ¹	20%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

⁽¹⁾ Período vigente de acordo com a Lei nº 13.163/2015 que trata da alíquota de 20% da CSLL.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006, e estão suportados por estudo de capacidade de realização (nota nº 16).

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

m) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – fiscais e previdenciárias

Ativos e Passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, pela Deliberação CVM nº 594/2009 e Resolução CMN nº 3.823/2009.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas demonstrações financeiras quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos de até R\$1.000.
- Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (nota nº 14).

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras (nota nº 13.a).

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota nº 14.a).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas em face da remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

n) Outros Ativos e passivos

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento das demonstrações financeiras. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

o) Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

p) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras;
2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

Houve evento subsequente relevante para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019 (nota nº 30).

q) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo essas

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

r) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota nº 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades	56.335	49.231
Disponibilidade em moeda nacional	53.760	45.913
Disponibilidade em moeda estrangeira	2.575	3.318
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	2.256.104	2.163.571
Aplicações no mercado aberto	2.256.104	2.163.571
Total	2.312.439	2.212.802

(*) Referem-se às aplicações com vencimentos, na data da efetiva aplicação, iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31.12.2019	31.12.2018
Aplicações no mercado aberto	2.256.104	2.163.571
Posição Bancada	2.256.104	2.163.571
Letras financeiras do tesouro	403.001	289.995
Letras do tesouro nacional	500.620	99.999
Notas do tesouro nacional	1.352.483	1.773.577
Aplicações em depósitos interfinanceiros	142.327	173.981
Certificados de depósitos interfinanceiros	174.601	206.255
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(32.274)	(32.274)
Total	2.398.431	2.337.552
Circulante	2.398.431	2.285.860
Não Circulante	-	51.692

A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$32.274 (R\$32.274 em 31.12.2018), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e liquidação.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no exercício, R\$149.996 (R\$161.422 em 2018) e estão registradas como rendas de TVM.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Títulos e valores mobiliários

a) A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	31.12.2019	31.12.2018
Carteira própria – livres	12.417.795	11.698.634
Títulos Públicos	10.256.989	9.811.159
Letras Financeiras do Tesouro	8.989.675	8.978.006
Letras do Tesouro Nacional	17.481	99.233
Notas do Tesouro Nacional	1.105.166	544.627
Certificados Financeiros do Tesouro	144.667	189.293
Títulos Privados	2.160.806	1.887.475
Debêntures	819.869	643.257
Cotas de Fundos de Investimento-FIDC	30.005	39.761
Cotas de Fundos de Investimento-Renda Fixa	42.654	40.831
Cotas de Fundos de Investimento-FI REF	36.357	1.080
Letras Financeiras	1.231.921	1.162.546
Vinculados a operações compromissadas	100.161	100.257
Títulos Públicos	100.161	100.257
Letras Financeiras do Tesouro	100.161	100.257
Vinculados a prestação de garantias	33.064	31.202
Títulos Públicos	33.064	31.202
Letras Financeiras do Tesouro	33.064	31.202
Total	12.551.020	11.830.093
Circulante	2.691.709	1.228.121
Não circulante	9.859.311	10.601.972

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco por meio de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 82,8% do total da Carteira (84,0% em 31.12.2018).

Dos títulos relacionados à prestação de garantias, R\$30.342 (R\$28.633 em 31.12.2018) estão vinculados às câmaras de compensação, B³ - Brasil, Bolsa, Balcão e Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) e R\$2.722 (R\$2.569 em 31.12.2018) em garantia de processos judiciais.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a.1) Quanto ao vencimento

	Sem vencimento	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	acima 15 anos	TOTAL
1-Títulos para negociação⁽¹⁾	-	-	-	219.361	117.958	329.604	375.410	1.042.333
Títulos Públicos	-	-	-	219.361	117.958	329.604	375.410	1.042.333
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	219.361	117.958	-	-	337.319
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	329.604	375.410	705.014
2-Títulos Disponíveis p/ Venda	79.011	996.429	584.103	4.450.579	3.822.005	1.249.401	181.516	11.363.044
Títulos Públicos	-	833.312	211.367	3.470.016	3.363.795	1.142.232	181.516	9.202.238
Letras Financeiras do Tesouro	-	833.312	211.367	3.452.535	3.363.795	924.572	-	8.785.581
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	17.481	-	-	-	17.481
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	217.660	181.516	399.176
Títulos Privados	79.011	163.117	372.736	980.563	458.210	107.169	-	2.160.806
Debêntures	-	3.187	76.241	197.606	458.210	84.625	-	819.869
Cotas de Fundos de Invest. - FIDC ⁽²⁾	-	-	30.005	-	-	-	-	30.005
Cotas de Fundos de Invest. - Renda Fixa	42.654	-	-	-	-	-	-	42.654
Cotas de Fundos de Invest. - FI REF	36.357	-	-	-	-	-	-	36.357
Outros Títulos Privados - LFs	-	159.930	266.490	782.957	-	22.544	-	1.231.921
3-Títulos Mantidas até o Vencimento	-	12	-	144.671	460	500	-	145.643
Títulos Públicos	-	12	-	144.671	460	500	-	145.643
Notas do Tesouro Nacional	-	12	-	4	460	500	-	976
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	-	144.667	-	-	-	144.667
Total 31.12.2019	79.011	996.441	584.103	4.814.611	3.940.423	1.579.505	556.926	12.551.020
Total 31.12.2018	41.911	651.237	216.695	3.203.682	5.834.505	1.619.007	263.056	11.830.093

(1) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme parágrafo único do art. 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001.

(2) Valor líquido de provisão (nota nº 6.a.2).

a.2) Quanto aos ajustes

	31.12.2019			31.12.2018		
	Custo	Mercado	Marcação	Custo	Mercado	Marcação
Para negociação	880.521	1.032.154	151.633	317.959	318.278	319
Letras Financeiras do Tesouro	337.064	337.319	255	317.959	318.278	319
Notas do Tesouro Nacional	543.457	694.835	151.378	-	-	-
Disponíveis para venda	11.224.870	11.295.426	70.556	10.781.236	10.789.191	7.955
Letras Financeiras do Tesouro	8.782.492	8.785.581	3.089	8.787.768	8.791.186	3.418
Letras do Tesouro Nacional	16.639	17.481	842	98.798	99.233	435
Notas do Tesouro Nacional	261.712	331.462	69.750	10.497	10.940	443
Debêntures	822.994	819.869	(3.125)	639.598	643.257	3.659
Cotas Fundos Invest. - FIDC	30.101	30.101	-	40.118	40.118	-
Cotas Fundos Invest. - R. Fixa	42.654	42.654	-	40.831	40.831	-
Cotas Fundos Invest. - FI REF	36.357	36.357	-	1.080	1.080	-
Outros Títulos Privados - LF	1.231.921	1.231.921	-	1.162.546	1.162.546	-
Mantidos até o vencimento	145.643	152.950	7.307	713.779	778.327	64.548
Notas do Tesouro Nacional	976	928	(48)	524.486	582.694	58.208
Certificados Fin. do Tesouro	144.667	152.022	7.355	189.293	195.633	6.340

No período, houve reclassificação dos títulos NTN's-B ago/2026 e ago/2040 da categoria "Mantidos até o vencimento" para "Títulos para Negociação". O objetivo foi a alienação dos títulos, ocorrida em janeiro/2020, para aquisição obrigatória de NTN's-B mai/2035 cumprindo o acordado entre o Banco e BB Previdência com finalidade de constituição de garantias aos contratos de compromisso financeiro referentes ao Planos Saldados de Benefícios (BD e Misto) e PrevAmazônia com a Capaf. As informações sobre a transferência de gestão dos planos da Capaf para a BB Previdência estão registradas em eventos subsequentes (nota nº 30).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Referidos títulos ao serem reclassificados, receberam marcação a valor de mercado, gerando ganhos que, seguindo a regulamentação, foram registrados no período.

a.3) Marcação a mercado (títulos disponíveis para venda)

Os ganhos e perdas não realizados no período relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, estão abaixo apresentados:

	31.12.2019	31.12.2018
Desvalorização	(268.956)	(213.333)
Valorização	339.512	221.288
Total	70.556	7.955

a.4) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	70.040	149.996	161.422
Títulos de Renda Fixa	372.156	755.303	713.963
Aplicação Fundos de Investimentos	1.146	2.563	3.400
Lucros com Títulos de Renda Fixa	14.248	19.943	3.147
Prejuízo com Títulos de Renda Fixa	(13)	(73)	(698)
Reversão de Provisão Desv. Títulos de Renda Fixa	32	261	-
TVM - Ajuste positivo ao Valor de Mercado	151.469	151.519	-
TVM - Ajuste negativo ao Valor de Mercado	(65)	(205)	(149)
Total	609.013	1.079.307	881.085

7 Operações de crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2019			31.12.2018		
	A vencer	Vencidas	Total	A vencer	Vencidas	Total
Operações de crédito						
Empréstimos	1.173.174	51.570	1.224.744	748.181	49.813	797.994
Direitos cred. descontados	15.514	561	16.075	29.853	1.327	31.180
Financiamentos	1.034.704	146.042	1.180.746	1.006.693	41.582	1.048.275
Financiamentos rurais	1.010.461	89.850	1.100.311	1.009.625	45.340	1.054.965
Subtotal	3.233.853	288.023	3.521.876	2.794.352	138.062	2.932.414
Outros créditos com características de concessão de crédito						
Diversos	-	237	237	-	-	-
Subtotal	3.233.853	288.260	3.522.113	2.794.352	138.062	2.932.414
Adiant. s/ contrato câmbio	61.600	19.780	81.380	45.896	2.761	48.657
Total da carteira	3.295.453	308.040	3.603.493	2.840.248	140.823	2.981.071
(Provisões)						
(Operações de crédito)	(163.299)	(208.141)	(371.440)	(143.702)	(95.715)	(239.417)
(Outros créditos)	-	(7)	(7)	-	-	-
(Câmbio)	(7.287)	(18.085)	(25.372)	(461)	(83)	(544)
Total das provisões	(170.586)	(226.233)	(396.819)	(144.163)	(95.798)	(239.961)
Total líquido	3.124.867	81.807	3.206.674	2.696.085	45.025	2.741.110
Circulante			1.518.460			1.318.555
Não Circulante			1.688.214			1.662.516

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada:

	31.12.2019	31.12.2018
Setor Público	1.305	66.858
Administração direta	1.305	16.223
Atividades empresariais	-	50.635
Setor Privado	3.602.188	2.914.213
Rural	1.108.942	1.120.183
Indústria	971.643	814.511
Comércio	672.698	490.896
Pessoas físicas	547.020	219.477
Serviços	300.330	267.261
Intermediários financeiros	1.555	1.885
Total da carteira	3.603.493	2.981.071

b) Concentração dos principais devedores:

	31.12.2019	% Carteira	31.12.2018	% Carteira
Maior devedor	252.111	7,0	232.583	7,8
10 maiores devedores	919.062	25,5	755.030	25,3
50 maiores devedores	852.732	23,7	601.071	20,2
100 maiores devedores	254.100	7,0	273.440	9,2
Demais devedores	1.325.488	36,8	1.118.947	37,5
Total	3.603.493	100,0	2.981.071	100,0

Estes créditos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados de acordo com o critério de vencimento de parcelas:

c) Operações a vencer

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Total da Carteira
AA	2.647	1.132	136.050	33.293	32.571	16.458	222.151
A	43.364	42.926	93.296	248.448	277.453	495.126	1.200.613
B	31.067	26.262	21.902	158.290	154.136	791.042	1.182.699
C	10.387	36.018	23.302	23.676	70.285	183.533	347.201
D	2.100	2.181	2.179	13.636	5.345	18.796	44.237
E	1.642	2.048	741	2.276	13.675	180.581	200.963
F	2.258	355	344	1.751	2.638	20.941	28.287
G	193	851	187	685	1.150	11.938	15.004
H	1.710	824	670	1.537	4.941	44.616	54.298
Total 31.12.2019	95.368	112.597	278.671	483.592	562.194	1.763.031	3.295.453
Total 31.12.2018	80.356	108.572	136.926	363.270	533.682	1.617.442	2.840.248

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Operações vencidas

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Total da Carteira
B	4.565	1.289	201	980	1.953	6.397	15.385
C	28.057	1.703	667	1.589	2.660	7.951	42.627
D	770	831	1.874	664	1.009	2.165	7.313
E	1.019	833	1.164	2.441	2.263	5.143	12.863
F	561	1.675	814	3.143	1.306	3.589	11.088
G	4.985	320	407	1.777	5.325	5.235	18.049
H	5.157	6.257	8.520	25.882	35.417	119.482	200.715
Total 31.12.2019	45.114	12.908	13.647	36.476	49.933	149.962	308.040
Total 31.12.2018	12.533	13.441	7.591	25.260	35.612	46.386	140.823

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para operações de crédito, estão demonstradas nos nove níveis de risco, conforme a seguir:

31.12.2019	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Setor privado	220.911	1.200.613	1.198.084	389.763	51.550	213.826	39.375	33.053	255.013	3.602.188
Rural	62.242	545.093	294.588	65.017	26.257	51.049	9.930	16.207	38.559	1.108.942
Indústria	6.711	15.038	429.360	184.448	11.531	154.222	15.170	-	155.163	971.643
Comércio	136.840	127.576	281.103	48.266	6.571	3.701	4.882	14.439	49.320	672.698
Intermediários Financeiros	-	-	1.555	-	-	-	-	-	-	1.555
Outros Serviços	969	165.457	82.127	39.643	721	305	7.661	218	3.229	300.330
Pessoas Físicas	14.149	347.449	109.351	52.389	6.470	4.549	1.732	2.189	8.742	547.020
Setor público	1.240	-	-	65	-	-	-	-	-	1.305
Total da carteira	222.151	1.200.613	1.198.084	389.828	51.550	213.826	39.375	33.053	255.013	3.603.493
Percentual requerido	-	0,5%	1%	3%	10%	30%	50%	70%	100%	-
Prov.requerida/constituída	-	(6.003)	(11.981)	(11.695)	(5.155)	(64.148)	(19.687)	(23.137)	(255.013)	(396.819)
31.12.2018										
Total da carteira	256.541	1.038.339	811.670	490.265	52.524	158.708	13.478	24.015	135.531	2.981.071
Prov. requerida/constituída	-	(5.191)	(8.117)	(14.708)	(5.252)	(47.612)	(6.739)	(16.811)	(135.531)	(239.961)

f) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	Exercício/2019	Exercício/2018
Saldo no início do período	(239.961)	(216.467)
Provisões constituídas	(256.408)	(138.384)
Valores baixados para prejuízo	99.549	114.885
Reversões	1	5
Saldo no final do período	(396.819)	(239.961)

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controlado em conta de compensação, corresponde a R\$1.255.790 (R\$1.209.558 em 31.12.2018).

Notas Explicativas

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Receitas de Operações de Crédito

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Empréstimos	79.942	150.650	139.094
Direitos creditórios descontados	2.495	5.439	7.183
Financiamentos	71.571	129.271	134.994
Financiamentos rurais	41.862	88.638	86.362
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	32.832	49.788	49.023
Total	228.702	423.786	416.655

h) Operações Renegociadas e Recuperadas

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Renegociadas ⁽¹⁾	252.824	354.350	497.626
Carteira Comercial	194.244	197.629	149.751
Carteira de Fomento	58.580	156.721	347.875
Recuperadas	32.832	49.788	49.023
Carteira Comercial	21.149	25.184	23.556
Carteira de Fomento	11.377	24.242	19.096
Câmbio	215	215	72
Outros - FNO	91	147	6.299

⁽¹⁾ Representa o saldo renegociado, no período, das operações de crédito.

A redução do volume de renegociações de operações de crédito neste período quando comparado ao mesmo período do ano anterior, deve-se às renegociações ocorridas de clientes expressivos na carteira de fomento à época de 2018, os quais representaram cerca de 67% de todo volume renegociado.

O aumento no volume de créditos renegociados da carteira comercial em 2019 deve-se às renegociações de clientes expressivos, os quais representaram aproximadamente 74% do total renegociado.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Outros créditos

Os Outros créditos estão formados pelos valores demonstrados a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Carteira de câmbio	83.616	51.643
Rendas a receber	98.894	78.584
Diversos	1.635.058	1.307.330
Crédito tributário (nota nº 16.c)	1.482.094	1.219.860
Títulos e créditos a receber	57	452
Capaf	107.769	107.769
(-) Provisão ativos atuariais - Capaf	(107.769)	(107.769)
Outros	57	452
Remuneração OGU	22	417
Diversos	35	35
Devedores por compra de valores e bens (nota nº 7)	237	-
Devedores por depósito em garantia (nota nº 14.a)	55.379	49.470
Devedores para apuração de responsabilidades	21.589	17.702
(-) Provisão para apuração de responsabilidades	(21.589)	(17.702)
Impostos e contribuições a compensar	69.420	238
Pagamentos a ressarcir	10.847	14.848
Bônus de adimplência OGU/STN/FAT	1.302	3.846
Saque a ressarcir rede compartilhada	970	970
Equalização – STN/FDA	525	1.719
Suprimento 24 Horas	3.934	5.387
Rebates	1.458	1.839
Tributos federais recolhidos a compensar	629	13
Outros pagamentos	2.029	1.074
Devedores diversos	16.582	21.499
Adiantamentos para pagamentos	40	47
Adiantamentos e antecipações salariais	402	916
Provisão para outros créditos	(25.379)	(544)
Total	1.792.189	1.437.013
Circulante	501.694	405.389
Não circulante	1.290.495	1.031.624

De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica “Outros Créditos” o montante de R\$107.769 (R\$107.769 em 31.12.2018), decorrentes de aportes efetuados a maior para o Plano de Benefício Misto e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido. Em razão da incerteza quanto à realização, foi constituída provisão total desse ativo.

O saldo de Devedores para apuração de responsabilidades, no valor de R\$21.589 (R\$17.702 em 31.12.2018), corresponde ao registro de valores provenientes de fraudes internas e externas, falhas humanas e de sistemas operacionais. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências que estavam classificadas no passivo contingente.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Ativo Permanente**a) Investimentos**

	31.12.2019	31.12.2018
Incentivos fiscais	1.456	1.456
(-) Provisão p/ perdas em invest. p/ inc. fiscais	(1.358)	(1.358)
Títulos patrimoniais	126	126
Outros	43	43
Total	267	267

b) Imobilizado de Uso

	31.12.2019	31.12.2018
Imóveis de uso	64.417	63.174
Terrenos	2.661	2.664
Edificações	61.756	60.510
Reavaliações de Imóveis de uso	47.771	48.029
Reavaliações de terrenos	12.915	13.095
Reavaliações de edificações	34.856	34.934
Outras imobilizações de uso	221.509	191.787
Móveis e equipamentos em estoque	586	956
Imobilizações em curso	12.192	17.300
Instalações, móveis e equipamentos de uso	64.199	61.815
Instalações	9.810	8.634
Móveis e equipamentos de uso	54.389	53.181
Outras	144.532	111.716
Sistema de comunicação	3.040	2.850
Sistema de processamento de dados	129.033	99.873
Sistema de segurança	11.979	8.513
Sistema de transporte	480	480
(-) Depreciações acumuladas	(183.440)	(150.820)
Total	150.257	152.170

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Intangível

	31.12.2019	31.12.2018
Software desenvolvido e em desenvolvimento	303.244	346.514
(-) Amortização Acumulada	(173.621)	(152.159)
Total	129.623	194.355
Total permanente	280.147	346.792

A movimentação do Ativo permanente no período está demonstrada abaixo:

	Saldos em 31.12.2018	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 31.12.2019
Investimentos	267	-	-	-	267
Imobilizado de uso	152.170	21.580	(273)	(23.220)	150.257
Intangível ⁽¹⁾	194.355	47.262	(80.411)	(31.583)	129.623
Total	346.792	68.842	(80.684)	(54.803)	280.147

⁽¹⁾ Os ativos que faziam parte do Projeto de Excelência Tecnológica (PET) que estavam registrados neste grupo foram baixados, visto que estes ativos não gerarão benefícios econômicos futuros, portanto, não possuindo mais as características exigidas pela legislação, conforme CPC 04 (R1).

	Saldos em 31.12.2017	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 31.12.2018
Investimentos	267	-	-	-	267
Imobilizado de uso	165.676	10.832	(1.027)	(23.311)	152.170
Intangível	174.711	47.485	(846)	(26.995)	194.355
Total	340.654	58.317	(1.873)	(50.306)	346.792

A Resolução CMN n° 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do Patrimônio de Referência ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Limite para Imobilização	1.342.444	1.235.404
(-) Situação	(150.398)	(152.311)
Margem	1.192.046	1.083.093
Índice de imobilização	5,6%	6,2%

Com a vigência da Resolução CMN n° 4.192/2013, foi procedida a revisão quanto à apuração do limite para imobilização, a partir de fevereiro de 2014, deixando de ser considerados, na base de cálculo, os ativos intangíveis relativos à prestação de serviços registrados até 31.12.2009.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 Depósitos e captações no mercado aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 31.12.2019	Total em 31.12.2018
À Vista	1.052.696	-	-	1.052.696	892.977
Poupança	588.915	-	-	588.915	574.052
Interfinanceiros	22.277	7.506	-	29.783	36.984
A Prazo	1.754.813	474.098	500.010	2.728.921	2.647.096
A prazo	266.582	473.392	499.586	1.239.560	1.362.802
Judiciais com remuneração	77.096	-	-	77.096	72.705
Especiais com remuneração	1.411.135	706	424	1.412.265	1.211.589
Sudam ⁽¹⁾	923.782	-	-	923.782	782.352
Finam	480.696	-	-	480.696	423.125
FAT (nota nº 21)	1.207	706	424	2.337	5.731
Outros	5.450	-	-	5.450	381
Total	3.418.701	481.604	500.010	4.400.315	4.151.109
Circulante				3.900.305	3.513.163
Não circulante				500.010	637.946

⁽¹⁾ Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite as empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia S.A o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa 50% dos 30% do IRPJ devido. Os depósitos de incentivo, inclusive recursos próprios, serão feitos nas datas de pagamento do imposto, nos prazos indicados de acordo com o parágrafo 1º, do art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

b) As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, registrou o volume de R\$99.997 (R\$100.024 em 31.12.2018), foram negociadas ao longo do período a uma taxa média anualizada de 5,9% (6,5% em 31.12.2018) e estavam lastreadas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

c) Despesas de captações no mercado:

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Despesas de captações c/ depósitos	(96.614)	(199.325)	(201.760)
A Prazo	(37.784)	(79.786)	(78.900)
Poupança	(12.179)	(24.999)	(27.041)
Especiais	(35.848)	(72.412)	(70.662)
Interfinanceiros	(681)	(1.379)	(833)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(5.891)	(12.460)	(15.645)
Judiciais	(2.296)	(4.467)	(4.475)
Fundo Garantidor de Créditos	(1.935)	(3.822)	(4.204)
Desp. de captações mercado aberto	(2.889)	(6.082)	(6.740)
Carteira Própria	(2.889)	(6.082)	(6.740)
Total	(99.503)	(205.407)	(208.500)

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira que tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas prefixadas ou flutuantes, disponibilizada aos clientes do Banco desde março de 2015.

11 Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 é de R\$81.011 (R\$52.158 em 31.12.2018), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 3,4% a.a. (3,9% a.a. em 31.12.2018) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Obrigações por repasses**a) Obrigações por repasses do país – Instituições oficiais**

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	5,2	7,9	26.032	2,1	8,9	29.376
BNDES Industrial	3,2	1,1	250.380	7,0	18,2	243.332
BNDES Rural	4,3	5,0	236.398	4,3	7,0	234.256
BNDES Comércio	4,7	8,2	99.984	5,0	11,3	93.749
BNDES Serviços	6,9	6,1	10.374	6,8	9,3	13.096
Finep	1,5	10,0	465	1,5	9,0	589
Finame Industrial	2,5	4,2	21.118	2,2	4,8	25.622
Finame Rural	3,8	5,1	57.569	3,1	5,5	68.185
Finame Comércio	4,3	4,8	8.828	4,2	5,6	11.050
Finame Serviços	1,5	3,7	13.479	2,2	3,4	32.074
STN OGU	1,1	3,3	26.453	1,1	2,9	26.999
Total			751.080			778.328
Circulante			115.048			128.087
Não circulante			636.032			650.241

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota nº 31.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDES Finem	366	574	860	1.720	6.804	6.614	9.094	26.032
BNDES Industrial	408	5.163	354	13.376	36.429	34.314	160.336	250.380
BNDES Rural	-	2.593	-	13.083	123.336	79.271	18.115	236.398
BNDES Comércio	1.476	4.856	1.607	13.856	35.076	18.949	24.164	99.984
BNDES Serviços	238	422	211	1.687	5.051	2.679	86	10.374
Finep	6	10	15	31	122	122	159	465
Finame Industrial	514	1.040	1.412	3.180	11.170	3.718	84	21.118
Finame Rural	236	3.403	121	9.023	15	-	44.771	57.569
Finame Comércio	190	363	522	1.044	3.727	2.982	-	8.828
Finame Serviços	1.366	910	1.017	1.683	6.893	1.610	-	13.479
STN OGU	25.635	-	4	473	333	5	3	26.453
Total 31.12.2019	30.435	19.334	6.123	59.156	228.956	150.264	256.812	751.080
Total 31.12.2018	32.800	18.446	11.215	65.662	227.117	152.816	270.272	778.328

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Despesas de Obrigações para empréstimos e Repasses

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Tesouro Nacional	(43.513)	(61.065)	(122.723)
BNDES	(15.639)	(35.611)	(39.296)
Finame	(1.827)	(3.847)	(4.210)
Finep	(7)	(17)	(27)
Com banqueiros no exterior	(2.550)	(6.007)	(12.404)
Repasses do exterior	-	-	(1)
Total	(63.536)	(106.547)	(178.661)

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado no Orçamento Geral da União (OGU) o montante de R\$26.453 (R\$26.999 em 31.12.2018).

No exercício foram repassados pelo Tesouro R\$375 (R\$700 em 2018). Esses recursos são remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior.

No período foi recolhido ao Tesouro Nacional R\$128 (R\$245 em 2018). Foi registrado como taxa de administração dos recursos do OGU o valor de R\$1.855 (R\$1.923 em 2018).

13 Outras obrigações

As Outras obrigações estão formadas pelos valores demonstrados abaixo:

	31.12.2019	31.12.2018
Cobrança e Arrecadação	1.923	1.766
Câmbio	118	258
Sociais e estatutárias	134.315	54.686
Fiscais e previdenciárias (nota nº 13.a)	130.327	48.916
Fundos financeiro e de desenvolvimento (nota nº 13.b)	7.482.146	6.926.757
Diversas (nota nº 13.c)	2.617.304	2.499.071
Passivos atuariais (nota nº 13.d)	1.283.907	1.077.899
IECP (nota nº 13.e)	1.059.598	1.056.265
Total	12.709.638	11.665.618
Circulante	8.358.422	7.655.133
Não circulante	4.351.216	4.010.485

Os itens mais relevantes que compõem o grupo de outras obrigações estão a seguir demonstrados:

a) Fiscais e previdenciárias

	31.12.2019	31.12.2018
Provisão p/ impostos e contribuições s/ lucros	-	12.419
Impostos e contribuições a recolher	33.866	27.305
Provisão p/ impostos e contribuições diferidos	96.461	9.192
Total	130.327	48.916
Circulante	35.117	27.966
Não circulante	95.210	20.950

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	31.12.2019	31.12.2018
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) ⁽¹⁾ (nota nº 20)	7.192.844	6.618.193
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 22)	192.413	203.233
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 19)	96.811	105.253
Outros	78	78
Total	7.482.146	6.926.757
Circulante	7.301.463	6.735.904
Não circulante	180.683	190.853

⁽¹⁾ Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Bacen (nota nº 20), não apresentando vencimento.

c) Diversas

	31.12.2019	31.12.2018
Cheques Administrativos	7	6.485
Contrato de Assunção de Obrigações	2	2
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	46.112	54.613
Obrigações por convênios oficiais	769	5.022
Obrigações por prestação de serviços	10	10
Provisão para pagamentos a efetuar	95.564	83.013
Provisão para demandas judiciais	900.089	937.679
Ações trabalhistas (Indenizações) (nota nº 14.f)	140.895	123.952
Ações cíveis (nota nº 14.f)	65.442	76.944
Ações fiscais (nota nº 14.f)	9.150	8.886
Contratos onerosos – Planos Saldados (nota nº 25.b)	656.394	692.187
Plano BD	546.118	571.987
Plano Misto	110.276	120.200
Outras contingências (nota nº 14.f)	28.208	35.710
Desvalorização de bens	349	349
Ações trabalhistas (Capaf)	27.859	35.361
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.535.093	1.372.989
FNO Rural/Industrial (nota nº 20)	1.512.197	1.362.520
FDA (nota nº 19)	22.205	9.758
Cessão de crédito – lei nº 9.138/1995 ^(*)	686	706
Fundo de Invest. e Desenv. do Estado de Rondônia (Fider)	5	5
Credores diversos	39.658	39.258
Parcelas de operações de crédito- Securitização	286	-
Levantamento de depósitos recursais	13.409	7.829
Demais	25.963	31.429
Total	2.617.304	2.499.071
Circulante	701.527	657.808
Não circulante	1.915.777	1.841.263

(*) Cessão de Crédito – lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei 9.138/1995 – Securitização I – de responsabilidade do Banco. O saldo destas operações, encontra-se registrado na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação. Em 31 de dezembro de 2019, o montante corresponde a R\$9.127 (R\$10.974 em 31.12.2018).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das provisões para garantias financeiras prestadas está abaixo especificada:

Provisão p/ Garantias Financeiras Prestadas	Saldos em 31.12.2018	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Saldos em 31.12.2019
Risco FNO Rural (nota nº 20)	548.891	182.321	(124.449)	606.763
Risco FNO Ind. (nota nº 20)	813.629	235.069	(143.264)	905.434
SEC I (Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995)	706	(551)	531	686
FDA (nota nº 19)	9.758	21.889	(9.442)	22.205
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia - Fider	5	-	-	5
Total	1.372.989	438.728	(276.624)	1.535.093

Provisão p/ Garantias Financeiras Prestadas	Saldos em 31.12.2017	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Saldos em 31.12.2018
Risco FNO Rural (nota nº 20)	503.419	177.672	(132.200)	548.891
Risco FNO Ind. (nota nº 20)	714.508	237.088	(137.967)	813.629
SEC I (Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995)	177.420	29.443	(206.157)	706
FDA (nota nº 19)	9.477	1.090	(809)	9.758
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia -	5	-	-	5
Total	1.404.829	445.293	(477.133)	1.372.989

d) Passivos atuariais

Através da Carta Circular nº 3.624/2013, o Bacen criou contas de “Passivos Atuariais”, que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

Apresentamos, a seguir, quadro com os saldos no final do período dos passivos atuariais:

	31.12.2019	31.12.2018
Fundo de pensão de benefício definido	886.174	770.549
BD Liquidado (nota nº 25)	754.810	658.473
Misto Liquidado (nota nº 25)	32.388	24.329
Assistidos (nota nº 25)	98.976	87.747
Outros	397.733	307.350
Auxílio saúde (nota nº 25)	397.733	307.350
Total	1.283.907	1.077.899
Circulante	124.360	120.479
Não circulante	1.159.547	957.420

e) Instrumentos de dívida elegíveis a capital principal (IECP)

No dia 9 de dezembro de 2014, o Banco da Amazônia S.A. e a União celebraram contrato de mútuo, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no art. 16 da Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20 de fevereiro de 2014, todas do Conselho Monetário Nacional.

O valor do contrato foi de até R\$1.000.000, com remuneração integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Na forma contratual, o Banco recebeu, em 15 de dezembro de 2014, títulos públicos federais – Letras do Tesouro Nacional – no montante de R\$999.999, monetizado o montante de R\$982.120, atendendo às exigências do art. 16 da Res.CMN nº 4.192/2013.

De acordo com o contrato, os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

passíveis de distribuição no último período.

A partir do recebimento até o exercício de 2016, o Banco vinha procedendo ao pagamento da remuneração, de acordo com a interpretação dada à Cláusula terceira do referido contrato, sem que tenha havido, por parte do Tesouro Nacional, qualquer questionamento quanto à metodologia adotada.

Ocorre que em 26 de junho de 2017 a Secretaria de Tesouro Nacional – STN, por intermédio do Ofício STN nº 89/2017 GERAT, reviu os cálculos e pautado no artigo 16, X parágrafo 2º da Resolução nº 4.192/2013 do Conselho Monetário Nacional e no Acórdão nº 1540/2016 do Tribunal de Contas da União requereu na oportunidade um eventual pagamento da diferença na remuneração do mútuo, fato esse reiterado em 28.07.2017 (Ofício STN 110-2017) e em 29.11.2017 (Ofício SEI STN 18/2017).

Diante do impasse, acerca da remuneração do IECF, o Banco da Amazônia instou a Câmara de Conciliação e Arbitragem da AGU para dirimir o conflito.

A primeira audiência com a Câmara de Conciliação e arbitragem da AGU foi realizada no dia 27.02.2018.

Na referida reunião, restou consignado: I) A admissão da mediação pela AGU; II) A Secretaria do Tesouro Nacional possibilitou reabertura da discussão acerca do quantum devido e a forma de pagamento III) O Banco da Amazônia apresentaria o recálculo da remuneração, conforme metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional.

No dia 22.03.2018 o Banco da Amazônia apresentou o recálculo, conforme metodologia exigida pela Secretaria do Tesouro Nacional, a qual foi devidamente acolhida.

No dia 23.05.2018 foi celebrado acordo entre o Banco da Amazônia e a Secretaria do Tesouro Nacional, tendo sido aclarada a interpretação sobre a cláusula terceira do contrato e estabelecidos os valores da diferença a ser paga por esta Instituição Financeira.

Com o adimplemento da obrigação as partes conferiram plena, rasa, geral e irrestrita quitação em relação a todos os direitos e deveres inerentes à questão, não se caracterizando, portanto, efeito retrospectivo, tendo o pagamento ocorrido em 22.06.2018, no montante de R\$65.509 (R\$52.636 pela remuneração e R\$12.873 pela atualização).

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor do contrato é de R\$1.059.598 (R\$1.056.265 em 31.12.2018). O valor registrado no Passivo Circulante – Outras Obrigações, no montante de R\$59.599 (R\$56.266 em 31.12.2018) corresponde à provisão para pagamento da remuneração devida ao Tesouro Nacional até o final do período e, no Passivo não Circulante, está registrado o valor de R\$999.999 (R\$999.999 em 31.12.2018) corresponde ao principal.

14 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia S.A. possui demandas trabalhistas, fiscais e cíveis em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais.

As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Depósitos recursais

Encontram-se registrados na rubrica “outros créditos” os depósitos em garantia de recursos, para os quais foi constituída uma provisão relativa aos depósitos recursais baixados na Caixa Econômica Federal.

Os saldos dos depósitos em garantia de recursos estão abaixo demonstrados:

	31.12.2019	31.12.2018
Demandas Trabalhistas	56.285	50.376
(-)Provisão p/devedores depósitos recursais	(9.938)	(9.938)
Demandas Fiscais	348	348
Demandas Cíveis	8.684	8.684
Total (nota nº 8)	55.379	49.470

b) Ações Trabalhistas

Estão ligadas a processos judiciais em que o Banco é réu, movidas por empregados e ex-empregados, sindicatos ou outros órgãos de representação da categoria. Consistem em diversos pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, adicional de função e representação e outros.

c) Ações Fiscais

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estão ligadas a autos de infração e execução fiscal em que o Banco está sendo questionado com relação a tributos e condutas fiscais, movidas na grande maioria, por Prefeituras Municipais com relação ao cálculo e apuração do ISSQN.

d) Ações Cíveis

Os processos judiciais de natureza cível, consistem em ações de clientes e usuários pleiteando indenizações por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos sobre aplicações financeiras, devolução de valores por revisão contratual, entre outras.

Destacam-se nas ações judiciais cíveis as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R\$14.226 (R\$14.478 em 31.12.2018).

e) Outras Contingências

Nos valores registrados em outras contingências constam provisões para cobrir saldos registrados no ativo de natureza de realização incerta, relacionados a processos de apuração interna, direitos a receber face contestação de contrato com fornecedor da área de tecnologia, bem como ações movidas por participantes da Capaf, pleiteando, na maioria, devolução de contribuição e equiparação de remuneração aos empregados da ativa.

f) Provisões e Contingências Passivas

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações trabalhistas, fiscais, cíveis e outras ações. A administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender à probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das provisões para demandas judiciais, classificadas como prováveis, está abaixo especificada:

Provisões para Demandas Judiciais - Prováveis	31.12.2019	31.12.2018
Ações Trabalhistas		
Saldo no início do período	123.952	82.347
Adições	128.746	93.143
Baixa por pagamento	(104.618)	(51.538)
Reversão da provisão	(7.185)	-
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	140.895	123.952
Ações Cíveis		
Saldo no início do período	76.944	67.200
Adições	34.601	50.855
Baixa por pagamento	(38.067)	(25.429)
Reversão da provisão	(8.349)	(15.682)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	65.129	76.944
Ações Fiscais		
Saldo no início do período	8.886	1.131
Adições	4.920	10.438
Baixa por pagamento	(4.652)	(507)
Reversão da Provisão	(4)	(2.176)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	9.150	8.886
Contratos Onerosos (Planos Saldados)		
Saldo no início do período	692.187	722.081
Atualização Monetária	56.944	55.581
Baixa por pagamento	(92.737)	(85.475)
Reversão da provisão	-	-
Saldo no final do período (nota nº 25.b)	656.394	692.187
Outras Contingências		
Saldo no início do período	35.710	70.580
Adições	842	6.008
Baixa por pagamento	(2.643)	(5.572)
Reversão da Provisão	(5.701)	(35.306)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	28.208	35.710
Total	899.776	937.679

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Contratos Onerosos (Planos Saldados)	Outras Contingências
Até 5 anos	97.444	31.017	8.583	477.517	6.853
De 5 anos a 10 anos	28.026	21.715	401	119.074	9.139
Acima de 10 anos	15.425	12.710	166	59.803	12.216
Total	140.895	65.442	9.150	656.394	28.208

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e não requerem provisão.

Saldos das demandas judiciais, classificadas como risco de perda possível:

Demandas Judiciais - Possíveis	31.12.2019	31.12.2018
Causas Fiscais	16.796	-
Causas Trabalhistas	21.584	18.384
Causas Cíveis	204.868	117.183
Total	243.248	135.567

A variação acima deve-se à atualização do andamento processual das ações existentes.

15 Patrimônio líquido**a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária**

	31.12.2019	31.12.2018
Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia	2.199.206	1.938.608
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	74,18	65,39
Valor de mercado por ação (R\$) ⁽²⁾	40,00	23,89

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia S.A.

(2) Cotação de fechamento do mês, conforme B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o Capital Social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.623.252 (R\$1.623.252 em 31.12.2018) está representado por 29.645.967 ações ordinárias nominativas (29.645.967 de ações ordinárias nominativas em 31.12.2018), escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de ações	31.12.2019	31.12.2018
De domiciliados no país	29.645.499	29.645.696
De domiciliados no exterior	468	271
Total	29.645.967	29.645.967

A participação acionária no Capital do Banco está assim distribuída:

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2019		31.12.2018	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União	28.400.557	95,8	28.574.057	96,4
Adm.direta–Min.da Economia	15.119.443	51,0	15.119.443	51,0
Administração indireta	13.281.114	44,8	13.454.614	45,4
FI CAIXA FGEDUC	10.427.301	35,2	10.427.301	35,2
BB FGO-Fundo Inv.em ações	2.853.813	9,6	3.027.313	10,2
Demais	1.245.410	4,2	1.071.910	3,6
Total	29.645.967	100,0	29.645.967	100,0

c) Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$20.931 (R\$21.922 em 31.12.2018) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R\$991 (R\$808 em 31.12.2018), decorrentes de depreciação e baixa transferidas para conta de lucros ou prejuízos acumulados. Conforme Resolução CMN nº 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período, é destinado 80%, do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das Reservas de Capital e de Lucros:

	31.12.2019	31.12.2018
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reserva de Lucros	1.143.110	971.800
Legal	143.452	129.685
Estatutária	999.658	842.115

e) Lucro por ação

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$/mil)	275.348	109.078
Quantidade de ações (em unidades)	29.645.967	29.645.967
Lucro por ação (R\$)	9,28787	3,67935
JCP por ação (R\$)	3,54276	1,40906

f) Ajuste de avaliação patrimonial

São registrados os ganhos ou perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

Os saldos estão abaixo apresentados:

	31.12.2019	31.12.2018
Ajustes de avaliação patrimonial	(590.340)	(680.619)
Títulos Disponíveis para Venda	42.334	4.773
Ajustes de Avaliação Atuarial	(632.674)	(685.392)

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Destinação do lucro líquido

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro Líquido	275.348	109.078
Reserva Legal (5% s/lucro líquido)	(13.767)	(5.454)
Saldo após a Reserva Legal	261.581	103.624
Realização da Reserva de Reavaliação	991	809
Base de cálculo para distribuição	262.572	104.433
Juros s/ capital próprio – JCP ⁽¹⁾	(105.029)	(41.773)
Reserva Estatutária	(157.543)	(62.660)

⁽¹⁾ O JCP corresponde a 40% da base de cálculo.

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Provisões constituídas

Neste período, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	31.12.2019		31.12.2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	348.569	348.569	273.959	273.959
Participações Estatutárias	(25.600)	(25.600)	(9.232)	(9.232)
Juros sobre capital Próprio	-	-	(41.773)	(41.773)
Resultado antes do IRPJ e CSLL	322.969	322.969	222.954	222.954
Adições líquidas caráter permanente	(47.168)	(47.168)	64.952	64.952
Adições líquidas caráter temporário	(97.942)	(97.942)	44.494	44.494
Lucro tributável antes compensações	177.859	177.859	332.400	332.400
Alíquotas	15%	15%	15%	20%
Valores devidos pela alíquota normal	26.679	26.679	49.860	66.480
Adicional de Imposto de Renda (10%)	17.761	-	33.216	-
Incentivos	(2.464)	-	(3.807)	-
Valores devidos	41.976	26.679	79.269	66.480
Realiz.Res.Reav e Diferido s/MTM	37.416	22.097	(405)	(324)
Valores registrados em resultado antes da ativação	79.392	48.776	78.864	66.156
Crédito Tributário s/diferenças temporárias	16.381	(96.928)	29.573	(18.944)
Valores efetivamente registrados no resultado	95.773	(48.152)	108.437	47.212
% despesa efetiva em relação ao Lucro antes IRPJ/CSLL	29,7	14,9	48,6	21,2

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

No período, houve ativação do crédito tributário sobre as atualizações da obrigação do Banco relativamente aos planos de benefícios saldados, de forma proporcional ao valor ativado por ocasião da implantação dos contratos firmados entre o Banco e a Capaf.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Deliberação CVM nº 695/2012, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos Planos de Benefício pós-emprego.

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular Bacen nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002.

Na forma definida no Estudo Técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no Patrimônio Líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 31 de dezembro de 2019:

	31.12.2018	Constituição	Realização	31.12.2019
Imposto de Renda				
Provisão Trabalhista	159.312	122.059	112.617	168.754
Provisão para Risco de Crédito-Banco	417.563	256.408	179.144	494.827
Provisão para Risco de Crédito-FNO	1.159.225	290.524	500.667	949.082
Auxílio pós-emprego	377.016	145.116	76.255	445.877
Auxílio pós-emprego – Del. CVM nº 695/2012	389.841	149.403	23.150	516.094
Planos Saldados	322.903	381.204	92.737	611.370
Provisão Caixa de Previdência	107.769	-	107.769	-
Provisão para Operações SEC I	706	424	443	687
Outras Provisões	117.951	42.410	44.072	116.289
Base de Cálculo	3.052.286	1.387.548	1.136.854	3.302.980
Imposto de Renda Diferido (25%)	763.072	346.887	284.214	825.745
Contribuição Social				
Provisão Trabalhista	159.312	122.059	112.617	168.754
Provisão para Risco de Crédito-Banco	417.563	256.408	179.144	494.827
Provisão para Risco de Crédito-FNO	1.159.225	290.524	500.667	949.082
Auxílio pós-emprego	377.016	145.116	76.255	445.877
Auxílio pós-emprego – Del 695	389.841	149.403	23.150	516.094
Planos Saldados	322.903	381.204	92.737	611.370
Provisão Caixa de Previdência	107.769	-	107.769	-
Provisão para Operações SEC I	706	424	443	687
Outras Provisões	110.918	42.410	44.072	109.256
Base de Cálculo	3.045.253	1.387.548	1.136.854	3.295.947
Contribuição Social Diferida (15%)	456.788	208.132	170.528	494.391
Contribuição Social Diferida (5%)⁽¹⁾	-	161.957	-	161.957
Total do Crédito Tributário	1.219.860	716.976	454.742	1.482.094

⁽¹⁾ A Emenda Constitucional 103/2019, art. 32 e § I do art. 36, eleva a alíquota da CSLL das instituições do sistema financeiro de 15% para 20%. Com a referida alteração, houve necessidade de se ajustar o estoque de crédito tributário do Banco, com base na realização prevista a partir de março/2020. O total apurado, R\$161.957, foi registrado na respectiva conta do ativo em contra partida à resultado (R\$107.092) e Patrimônio Líquido (R\$54.865).

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

d) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2019, apresenta-se da seguinte forma:

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Créditos Tributários	2020	2021	2022	2023	2024	De 2025 a 2029	TOTAL
Crédito Tributário de I.R	102.962	80.472	90.371	79.926	92.636	379.377	825.744
Crédito Tributário de C. Social	79.529	64.378	72.297	63.941	74.109	302.096	656.350
Total – Valores Nominais	182.491	144.850	162.668	143.867	166.745	681.473	1.482.094
Taxa média de captação a.a (%)	1,043	1,101	1,174	1,253	1,336	-	-
Vlr Presente Destes Ativos	174.967	131.562	138.559	114.818	124.809	-	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos 5 anos.

e) Créditos tributários não ativados

No final do período, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e Contribuição Social (alíquota 15%) sobre diferenças temporárias no total de R\$402.974 (R\$433.894 em 31.12.2018). O montante de R\$18.009 (R\$147.714 em 31.12.2018) corresponde ao crédito tributário não ativado sobre o registro de saldamento dos Planos BD e Misto.

Considerando a necessidade de atualizar a perspectiva de realização relativo aos Planos Saldados de modo a adequá-lo ao prazo permitido pela Resolução CMN nº 3.059/2002, o Crédito Tributário Não Ativado, foi ajustado em fevereiro/2019, no montante de R\$129.704, que corresponde à aplicação das alíquotas sobre a variação da linha de planos saldados, no valor de R\$324.260.

Origem dos créditos tributários não ativados:

	31.12.2019	31.12.2018
Provisão FNO	496.172	369.305
Provisão Auxílio pós emprego	321.934	323.225
Provisão Planos Saldados	45.024	369.284
Provisão Ativos Atuariais - CAPAF	107.769	-
Outras Provisões	36.536	22.921
Total das Provisões	1.007.435	1.084.735
Créditos Tributários (IRPJ e CSLL)	402.974	433.894

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos conforme definido no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal de imposto de renda e, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

17. Desdobramento das contas de resultado**a) Receitas de prestação de serviços**

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Administração de fundos e programas	320.098	652.829	608.688
FNO (nota nº 20)	312.919	638.415	594.783
Art 19 da lei 8.167/1991	-	372	1.478
Finam (nota nº 18)	5.538	10.551	9.362
Outras - FDA	853	1.631	1.824
Demais rendas	788	1.860	1.241
Rendas de garantias prestadas	22	22	-
Outros serviços	13.946	28.111	30.067
Demais rendas	13.946	28.111	30.067
Sub-total	334.066	680.962	638.755
Rendas de tarifas bancárias	79.420	144.060	113.330
Pessoa física	43.464	77.667	57.765
Pessoa jurídica	35.956	66.393	55.565
Total	413.486	825.022	752.085

b) Despesas de pessoal

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Honorários	(1.585)	(3.087)	(3.841)
Benefícios	(39.429)	(75.648)	(69.954)
Encargos sociais	(72.378)	(139.053)	(127.365)
Proventos	(173.197)	(334.152)	(311.320)
Treinamento	(3.423)	(5.442)	(4.034)
Remuneração de estagiários	(2.592)	(5.182)	(5.604)
Total	(292.604)	(562.564)	(522.118)

Notas Explicativas
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Outras despesas administrativas

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Água, energia e gás	(7.468)	(14.017)	(12.827)
Aluguéis	(7.631)	(14.875)	(14.427)
Processamento de dados	(18.391)	(38.066)	(41.768)
Comunicações	(15.212)	(29.629)	(30.834)
Manutenção e conservação de bens	(7.388)	(13.420)	(12.596)
Material	(704)	(1.147)	(871)
Serviços de terceiros	(12.455)	(24.200)	(24.960)
Vigilância e segurança	(15.791)	(29.487)	(28.946)
Serviços do sistema financeiro	(10.422)	(18.453)	(18.603)
Promoções e relações públicas	(4.919)	(7.107)	(7.156)
Propaganda e publicidade	(3.328)	(5.593)	(4.670)
Publicações oficiais	(692)	(1.654)	(1.185)
Serviços técnicos especializados	(7.037)	(13.066)	(14.541)
Transporte	(7.202)	(14.183)	(17.219)
Viagens	(2.664)	(4.671)	(4.817)
Depreciação	(11.826)	(23.220)	(23.311)
Amortização	(16.774)	(31.583)	(26.995)
Demais despesas administrativas	(2.097)	(4.751)	(4.648)
Total	(152.001)	(289.122)	(290.374)

d) Despesas tributárias

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
ISS	(4.230)	(8.181)	(6.262)
Cofins	(44.214)	(85.888)	(76.183)
PIS/Pasep	(7.185)	(13.957)	(12.380)
Demais tributos	(1.165)	(3.677)	(5.128)
Total	(56.794)	(111.703)	(99.953)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Outras receitas e despesas operacionais

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Outras receitas operacionais			
<i>Del credere</i> – FNO (nota nº 20)	337.427	653.349	603.215
Demais rendas operacionais	132.197	192.528	365.511
Recup. op. FNO (nota nº 20)	112.128	148.373	147.775
Rendas de <i>Del credere</i> – FDA	2.612	5.228	5.749
Receita variação taxas - FMM	3.682	11.980	15.486
Receita variação taxa câmbio	1.504	5.032	9.363
Recuperação encargos e despesas	1.130	2.648	16.171
Reversão outras prov. Operac. (nota nº 8) (*)	3.147	6.691	163.656
Multas – operações crédito geral	958	2.153	2.377
Rendas s/ depósito compulsório	2.433	5.031	4.793
Demais receitas operacionais	4.603	5.392	141
Total	469.624	845.877	968.726

(*) Em 2018 o montante é composto substancialmente por valores referentes à reversão do excedente da provisão constituída de operações SEC I liquidadas (R\$110.984) e pela reclassificação das rubricas Provisão ativos atuariais Contrato TI (R\$21.699) e Provisão para apuração de responsabilidades (R\$13.608), conforme detalhado na nota nº 8.

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Outras despesas operacionais			
Desp. de provisão–FNO (nota nº 20)	(222.657)	(417.390)	(414.760)
Atualiz. Ben. pós-emprego PBD e PMB (nota 25 b)	(53.916)	(105.945)	(106.831)
Atualização Planos Saldados (nota nº 25 b)	(23.443)	(56.944)	(55.581)
Passivos trabalhistas	(52.624)	(121.561)	(92.941)
Desp.pós-emprego–assistidos/auxílio saúde (nota 25 a.2)	(21.074)	(41.667)	(39.935)
Cessão de crédito - lei nº 9.138/1995	(124)	(424)	(29.443)
Despesas de variação de taxa FMM	(4.516)	(14.081)	(14.812)
Passivos cíveis/sucumbências	(9.547)	(20.501)	(35.801)
Passivos Cíveis - Fundos de investimento	(2.242)	(6.201)	(9.151)
FDA – Provisão	(9.426)	(13.615)	(960)
Atualiz. operac. SEC I – Lei 9.138/1995	(72)	(73)	-
Despesa de variação taxa câmbio	(18)	(31)	(59)
Outras contingências - Fiscais	(4.902)	(4.916)	(10.438)
Grade de eventos perdas operacionais (nota nº 8)	(3.340)	(4.063)	(17.880)
Despesas s/ saldos credores do INSS	(257)	(524)	(600)
Variação negativa de índices	-	(667)	-
Dividendos a pagar juros s/ capital	-	(915)	(409)
Provisão ativos atuariais - Capaf	(498)	(498)	(4.880)
Outras despesas operacionais - CFT	-	-	-
Despesas desconto concedido renegociação	(784)	(807)	(608)
Despesas com TVM	(24)	(42)	(159)
Desp. deficiência aplicação exigibilidades	-	-	(965)
Multa de órgãos oficiais	(1)	(228)	-
Outras despesas - PET (nota nº 8) (**)	-	-	(21.699)
Sucumbências/Honorários Especiais - Determ. Judicial	(147)	(147)	-
Decisões, Condenações Judiciais	(516)	(516)	-
Demais despesas operacionais	(2.862)	(5.759)	(42.142)
Total	(412.990)	(817.515)	(900.054)

(**) Variação mencionada em outras receitas operacionais.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Resultado não operacional

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Receitas não operacionais	2.049	4.163	1.516
Lucros em transações c/ valores e bens	1	304	35
Outras receitas não operacionais	2.048	3.859	1.481
Reversão outras prov. não operacionais	926	1.844	463
Ganhos de capital	159	535	357
Rendas de aluguel	2	4	15
Juros s/Capital próprio / Dividendos recebidos	-	-	198
Outras rendas não operacionais	961	1.476	448
Despesas não operacionais	(64.102)	(64.299)	(568)
Perdas de Capital (*)	(63.991)	(63.994)	(73)
Outras Despesas não operacionais	(111)	(305)	(495)
Imobilizações	(100)	(291)	(415)
Diversas	(11)	(14)	(80)
Total	(62.053)	(60.136)	948

(*) Variação mencionada em ativo permanente – intangível (nota nº 9.c).

18. Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)

O Finam, criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério do Desenvolvimento Regional, através da Subsecretaria de Planejamento Integrado, Fundos e Incentivos Fiscais. Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da região Amazônica.

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam, recebendo a título de remuneração 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo, conforme legislação vigente.

Neste período, não houve a entrada de recursos enviados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, decorrente do encontro de contas trimestrais de valores das opções acatadas pela Receita Federal do Brasil - RFB, em atendimento à Portaria Interministerial nº 93/2018 (R\$3.237 em 31.12.2018).

No período, foi apropriado e recebido, como receita de prestação de serviço, o valor de R\$10.551 (R\$9.362 em 2018).

O Banco vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo. No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, a divulgação está contemplada na nota nº 14.f, integrando o total das causas cíveis.

19. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios. São dois Decretos que regulamentam o Fundo (Decreto nº 4.254/2002 e 7.839/2012).

Sobre as operações realizadas ao amparo do Decreto nº 4.254/2002, o Banco possui 2,5% de risco, 0,15% a.a de *del credere* e taxa de administração de 2,0% sobre cada valor de liberação.

Está registrado, a título de *del credere*, o valor de R\$24.483 (R\$23.198 em 31.12.2018) em Rendas a Receber. A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

Quanto ao risco, a provisão é calculada de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrada em Provisão para garantias financeiras prestadas. No final deste período, o saldo totalizou R\$22.205 (R\$9.758 em 31.12.2018).

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, não ocorreram liberações, não gerando taxa de administração.

As operações liberadas ao amparo do Decreto nº 7.839/2012 são de risco integral do Banco e os repasses do Tesouro estão registrados em Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, cujo saldo no final do período é de R\$96.811 (R\$105.253 em 31.12.2018). A Res. CMN nº 4.171/2012 regulamenta os encargos a serem cobrados e não recebimento de taxa de administração.

20. Fundo Constitucional de financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Taxa de administração (nota nº 17.a)	312.919	638.415	594.783
FNO	265.640	543.837	498.702
FNO - Pronaf	47.279	94.578	96.081
<i>Del credere</i> (nota nº 17.e)	337.427	653.349	603.215
Recuperação de operações (nota nº 17.e)	112.128	148.373	147.775
Remuneração do disponível (nota nº 24)	(193.879)	(396.751)	(364.492)
Provisão (risco compartilhado) (nota nº 17.e)	(222.657)	(417.390)	(414.760)

O patrimônio do FNO, no montante de R\$31.183.044 (R\$28.351.373 em 31.12.2018), está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de fundos Públicos Administrados".

A Taxa de administração de 0,225% a.m. é incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente, limitada a 20% dos repasses do Tesouro Nacional.

O *del credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não auferi *del-credere*, por estar isento de risco.

Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R\$116.843 (R\$110.483 em 2018) referem-se às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

O valor registrado no Disponível do FNO no montante de R\$7.025.645 (R\$6.584.761 em 31.12.2018) é remunerado à taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento". No exercício, a despesa com remuneração dessa disponibilidade foi de R\$396.751 (R\$364.492 em 2018).

A despesa de provisão (risco compartilhado) é calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999 e registrada na conta "Provisão para Garantias Financeiras Prestadas", cujo saldo acumulado é R\$1.512.197 (R\$1.362.520 em 31.12.2018) (nota nº 13.c).

No exercício, o Banco procedeu à baixa de R\$267.713 (R\$270.167 em 2018) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

A forma de devolução das parcelas vencidas e a responsabilidade desta instituição (risco compartilhado) consistem no ressarcimento, ao disponível do Fundo, 48 (quarenta e oito) horas úteis após o registro da baixa como prejuízo.

Neste exercício, foi devolvido ao Fundo o montante de R\$268.252 (R\$270.111 em 2018).

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO – risco compartilhado e das provisões foram apresentados conforme anexo.

Neste exercício, foi repassado ao Banco o montante de R\$134.492, para que este, em nome próprio, realizasse a contratação de uma operação de crédito com risco integral do Banco, conforme previsto no artigo 9º-A da Lei nº 7.827/1989 e Lei nº 10.177/2001.

Apresentamos abaixo quadro da composição dos recursos do FNO:

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2019	31.12.2018
Saldo no início do período	6.618.193	4.971.889
Repasse do Tesouro Nacional	2.719.185	2.493.516
Repasse próprio - art.9º-A Lei nº 7.827/1989	134.982	-
Reembolso	4.438.960	3.672.494
Valores indenizados pelo Banco	268.252	270.111
Remuneração das disponibilidades	396.751	364.492
Desembolso	(5.990.947)	(3.823.834)
Despesas operações renegociada e/ou indenizada	(118.161)	(136.264)
Despesas com taxa de administração	(619.658)	(590.317)
Despesas com <i>del credere</i>	(653.349)	(603.215)
Despesa de Auditoria	(148)	(216)
Outras Despesas	(1.216)	(463)
Saldo no final do período (nota nº 13.b)	7.192.844	6.618.193

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO - risco compartilhado e das provisões foram apresentados a seguir:

Nível de Risco	31.12.2019		31.12.2018	
	Saldos	Provisão	Saldos	Provisão
AA	1.829.266	-	1.573.663	-
A	9.850.766	(24.627)	8.023.459	(20.059)
B	5.150.334	(25.751)	5.287.493	(26.437)
C	2.360.133	(35.401)	2.702.270	(40.532)
D	1.102.908	(55.144)	550.161	(27.508)
E	433.269	(64.990)	517.208	(77.581)
F	190.284	(47.571)	270.172	(67.543)
G	170.349	(59.622)	152.014	(53.205)
H	2.398.325	(1.199.091)	2.099.548	(1.049.655)
Total	23.485.634	(1.512.197)	21.175.988	(1.362.520)

21. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Instituído pela Lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), vinculado à Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, e tem como foco o Programa de geração de emprego e renda (Proger). O Banco atua na modalidade Proger-Urbano que se destina ao atendimento da demanda de crédito das pequenas e microempresas, dos empreendedores do setor informal da economia, das cooperativas, associações de produção e dos recém-formados.

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei nº 8.352/1991, e no Banco esses recursos estão registrados em "Depósitos Especiais com Remuneração", do grupamento de "Depósitos a Prazo", remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic (TMS) e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Em atendimento às Resoluções do Codefat, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no exercício, no montante de R\$3.613 (R\$5.473 em 2018), conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa	31.12.2019		31.12.2018	
		Reembolsos	Saldos	Reembolsos	Saldos
Aplicado	TJLP	185	1538	459	4199
Proger urbano		185	1.538	459	4.199
Disponível	TMS	56	798	101	1531
Proger urbano		56	798	101	1.531
Principal		3.372	-	4.913	-
Proger urbano		3.372	-	4.913	-
Total		3.613	2.336	5.473	5.730

As obrigações com o FAT apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento:

	31.12.2019		31.12.2018	
	Valores	%	Valores	%
A vencer				
Até 30 dias	329	14,1	607	10,6
De 31 a 90 dias	292	12,5	495	8,6
De 91 a 180 dias	407	17,4	685	12,0
De 181 a 360 dias	664	28,4	1.248	21,8
Mais de 1 ano	644	27,6	2.695	47,0
Total	2.336	100,0	5.730	100,0

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT destina-se ao Programa Proger Urbano, importando em R\$2.325 (R\$4.753 em 31.12.2018).

22. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério da Infraestrutura, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

O recurso é atualizado monetariamente com base na variação do dólar (PTAX) e pela TJLP, mais juros simples de 0,1% a 0,5% a.a.

Os recursos repassados estão registrados na rubrica "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento", cujo montante no período é de R\$192.413 (R\$203.232 em 31.12.2018) (nota nº 13.b).

23. Fundos de Investimentos Financeiros

O Banco é distribuidor do Fundo de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo que é administrado e gerido pela Caixa Econômica Federal, tendo como custodiante o Bradesco.

Além desse Fundo, o Banco ainda administra os fundos de investimentos financeiros (FIF's), antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FAC's), são administrados pela BNY Mellon Serviços Financeiros, geridos pela Orla DTVM S/A e custodiados pelo BNY Mellon Banco S.A.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos dos Patrimônios Líquidos desses Fundos estão assim representados:

	31.12.2019	31.12.2018
FIC Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo	73.515	85.910
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	73	321
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seleto "2"	28	655
Fundo Amazônia Credit 90	1	-
Fundo Amazônia Mix "2"	30	33
Total	73.647	86.919

Neste período e em 2018, não ocorreu transferência para o Banco relacionada à recuperação de ativos referente à massa falida do Banco Santos, correspondente aos fundos FIF's e FAC's cindidos.

24. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

A remuneração e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, são compostos conforme segue:

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Honorários (nota nº 17.b)	(1.585)	(3.087)	(3.841)
Diretoria Executiva	(1.125)	(2.151)	(2.726)
Conselho de Administração	(138)	(279)	(306)
Conselho Fiscal	(88)	(182)	(218)
Comitê de Auditoria	(234)	(475)	(517)
Outros - Ajuda de Custo	-	-	(74)
Remuneração Variável Anual	-	(506)	(415)
Outros benefícios ⁽¹⁾	(36)	(75)	(71)
Total	(1.621)	(3.668)	(4.327)

⁽¹⁾ Ticket, cesta alimentação e auxílio moradia.

A remuneração média do período paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada: (em R\$ unitários).

	31.12.2019	31.12.2018
Diretoria - Honorários	36.508,75	37.738,80
Conselho de Administração	3.541,99	3.857,39
Conselho Fiscal	3.704,11	3.650,84

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao pessoal chave da administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

b) Principais entidades como partes relacionadas

Os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na nota nº 6 (Títulos e Valores Mobiliários – TVM).

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas nºs: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Obrigações), 18 (Fundo de Investimentos da Amazônia –

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Finam), 19 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 20 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 21 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 22 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com a entidade que o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota nº 25 (Benefícios a empregados).

As condições e taxas contratadas com as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas notas nºs 12, 13, 18, 19, 20, 21 e 22.

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Passivos		
Depósito a Prazo – FAT (nota nº 21)	2.336	5.730
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12)	751.080	778.328
Tesouro Nacional	26.453	26.999
BNDES	623.168	613.809
Finame	100.994	136.931
Finep	465	589
Outras Obrigações	7.482.068	6.926.677
FNO (notas nºs 13 e 20)	7.192.844	6.618.193
FMM (notas nºs 13 e 22)	192.413	203.232
FDA-aplicado (notas nºs 13 e 19)	96.811	105.252
Total	8.235.484	7.710.735

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no período está demonstrado a seguir:

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Receitas taxa administração (nota nº 17.a)	320.098	652.829	608.688
Receita <i>Del credere</i> do FNO (nota nº 17.e)	337.427	653.349	603.215
Desp. c/ remuneração disp. FNO (nota nº 20)	(193.879)	(396.751)	(364.492)
Prov. FNO (risco compartilhado) (nota nº 20)	(222.657)	(417.390)	(414.760)
Desp. contrib. patronal – Capaf	(7.309)	(14.027)	(13.069)
Liquidados - BD e Misto (nota nº 25)	(1.873)	(3.532)	(3.475)
Prev-amazônia - Capaf (nota nº 25)	(5.436)	(10.495)	(9.594)
Atualiz. ajuste pós-emp-Capaf	(98.433)	(204.556)	(202.347)
Atualização Benefício Pós-emprego PBD e PMB (nota nº 17.e)	(53.916)	(105.945)	(106.831)
Atualização Planos Saldados (nota nº 17.e)	(23.443)	(56.944)	(55.581)
Desp.pós-emprego–assistidos/auxílio saúde (nota nº 17.e)	(21.074)	(41.667)	(39.935)

25. Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentaria, por meio de planos de previdência complementar (Benefício Definido-BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia) e Auxílio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A (Capaf), que se encontra sob intervenção da Previc desde 2011. A Portaria nº 908 de 18 de outubro de 2019, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), concedeu a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 22 de outubro de 2019, do prazo de intervenção que trata a Portaria nº 327 de 22 de abril de 2019.

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação destes, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos e que corresponde a 52% do público-alvo.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O processo sobre transferência do gerenciamento dos planos de previdência BD Saldado, Misto Saldado e PrevAmazônia para a BB Previdência consta em eventos subsequentes (nota 30.)

a) Planos BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco e Auxílio-Saúde

Os planos acima especificados são avaliados atuarialmente em cada trimestre de acordo com as regras definidas pela Deliberação CVM nº 695/2012, ocasião em que são ajustadas as respectivas provisões. O Banco registra como de sua responsabilidade 50% do déficit dos planos BD e Misto, em atendimento ao que determina as Leis Complementares nºs 108/2001 e 109/2001.

a.1) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

I – Financeiras (a.a)

	Plano BD Elegível (%)		Plano BD Não Elegível (%)	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	6,9	8,8	7,1	8,8
Taxa de juros desconto atuarial-real	2,9	4,6	3,2	4,6
Projeção de aumentos salariais	3,8	4,0	3,8	4,0
Projeção de aumentos dos benefícios	3,8	4,0	3,8	4,0
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,8	4,0	3,8	4,0
Taxa de inflação	3,8	4,0	3,8	4,0
Expectativa de retorno ativos do plano	6,9	8,8	7,1	8,8

	Plano Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio-saúde (%)	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	6,9	8,8	6,3	8,4	7,6	9,2
Taxa de juros desconto atuarial-real	2,9	4,6	2,4	4,2	3,6	5,0
Projeção de aumentos salariais	3,8	4,0	N/A	N/A	3,8	4,0
Projeção de aumentos dos benefícios	3,8	4,0	3,8	4,0	-	-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,8	4,0	-	-	-	-
Taxa de inflação	3,8	4,0	3,8	4,0	3,8	4,0
Expectativa de retorno ativos do plano	6,9	8,8	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2	2,2

II – Demográficas

	Planos BD e Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio-saúde (%)	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Taxa de rotatividade	0,8%	0,7%	0,8%	0,7%	0,8%	0,7%
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **
Tábua de morbidez	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

* suavizada em 20% em 2019 e 20% em 2018.

** suavizada em 30% em 2019 e 30% em 2018.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.2) Valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes

	Plano BD	
	Exercício/2019	Exercício/2018
Custo do serviço		
Custo de juros líquidos	(57.682)	(56.518)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(57.682)	(56.518)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre contribuições dos participantes	(1.365)	(1.441)
Ganhos e Perdas sobre o ativo	49.230	44.580
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(89.250)	(35.653)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(41.385)	7.486
Total dos componentes de benefício definido	(99.067)	(49.032)
	Plano Misto	
	Exercício/2019	Exercício/2018
Custo do serviço		
Custo do serviço	(4)	(4)
Custo de juros líquidos	(2.131)	(1.662)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(2.135)	(1.666)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e perdas sobre as contribuições dos participantes	-	(5)
Ganhos e Perdas sobre o ativo	614	(1.454)
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(6.572)	(3.227)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(5.958)	(4.686)
Total dos componentes de benefício definido	(8.093)	(6.352)
	Assistidos pelo Banco	
	Exercício/2019	Exercício/2018
Custo do serviço		
Custo de juros líquidos	(7.380)	(7.273)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(7.380)	(7.273)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(12.661)	(5.665)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(12.661)	(5.665)
Total dos componentes de benefício definido	(20.041)	(12.938)
	Auxílio-saúde	
	Exercício/2019	Exercício/2018
Custo do serviço		
Custo de serviço	(6.072)	(4.685)
Custo de juros líquidos	(28.215)	(27.978)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(34.287)	(32.663)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(66.249)	4.215
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(66.249)	4.215
Total dos componentes de benefício definido	(100.536)	(28.448)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.3) Movimentação do (passivo)/ativo reconhecido

	Plano BD	
	Exercício/2019	Exercício/2018
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(658.473)	(612.323)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	2.730	2.882
Provisão para planos de benefício definido	(57.682)	(56.518)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(41.385)	7.486
(Passivo)/ativo reconhecido no período	(754.810)	(658.473)
Ajuste Provisão - Ação Rescisória		
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(754.810)	(658.473)

	Plano Misto	
	Exercício/2019	Exercício/2018
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(24.329)	(18.010)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	34	33
Provisão para planos de benefício definido	(2.135)	(1.666)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(5.958)	(4.686)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(32.388)	(24.329)

	Assistidos pelo Banco	
	Exercício/2019	Exercício/2018
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(87.747)	(82.362)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	8.812	7.553
Provisão para planos de benefício definido	(7.380)	(7.273)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(12.661)	(5.665)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(98.976)	(87.747)

	Auxílio-saúde	
	Exercício/2019	Exercício/2018
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(307.351)	(290.532)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	10.154	11.630
Provisão para planos de benefício definido	(34.287)	(32.663)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(66.249)	4.215
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(397.733)	(307.350)

a.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	Plano BD	
	Exercício/2019	Exercício/2018
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(773.434)	(715.874)
Benefícios pagos pelo plano	53.266	48.263
Custo de juros	(67.753)	(66.075)
Remensurações de perdas atuariais	(113.807)	(39.747)
Decorrentes de ajuste de experiência	(1.775)	1.282
Decorrentes de ajustes nas premissas demográficas	-	(2.069)
Decorrentes de alterações de premissas financeiras	(112.032)	(38.960)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(901.728)	(773.433)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Plano Misto	
	Exercício/2019	Exercício/2018
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(74.196)	(68.645)
Benefícios pagos pelo plano	6.736	7.247
Custo de juros	(6.500)	(6.336)
Custo de serviço corrente	(8)	(7)
Remensurações de Perdas atuariais	(13.143)	(6.455)
Decorrentes de ajuste de experiência	(1.685)	(1.615)
Decorrentes de ajuste nas premissas demográficas	-	(787)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	(11.458)	(4.053)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(87.111)	(74.196)

	Assistidos pelo Banco	
	Exercício/2019	Exercício/2018
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(87.747)	(82.362)
Benefícios pagos pelo plano	8.812	(7.553)
Custo de juros	(7.380)	(7.273)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais	(12.661)	(5.665)
Decorrentes de ajuste de experiência	(2.724)	(3.035)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	(9.937)	(2.631)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(98.976)	(87.747)

	Auxílio-saúde	
	Exercício/2019	Exercício/2018
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(307.351)	(290.532)
Benefícios pagos pelo plano	10.154	11.630
Custo de juros	(28.215)	(27.978)
Custo de serviço corrente	(6.072)	(4.685)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais	(66.249)	4.215
Decorrentes de ajuste de experiência	21.513	34.748
Decorrentes de ajuste nas premissas demográficas	-	(1.721)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	(87.762)	(28.812)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(397.733)	(307.350)

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.5) Análise de Sensibilidade das principais hipóteses

	Plano BD				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%		-0,25	+0,25	
	-5%	+5%			
Valor presente obrigação atuarial-Elegíveis	(624.411)	(592.502)	(620.120)	(596.091)	(607.892)
Superávit/(déficit) do plano	(624.411)	(592.502)	(620.120)	(596.091)	(607.892)
Variação na obrigação atuarial	2,72 %	(2,53%)	2,01%	(1,94%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,72 %	(2,53%)	2,01%	(1,94%)	
Valor presente obrig. atuarial-Não Elegíveis	(301.820)	(286.396)	(299.746)	(288.131)	(293.836)
Superávit/(déficit) do plano	(301.820)	(286.396)	(299.746)	(288.131)	(293.836)
Variação na obrigação atuarial	2,72%	(2,53%)	2,01%	(1,94%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,72%	(2,53%)	2,01%	(1,94%)	

	Plano Misto				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%		-0,25	+0,25	
	-5%	+5%			
Valor presente obrigação atuarial	(89.192)	(85.168)	(88.961)	(85.327)	(87.111)
Valor justo dos ativos do plano	22.335	22.335	22.335	22.335	22.335
Superávit/(déficit) do plano	(66.857)	(62.833)	(66.626)	(62.992)	(64.776)
Variação na obrigação atuarial	2,39%	(2,23%)	2,12 %	(2,05%)	
Variação no superávit/(déficit)	3,21%	(3,00%)	2,86%	(2,75%)	

	Assistidos pelo Banco				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%		-0,25	+0,25	
	-5%	+5%			
Valor presente obrigação atuarial	(102.827)	(95.433)	(100.381)	(97.611)	(98.976)
Superávit/(déficit) do plano	(102.827)	(95.433)	(100.381)	(97.611)	(98.976)
Variação na obrigação atuarial	3,89%	(3,58%)	1,42%	(1,38%)	
Variação no superávit/(déficit)	3,89%	(3,58%)	1,42%	(1,38%)	

	Auxílio-saúde				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%		-0,25	+0,25	
	-5%	+5%			
Valor presente obrigação atuarial	(406.046)	(389.979)	(415.408)	(381.408)	(397.733)
Superávit/(déficit) do plano	(406.046)	(389.979)	(415.408)	(381.408)	(397.733)
Variação na obrigação atuarial	2,09%	(1,95%)	4,44%	(4,12%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,09%	(1,95%)	4,44%	(4,12%)	

a.6) Receitas e pagamentos esperados para o período seguinte

	Plano BD	Plano Misto	Assistidos	Auxílio-saúde
Custo do serviço corrente líquido	-	(4)	-	(6.968)
Custo de juros líquidos	(50.712)	(2.099)	(6.096)	(27.377)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(50.712)	(2.103)	(6.096)	(34.345)
Montantes esperados período seguinte-Normais	3.779	34	9.147	10.540
Total dos pagamentos esperados para o plano	3.779	34	9.147	10.540

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.7) Categorias dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.8) Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.9) Descrição da política de Investimentos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde

a.10) Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarial

Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *Duration* de cada plano.

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto está abaixo apresentada:

	31.12.2019	31.12.2018
Plano BD		
Valor da Obrigação no início do período	658.473	612.323
Atualizações resultado	103.844	105.199
Atualizações PL	41.385	(7.486)
(-) Valores Pagos	(48.892)	(51.563)
Saldo no final do período (nota nº 13.d)	754.810	658.473
Plano Misto		
Valor da Obrigação no início do período	24.329	18.010
Atualizações resultado	2.101	1.633
Atualizações PL	5.958	4.686
Saldo no final do período (nota nº 13.d)	32.388	24.329
Total BD e Misto	787.198	682.802

b) Planos Saldados

Os contratos assinados entre o Banco e a Capaf referentes aos planos saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Anualmente, o valor da obrigação é revisado de acordo com as premissas atuariais, o que poderá exigir ajuste por parte do Banco.

Os planos saldados apresentaram a seguinte movimentação:

	31.12.2019	31.12.2018
Valor da Obrigação no início do período	692.187	722.081
Atualizações - Resultado (nota nº 17.e)	56.944	55.581
(-) Valores Pagos	(92.737)	(85.475)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	656.394	692.187

c) Plano Prevamazônia

O PrevAmazônia é o plano oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos "Planos Saldados".

Notas Explicativas

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

Planos	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Liquidados - BD e Misto	(1.873)	(3.532)	(3.475)
Prev-amazônia	(5.436)	(10.495)	(9.594)
Total (nota nº 24.b)	(7.309)	(14.027)	(13.069)

Valores Reconhecidos como Obrigações:

Planos	31.12.2019	31.12.2018
Saldados	656.394	692.187
Liquidados	787.198	682.802
Assistidos	98.976	87.747
Auxílio Saúde	397.733	307.350

Ações Coletivas**Ação TRT da 16ª Região (MA)**

Permanece inalterada a ação em que a Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA) com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da Capaf. Processo previa julgamento para julho de 2019, no entanto, foi retirado da pauta de julgamento por decisão do Pleno do TRT-16ª Região, sem previsão de data para novo julgamento até o momento. De acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 a ação é classificada como possível.

Ação Civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

A ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela AABA em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à Capaf, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (BD), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 06.02.2017, a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de ação rescisória visando a rescisão do julgado, notadamente em face às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e aos correlatos precedentes judiciais do STF.

Respalado por esses argumentos o Banco iniciou tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU), objetivando o ajuizamento da ação, o que foi realizado pela AGU no Tribunal Superior do Trabalho, em 02.03.2018, processo nº 1000104-23.2018.5.00.0000.

Ajuizada ação, depois de mudança de Relator no TST, a Ministra Relatora entendeu que a competência para processar a ação era do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, tendo o processo sido remetido ao Regional. Distribuído ao Relator, este, em análise preliminar, concedeu tutela requerida pela União, no entanto, tão logo publicada a decisão, esta foi reconsiderada de ofício. A União interpôs recurso, no entanto, improvido. O Banco foi intimado em fevereiro de 2019, tendo se habilitado nos autos na condição de assistente. Em dezembro de 2019 foi anunciado seu julgamento, porém, a pedido do Banco, a Seção Especializada do TRT-8ª Região, retirou o processo de pauta. O processo aguardará nova pauta de julgamento, a ser designada.

A provisão do plano BD, existente em 31.12.2019, totalizou R\$754.810, distribuída da seguinte forma:

- Provisão para os participantes abrangidos pela ação rescisória – R\$661.361;
- Provisão de 50% das reservas matemáticas dos participantes que ainda estão na ativa – R\$93.449;

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição da provisão referente a ação rescisória, no montante de R\$661.361, é a seguinte:

- 100% das reservas matemáticas dos participantes elegíveis, ou seja, aqueles que tinham completado tempo para fazerem jus a todos os direitos ofertados pelo plano até a publicação da Lei Complementar nº 109/2001, que totalizou ao final do período R\$607.892;
- 50% dos que ainda não elegíveis, isto é, aqueles que ainda não completaram o tempo exigido para obter todos os benefícios do plano por ocasião da publicação da Lei anteriormente citada, que totalizou ao final do período R\$53.469.

Composição da provisão existente ao final do período para os planos liquidados BD/Misto:

- BD Liquidado (Nota 25 – a.3) – R\$754.810;
- Misto Liquidado - 50% das reservas matemáticas (Nota 25 – a.3) – R\$32.388;
- Total da Provisão – R\$787.198.

Em cumprimento a ação transitada em julgado foi desembolsado pelo Banco, no exercício, o montante de R\$56.942 (R\$55.581 em 31.12.2018).

26. Remuneração paga aos Empregados

a) Remuneração mensal dos empregados (em R\$ unitários)

	31.12.2019	31.12.2018
Menor Salário	2.607,71	2.499,86
Maior Salário	27.324,76	26.195,34
Salário Médio	8.110,30	7.838,12

No exercício, foi provisionado a título de PLR aos empregados, o montante de R\$24.726 (R\$8.726 em 2018).

27. Processo de gerenciamento de riscos

O Banco possui políticas de gestão de riscos, que são revistas e aprovadas anualmente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

A Gestão de riscos do Banco tem como objetivo identificar, medir, monitorar, controlar e reportar as exposições aos riscos de mercado e liquidez, tanto para operações incluídas na carteira de negociação quanto para demais posições.

O Banco possui estrutura, processos e sistemas compatíveis com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros negociados, mantendo equipe qualificada para a adequada gestão de riscos.

A Gerência de Riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

O monitoramento da exposição ao risco de liquidez visa detectar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos passíveis de afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco.

O monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez é realizado permanentemente e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

Os indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo, calculados pelos métodos de análise conservador e moderado, apresentaram saldos positivos, demonstrando disponibilidade de recursos que mitigam o risco de liquidez.

O volume de recursos marcados a mercado alocados em títulos públicos e operações compromissadas na carteira TVM foi de 12,501 bilhões, representando 84,22% do portfólio total de R\$14,844 bilhões (R\$12.136 bilhões, 85,4% do portfólio de R\$14,218 bilhões em 31/12/2018). A maioria dos recursos, 63,50% (65,4% em 31/12/2018), é alocada em Letras Financeiras do Tesouro, títulos públicos indexados à Selic e de altíssima liquidez no mercado secundário.

O Banco utiliza-se ainda para acompanhamento do risco de liquidez, o monitoramento do fluxo de liquidez consolidado por vértice, o controle do Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e simulações de cenários de estresse.

b) Risco de crédito

A Política de Risco de Crédito no Banco da Amazônia está balizada em Política de Gestão Integrada de Riscos e de

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Capital e na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da Instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores spreads e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco, e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da Instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (rating), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os ratings AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

O Banco da Amazônia é responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, etc.

Nesse sentido, foi finalizada a implantação de solução para a gestão de garantias, que reúne em uma única base corporativa as informações necessárias ao controle da suficiência ou disponibilidade de garantias no Banco, contribuindo para redução do risco operacional, bem como mitigação do risco de crédito.

Deste modo incorporando melhorias ao seu processo de gestão e às melhores práticas do mercado bancário, a Instituição vem realizando o aprimoramento dos modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de risco registradas no Banco, teste de relevância das variáveis e *backtesting* dos modelos, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito à vista das diretrizes de Basiléia II e da Resolução 4.557 de 23/07/2017 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital.

c) Risco de mercado

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao Risco de Mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços.

No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (trading), conforme Circular Bacen n.º 3.354/2007.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo de value at risk (VaR), calculado para 10 dias, para as diversas carteiras do Banco. O sistema importa e consolida as informações de bases externas (Bacen, B³ – Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e bases internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA).

Em 31 de dezembro de 2019, o VaR calculado para a posição Banco e para posição Tesouraria foi de R\$4,843 milhões e R\$3,400 milhões (R\$1,931 milhões e R\$963 mil em 31/12/2018), consumindo 35,63% e 35,55% do limite de referência, respectivamente (14,6% e 10,7% em 31/12/2018). Os valores calculados para o VaR das posições Banco e Tesouraria estão em conformidade aos limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, apresentando status normais de exposição ao risco de mercado e posições inferiores aos limites de VaR estabelecidos.

d) Risco operacional

A gestão do risco operacional permeia a estrutura organizacional em todos os níveis hierárquicos. Pautada no modelo das três linhas de defesa, cada unidade da estrutura organizacional tem responsabilidade pela gestão e reporte dos seus riscos, enquanto a gestão consolidada do risco operacional é realizada pela área especializada.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A gestão de risco operacional está institucionalizada no Banco pela Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital (POL 310) que estabelece as diretrizes para o gerenciamento do risco operacional de produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição em observância aos preceitos estabelecidos na Resolução Bacen nº 4.557/2017 e boas práticas de mercado como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e NBR 22301.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política e Norma de Gestão de Continuidade de Negócios estabelecem as diretrizes e regras para a gestão de continuidade de negócios na Instituição, com objetivo de proporcionar uma resposta tempestiva para situações de crise e manter os serviços essenciais para que os negócios sejam preservados.

A Instituição está permanentemente em alerta quanto a mudanças de cenários que possam representar riscos negativos aos seus processos, ou que possam abrir oportunidades para atuar com eficiência no mercado, cumprindo sua missão de desenvolver a Amazônia de maneira sustentável por meio da aplicação de crédito e soluções eficazes.

e) Gestão de capital

O Banco da Amazônia possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, consistência e transparência da sua base de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento atende ao previsto na Resolução 4.557/2017 e permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão. A política de gestão de capital objetiva manter o Índice de Basileia em patamar superior a exigência regulamentar. A instituição apresenta capital suficiente para viabilizar o crescimento de negócios constante no seu planejamento e orçamento.

f) Índice de Basileia (limite operacional)

O Índice de Basileia (Índice de Adequação de Capital) é calculado de acordo com o estabelecido nas resoluções do CMN 4.192/2013 (cálculo do Patrimônio de Referência - PR) e 4.193/2013 (cálculo dos requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital principal) relacionando-os com os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	31.12.2019	31.12.2018
Patrimônio de Referência (PR)	2.685.013	2.470.933
PR Nível I	2.685.013	2.470.933
Capital Principal	2.685.013	2.470.933
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	21.465.780	18.515.580
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	16.624.111	14.838.555
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	829.946	200.629
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	4.011.723	3.476.396
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	965.960	833.201
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	1.287.947	1.110.935
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	1.717.262	1.596.969
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem sobre o Capital Princ.Mínimo Requerido	1.719.053	1.637.732
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	1.397.066	1.359.998
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	12,5%	13,4%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	12,5%	13,4%
Índice de Basileia (PR / RWA)	12,5%	13,4%

(1) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

(2) Representa o mínimo de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

(3) Em 31/12/2019, o fator "F" aplicado ao montante de RWA corresponde a 8,0% e em 31.12.2018, a 8,6%.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Análise de sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizada rotineiramente a análise de sensibilidade, avaliando as posições da Instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários onde se verifica o comportamento do VaR no cenário normal de mercado, e nos cenários de estresse de 25% e 50% dos indicadores utilizados para projeção de MtM.

No cálculo do estresse são utilizadas como parâmetros de referência as curvas de mercado: Cupom – BMF/IGPM, cupom – BMF/IPCA, cupom IGPM/NTN-Anbima, Cupom IPCA/NTN-Anbima, Cupom sujo USD, Cupom TR, PRÉ, USD brl.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão em conformidade com o requerido pela Instrução CVM nº 475/2008 e descritas a seguir:

Cenário 1 (Normal): A base deste cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$4,0307 em 31/12/2019 (R\$3,87 em 31/12/2018) e a taxa DI de 1 ano no nível de 4,4% a.a (6,4% a.a. em 31/12/2018).

Cenário 2 (Estresse de 25%): Foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$5,0384 em 31/12/2019 (R\$4,84 em 31/12/2018), e a taxa DI de 1 ano no nível de 5,50% a.a. (8,0% a.a em 31/12/2018), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$ 6,0461 em 31/12/2019 (R\$5,81 em 31/12/2018) e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 6,60% a.a. (9,6% a.a em 31/12/2018), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de MtM dos ativos da Carteira Tesouraria Banking, conforme Instrução CVM nº 475/2008:

Exposições Financeiras		31.12.2019			31.12.2018		
		Cenários			Cenários		
Fatores de Risco	Definição	1	2	3	1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	1.436	(830)	(1.491)	(5)	-	-
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	2.427	90.119	119.349	962	82.963	95.388
Taxa de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros	33	(33.397)	(60.908)	7	(39.095)	(71.136)
Total		3.896	55.892	56.950	964	43.868	24.252

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. Os três cenários demonstram que os fatores que apresentam maior risco estão nas alocações em índices de preços. No pior cenário tem-se uma perda no MtM da Tesouraria na ordem de R\$56 milhões correspondentes ao estresse de 50% sobre o cenário normal de mercado (R\$43 milhões correspondente ao estresse de 25% em 31/12/2018).

Os resultados demonstrados ratificam o perfil conservador da carteira que, mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), apresentaram baixo valor em risco das posições de TVM, sendo o maior fator de risco as posições em cupons de índice de preços. Essas posições correspondem a 0,79% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Demonstração do resultado abrangente

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Resultado líquido do Período	216.157	275.348	109.078
Outros Resultados Abrangentes	41.274	(62.001)	(11.759)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	40.541	(63.652)	(13.229)
Próprios – TVM Ajuste	55.838	62.601	(14.579)
Próprios – Delib.CVM nº 695/2012	(15.297)	(126.253)	1.350
Realização da Reserva de Reavaliação	733	1.651	1.470
IR e CSLL s/ Outros Lucros Abrangentes	38.355	153.270	(1.438)
Sobre a marcação a mercado	(22.335)	(25.040)	5.832
Sobre a realização da reserva	(293)	(660)	(662)
Sobre ajustes da Delib. CVM nº 695/2012	31.923	76.305	582
Sobre os Planos Saldados	29.060	102.665	(7.190)
Resultado Abrangente Líquido de IR e CSLL	79.629	91.269	(13.197)
Resultado Abrangente do Período	295.786	366.617	95.881

30. Eventos subsequentes

Transferência de Gerenciamento dos Planos de Benefícios Saldados da Capaf e PreviAmazônia para a BB Previdência Fundo de Pensão do Banco do Brasil.

Em 05 de Abril de 2019, o Banco da Amazônia, na qualidade de patrocinador, comunicou o início do processo de transferência do gerenciamento dos planos de previdência BD Saldado, Misto Saldado e PreviAmazônia, atualmente administrados pela Capaf, para a entidade de previdência multipatrocinada BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil.

As propostas de alteração dos Regulamentos dos Planos, dentre outros documentos, foram submetidas à PREVIC, em 27 de Maio de 2019 e aprovadas em 06 de Agosto de 2019 através das portarias 651, 653 e 655, autorizando a transferência do gerenciamento dos planos para a BB previdência, aprovando a aplicação das alterações propostas aos regulamentos dos planos e o convênio de adesão firmado entre o Banco da Amazônia, na condição de patrocinados dos planos, e a BB previdência.

Em atendimento às exigências legais, no mês de maio foram firmados entre Banco da Amazônia e BB Previdência o “Termo de Rescisão de Convênio de Adesão e Transferência de Gerenciamento do Plano” e “Convênio de Adesão”.

Em 23 de julho de 2019, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, conforme Portarias 651, 6553 e 655, autorizou a transferência do Gerenciamento dos planos para a BB Previdência.

Em atendimento ao definido entre o Banco e BB Previdência, em reunião em 10 de dezembro de 2019, sobre os títulos e demais condições para constituição de garantia aos contratos financeiros, tornou-se obrigatória a aquisição de NTN's-B (vencimento mai/2035), haja vista o banco não possuir referidos títulos.

Em reunião realizada em 27 de dezembro de 2019, a Diretoria do Banco aprovou a proposição e encaminhamento relacionado à Reclassificação do estoque de Títulos na Carteira CTVM, da categoria de “Mantidos até o vencimento” para a categoria de “Títulos para negociação”. Bem como a posterior alienação desse estoque visando a recomposição da liquidez da Instituição com a aquisição de NTN's-B.

Os títulos reclassificados foram levados a valor de mercado, gerando assim um registro, em 31 de dezembro de 2019, de ajuste positivo ao valor de mercado, impactando o resultado do 2º semestre, consequentemente do exercício.

A CAPAF efetuou a transferência para a BB Previdência em 31 de dezembro de 2019, tendo sido a folha de pagamento aos aposentados e pensionistas de janeiro/2020 paga pela BB Previdência. Permanecerão na CAPAF os Planos BD e Misto Liquidados.

Notas Explicativas

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Outras informações**a) Avais e fianças prestados**

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	31.12.2019	31.12.2018
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	11.825.403	10.673.397
Coo brigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural (nota nº 13.c)	9.127	10.974
Total	11.834.531	10.684.371

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos que envolvem o seu imobilizado, cuja cobertura R\$149.113 (R\$177.138 em 31.12.2018), com prêmio de R\$255 (R\$91 em 31.12.2018), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Programa de Aposentadoria Incentiva - PAI

Em dezembro/2019 foi lançado o Programa de Aposentadoria Incentivada, que tem por objetivo promover, de forma socialmente responsável, o incentivo ao desligamento dos empregados contemplados no público-alvo. O programa consiste em um conjunto de medidas de incentivo visando à rescisão do contrato de trabalho, a pedido, dos empregados que preencherem todos os requisitos constantes do regulamento, norteado pelos princípios da boa-fé, da transparência e da facultatividade de adesão.

A vigência do programa será de dezembro/2019 a abril/2020.

Valeida Neila Pessoa de Souza
Contadora
CRC – PA Reg. 011298/O

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva

KPMG Auditores Independentes
Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.506 e 1.507
Ed. Evolution - Bairro Umarizal
66055-200 - Belém/PA - Brasil
Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil
Telefone +55 (91) 3321-0150, Fax +55 (91) 3321-0151
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores do
Banco da Amazônia S.A.
Belém – PA

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco da Amazônia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Valor líquido de passivo de benefício definido e demandas judiciais correlatas

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 13, 17 e 25, o Banco mantém, em 31 de dezembro de 2019, valor líquido de passivo de benefício definido no montante de R\$ 787.198 mil (R\$ 682.802 mil em 31 de dezembro de 2018) que, segundo o julgamento de sua Administração, representaria o déficit ajustado para refletir qualquer efeito da limitação de valor líquido de ativo de benefício definido ao teto de ativo (asset ceiling) para reconhecimento. A determinação de parte desse montante correspondente a R\$ 179.305 mil (R\$ 139.290 mil em 31 de dezembro de 2018) levou em consideração os parâmetros das Leis Complementares nºs 108 e 109 de 2001, utilizando-se da paridade contributiva de 50%, cujos critérios divergem dos previstos pela Deliberação CVM nº 695/12 e Resolução CMN nº 4.424/15.

Adicionalmente, e conforme mencionado na nota explicativa nº 25, o Banco foi condenado, considerando a sua responsabilidade solidária, a aportar à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (Capaf) os valores complementares referentes ao pagamento da íntegra dos benefícios previstos no plano de benefício definido, cuja ação judicial transitou em julgado em 06 de fevereiro de 2017. A Administração do Banco, amparada pelos seus assessores jurídicos e atuariais, analisou a decisão e conjuntamente com a Advocacia Geral da União (AGU) ajuizou ação rescisória, visando rescindir o julgado. Como resultado dessas tratativas, o Banco procedeu o registro de déficit complementar em contrapartida de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, considerando apenas os assistidos elegíveis anteriormente a Lei Complementar nº 109/2001. Todavia, o Banco não dispõe, nesse momento, de um estudo determinando a origem (custo de serviço passado ou perda atuarial) desse déficit, bem como laudo atuarial específico para a massa de assistidos beneficiados pelo mérito da sentença transitada em julgado supracitada.

Em razão dessas circunstâncias e considerando ainda a ausência de embasamento em jurisprudência dos Tribunais Superiores para desconstituir a decisão transitada em julgado, não é praticável determinar o provável desembolso para suportar as saídas futuras que serão requeridas pelo desfecho da referida ação rescisória e da conclusão do processo de liquidação dos planos de benefício definido (BD) e Misto, bem como a adequada mensuração do valor líquido de passivo de benefício definido, baseado nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como não foi possível determinar, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, qual o impacto sobre os montantes da provisão atuarial, da provisão para demandas judiciais (ações trabalhistas – Capaf) e de ajustes de avaliações patrimoniais – planos BD e Misto, nos valores de R\$ 787.198 mil, R\$ 27.859 mil e R\$ 269.747 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 682.802 mil, R\$ 35.361 mil e R\$ 222.405 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018) e das despesas com benefícios pós-emprego – planos BD e Misto e com demandas judiciais trabalhistas – Capaf no montante total de R\$ 53.916 mil para o semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 105.945 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 53.553 mil para o semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 106.831 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018) e os correspondentes créditos tributários constituídos sobre o montante dessas provisões em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 119.042 mil (R\$ 103.106 mil em 31 de dezembro de 2018). Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Desfecho de ações referentes à liquidação dos planos de benefício

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 25, que menciona as incertezas relacionadas aos desfechos das ações judiciais (mandados de segurança) relacionadas à suspensão dos processos de liquidação dos planos de benefícios e descreve sobre a nova prorrogação, por mais 180 (cento e oitenta) dias a contar de 22 de outubro de 2019, da intervenção na Caixa de Previdência

Complementar do Banco da Amazônia S.A. (Capaf) pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

? Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 3.f, 7 e 20, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa e das provisões para fazer face ao risco de crédito compartilhado pelo Banco com o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), cujos valores apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 são de R\$ 396.819 mil e de R\$ 1.512.197, respectivamente, o Banco classifica suas operações de crédito e outros créditos em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CMN), sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos da Administração, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, de forma que a provisão para créditos de liquidação duvidosa represente a melhor estimativa do Banco quanto as perdas da carteira. Devido à relevância do saldo das operações de crédito e de outros créditos com características de concessão de crédito e ao grau de julgamento relacionado à estimativa de provisão necessária para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este como um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas em tecnologia de informação avaliamos os controles chave automatizados relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação e atualização dos ratings das operações de crédito e de outros créditos com características de concessão de crédito, bem como, as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco (“ratings”) das operações que suportam a classificação das operações, as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Analisamos, também, se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras do Banco tomadas em conjunto, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019.

? Valor de mercado de instrumentos financeiros

O Banco possui o montante de R\$ 12.405.377 mil, apresentado nas demonstrações financeiras, de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda e negociação registrados a valor de mercado, conforme Circulares nº 3.068/2001 e nº 3.082/2002 do Banco Central do Brasil, e informações divulgadas nas notas explicativas nºs 3.e e 6. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis, a determinação do valor de mercado está sujeita a julgamentos significativos do Banco para estimar esses valores. A utilização de diferentes técnicas de valorização e premissas pode resultar em estimativas de valor de mercado significativamente diferentes. Desta forma consideramos a mensuração do valor de mercado desses instrumentos financeiros como um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas em tecnologia de informação avaliamos os controles chave automatizados do processo de aprovação pelo Banco das premissas utilizadas para a aprovação, classificação, marcação a mercado, bem como os cálculos efetuados na mensuração dos valores registrados e divulgados. Com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos desenvolvidos pelo Banco para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e recalculamos os valores das operações de toda a carteira. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nºs 3.e e 6, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros e divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras do Banco tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019.

? Provisões e passivos contingentes – fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 3.m e 14 das demonstrações financeiras, o Banco constituiu provisão no valor total de R\$ 243.345 mil para demandas judiciais e/ou administrativas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes de eventos passados em que é provável o desembolso financeiro e o valor pode ser estimado de forma confiável. Os passivos contingentes, de mensuração massificada, são provisionados considerando as causas semelhantes e usuais, cujo valor não seja individualmente relevante segundo parâmetro estatístico. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento do Banco, considerando a opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes, inclusive para as causas individualmente significativas. Devido a essa avaliação realizada pelo Banco envolver estimativas complexas e relevantes para a mensuração e divulgação das Provisões para Passivos Contingentes, consideramos este como um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos chave do Banco relativos à aprovação do cálculo das provisões e executamos procedimentos que incluíram a análise, por amostragem, da adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e dos passivos contingentes, quanto às constituições, reversões, suficiência da provisão, risco processual das causas de assuntos e valores relevantes, bem como dados e informações históricas. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Obtivemos confirmações externas com advogados contratados pelo Banco, bem como avaliamos os valores envolvidos e probabilidade de perda ou êxito indicada pelos seus assessores jurídicos. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais processos em que o Banco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o nível de provisionamento e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras do Banco tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019.

? Realização de ativos fiscais diferidos

Conforme descrito na nota explicativa nº 16, as demonstrações financeiras do Banco incluem ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 1.482.094 mil, substancialmente oriundos de diferenças temporárias, cuja constituição e realização estão suportadas por estudo técnico que demonstra as estimativas de capacidade de realização futura. Devido ao grau de julgamento envolvido nas definições das premissas utilizadas e do impacto que eventuais mudanças nessas premissas teriam nas demonstrações financeiras, consideramos este como um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Analizamos o estudo técnico de realização dos créditos tributários disponibilizado pelo Banco. Adicionalmente, examinamos, a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desses documentos, tais como desfechos de processos judiciais, estimativa da efetivação de perdas e recuperação de operações de créditos, entre outros fatores. Também, efetuamos recálculo matemático dos valores incluídos no estudo técnico que suportam os créditos tributários. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Banco nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos dos ativos fiscais diferidos e divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente devido à não conclusão, pela Administração do Banco, dos cálculos do potencial desembolso para suportar as saídas futuras que serão requeridas quando do desfecho da ação judicial e da conclusão do processo de liquidação dos planos de benefícios. Conseqüentemente, exceto quanto à referida limitação de escopo, não temos nada a relatar.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém, 06 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC PA-000742/F

Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

CONSELHO FISCAL

PARECER CF N° 2020/001

Ref. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A - EXERCÍCIO DE 2019.

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas da Instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e o Parecer da Auditoria Independente KPMG Auditores Independentes, de 06 de março de 2020.

Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do exercício, pela Administração da Instituição, essencialmente, pela Contadoria.

Concluída a análise, o Conselho Fiscal opina que, com exceção dos possíveis efeitos decorrentes dos apontamentos relativos à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF, mencionados nas Notas Explicativas n.º 13, 17 e 25, os referidos documentos estão aptos a serem apresentados à Assembléia Geral Ordinária (AGO) do Banco da Amazônia S.A.

Brasília (DF), 06 de março de 2020.

ROGÉRIO GABRIEL NOGALHA DE LIMA
Presidente

MÁRCIA RIBEIRO ABREU
Conselheira

ANTONIO LEONARDO SILVA LINDOSO
Conselheiro

LAURO ARCÂNGELO ZANOL
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RESUMO DO RELATÓRIO SEMESTRAL – SEGUNDO SEMESTRE DE 2019

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 2º do artigo 17 da Resolução CMN nº 3.198/2004 e no parágrafo 2º do artigo 6º de seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria (COAUD) do Banco da Amazônia S.A. apresenta o resumo de seu Relatório Semestral referente ao período de 01/07/2019 a 31/12/2019.

Ressalvado o escopo de sua atuação, com suporte nas informações recebidas no regular exercício de suas atribuições e considerando que o cenário de baixa atividade econômica ainda não foi superado no País, o COAUD destaca que o Banco auferiu importante lucro líquido no período.

Registra persistir o regime de Intervenção na Caixa de Previdência Complementar dos Funcionários do Banco da Amazônia (CAPAF), mas, em face de múltiplas gestões adotadas, a perspectiva atual é de breve e adequado desfecho. A despeito disso, a pendência relativa às responsabilidades de pós-emprego remanesceu provocando relevante impacto no resultado operacional do Banco.

A Instituição permaneceu enquadrada em relação ao capital regulamentar. Manteve-se conservadora quanto aos riscos de liquidez e de mercado, adequadamente consolidada com referência ao risco operacional e ao risco de crédito, geridos de maneira integrada. Não chegaram ao conhecimento do COAUD informações que comprometessem a probidade em relação à administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), à gestão dos recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), tampouco sobre eventual descumprimento de regras ou regulamentos da área de sustentabilidade ou sobre a atuação da Ouvidoria.

O COAUD, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, cumpriu suas atribuições legais e regulamentares. Mantém, no endereço eletrônico <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/sobre-o-banco/relacao-investidores/governanca-corporativa>, canal para recebimento de informações acerca do descumprimento de normativos e códigos internos, bem como de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à Instituição.

Na implementação de seu plano de trabalho aprovado pelo Conselho de Administração para o ano de 2019, o COAUD promoveu reuniões formais com representantes da alta administração e com executivos das áreas de negócios, controles internos, auditoria, gestão de riscos, contabilidade, segurança corporativa, jurídica, governança, crédito, finanças, tecnologia, ouvidoria, além de sua participação em reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de assembleias de acionistas.

Inteirado dos procedimentos das auditorias interna e independente, avaliou os seus planos de trabalho, tomou conhecimento de resultados, respectivas conclusões e recomendações. Avaliou a implementação pela Administração das recomendações de auditoria emitidas por elas e por órgãos externos de fiscalização. Identificadas oportunidades de melhorias, reportou ao Conselho de Administração a necessidade desses aprimoramentos. Revisou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e avaliou o Relatório do Auditor Independente com data-base de 31/12/2019.

Como resultado de suas atividades de avaliação, supervisão e monitoramento, respeitadas as suas atribuições e prerrogativas, o COAUD constatou que o sistema de controles internos apresentou-se adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco da Amazônia; a Auditoria Interna foi efetiva e desempenhou suas funções com independência técnica, objetividade e qualidade; a Auditoria Independente foi efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência, sendo essas atividades objeto de permanente atenção por parte do Conselho de Administração e deste Comitê.

Em face do exposto, conclui que as demonstrações contábeis do semestre findo em 31/12/2019 estão elaboradas em conformidade com as normas legais e com as boas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central e refletem, com a justificada ressalva dos auditores independentes, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data, razão pela qual recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Belém (PA), 06 de março de 2020.

Carlito Silvério Ludwig
Coordenador do COAUD

Wagner Ormanes
Membro do COAUD

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e em conformidade com o artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, examinou e discutiu as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos.

Belém (PA), 06 de março de 2020.

Diretoria Executiva

Valdecir José de Souza Tose
Presidente

Francimar Rodrigues Maciel
Diretor

Luis Petrônio Nunes Aguiar
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em conformidade com o art. 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 do Banco da Amazônia S.A, não havendo qualquer discordância, e ratificamos que a Administração do Banco está adotando todas as medidas ao seu alcance, para a solução do item ressaltado.

Belém (PA), 06 de março de 2020.

Diretoria Executiva

Valdecir José de Souza Tose
Presidente

Francimar Rodrigues Maciel
Diretor

Luis Petrônio Nunes Aguiar
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor